

ACTA N.º 4/2011

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 29 DE ABRIL DE 2011

Aos vinte e nove dias do mês de Abril, de dois mil e onze, no auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados: Hilário Pereira Estrada, Presidente da Junta de Bajouca, que justificou a falta mas não indicou substituto; Maria Paula Nunes dos Santos Gonçalves de Oliveira, que foi substituída por Carlos Conceição; António José de Almeida Sequeira que foi substituído por Micael da Silva Sousa; Céline Moreira Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, que foi substituída por Carlos Alberto Cruz Silva Santos; José Carlos Matias Filipe, Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros, que foi substituído por Rogério Manuel Marques Cabral; Luís Filipe Domingues Pinto que foi substituído por Maria Célia Gordo; Maria Isabel de Almeida Gonçalves que foi substituída por António Pereira Fernandes; Susana Cristina Serrano Fernandes Rodrigues, que foi substituída por João Curado e Silva; Teófilo Agostinho Martins Araújo dos Santos, que foi substituído por Maria de Fátima Sismeiro, e Vitorino das Neves Vieira Pereira, que foi substituído por Mónica Cristina de Faria António.

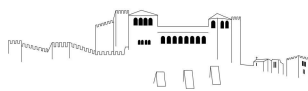
Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro, e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Lino Dias Pereira, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, António Carlos Baptista Martinho Gomes, José Manuel Seabra Benzinho da Silva, Carlos Manuel Frazão Vitorino e Filipa Duarte V. Pimenta Alves Esperança.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo A. André, Presidente da Assembleia Municipal, e, secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, respectivamente 1º e 2º secretários da Mesa.



Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 21.20 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. **RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO** – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;
2. **INTEGRAÇÃO NO INVENTÁRIO MUNICIPAL, EM 2010, DE BENS QUE JÁ ERAM DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO POCAL** – Apreciação e votação;
3. **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO E CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010** – Apreciação e votação;
4. **PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010** – Apreciação e votação;
5. **I REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA** – Apreciação, discussão e votação;
6. **RELATÓRIO E CONTAS DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA DO ANO DE 2010** – Apreciação;
7. **LITÍGIOS CONTRA A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE QUE RESULTARAM RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS PARA A AUTARQUIA** - Apreciação;
8. **DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 510/10 EM NOME DE JOSÉ MANUEL FERNANDES GREGÓRIO** – Apreciação, discussão e votação;
9. **DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL (RESIDÊNCIA SÉNIOR/LAR 3ª IDADE) – FREGUESIA DE AZOIA** - Apreciação, discussão e votação;
10. **DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N –AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO AVÍCOLA – FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA** - Apreciação, discussão e votação;



- 11. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA R.E.N E R.A.N. - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE REGUEIRA DE PONTES. CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL -**
Apreciação, discussão e votação;
- 12. REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO –**
Apreciação, discussão e votação;
- 13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE MONTE REDONDO – ALTERAÇÃO DO OBJECTO –** Apreciação, discussão e votação;
- 14. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE LEIRIA - XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES –** Apreciação e votação;

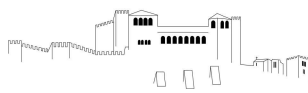


PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço a vossa atenção e o favor de se acomodarem.

Boa noite, senhoras e senhores deputados municipais. Uma saudação muito especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal e às senhoras vereadoras e senhores vereadores. Permitam-me ainda uma saudação especial ao público, e no público destaco em especial o grupo de alunos da Escola Secundária da Maceira. Obviamente as sessões são públicas, nem tinham que pedir autorização, mas criámos condições especiais para que eles pudessem estar ali sentados e oxalá a nossa sessão decorra de forma a estimular o interesse por questões de cidadania nesses jovens da Escola Secundária da Maceira.

Temos hoje uma ordem de trabalhos razoavelmente longa e é minha intenção manter o princípio que já começámos a tentar manter há duas sessões atrás, ou seja, se às duas da manhã a sessão não estiver encerrada e, a menos que esteja muito perto do fim, a sessão será encerrada e continuar-se-á na próxima. Verei na



minha agenda, mas em princípio será na próxima segunda feira, de acordo com aquilo que estabelece o Regimento.

Pedia agora a vossa atenção. O segundo princípio para coordenarmos melhor os nossos trabalhos tem a ver com o período antes da ordem do dia. As inscrições fazem-se no momento em que eu abrir o período da ordem do dia, para que depois possa ser feita a distribuição do tempo pelos deputados municipais que quiserem intervir, a fim de cumprirmos o que o Regimento e a Lei estabelecem, ou seja, que o período de antes da ordem do dia não vá além de uma hora.

Faltam hoje os seguintes deputados ou deputadas, que serão assim substituídos:

A senhora deputada Isabel Gonçalves é substituída pelo senhor deputado António Fernandes, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca, senhor Hilário Estrada, justificou a falta mas não indicou substituto e por isso não será substituído; o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros, senhor José Matias Filipe, indicou para o substituir o Secretário da mesma Junta, senhor Rogério Marques Cabral; o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira justificou a falta e indicou para sua substituição a senhora deputada Mónica António; o senhor deputado Teófilo Santos justificou a falta e é substituído pela senhora deputada Fátima Sismeiro; a senhora deputada Susana Rodrigues justificou a falta e é substituída pelo senhor deputado João Curado Silva; o senhor deputado António Sequeira justificou a falta e é substituído pelo senhor deputado Micael Sousa; o senhor deputado Luís Pinto é substituído pela senhora deputada Célia Gordo; a senhora deputada Paula Oliveira é substituída pelo senhor deputado Carlos Conceição; a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo, Céline Gaspar, também justificou a ausência e é substituída pelo secretário da mesma Junta, senhor Carlos Alberto Santos.

Penso ter dito os nomes de todas as pessoas que vêm em substituição.

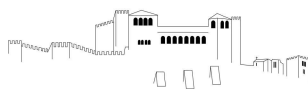
Temos a acta da última sessão para aprovar – a acta n.º 3 de 2011 – da sessão da Assembleia Municipal de 25 de Fevereiro de 2011.

Quem pretende pronunciar-se em relação a essa acta?

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, na página cinquenta e cinco da acta, talvez porque a resposta tenha sido dada longe do microfone, a minha resposta à pergunta dirigida pelo



senhor Presidente da Mesa - no seu direito regimental – sobre a ausência dos deputados do PSD em relação á discussão...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Na página cinquenta e cinco?

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Sim senhor Presidente, pelo menos na versão que vi – página cinquenta e cinco – a não ser que tenha sido alterada desde ontem à noite.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Estou a ver na versão em papel...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

De qualquer modo, segue-se à pergunta que o senhor Presidente me fez directamente sobre a nossa ausência e a duração da nossa ausência. Respondi que voltaríamos após a discussão do ponto e essa resposta, que consideramos muito importante, não está registada em acta e peço que esteja registada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ficará registado. Trata-se de uma correcção... depois procurarei a página.

Mais alguém pretende pronunciar-se sobre a acta?

Não? Colocarei a acta á votação com esta correcção com a qual estou, de resto, inteiramente de acordo porque foi assim que as coisas se passaram e saliento que quando fiz a pergunta se os senhores deputados do PSD pretendiam voltar á sala foi-me respondido, de facto, que sim... que tencionavam voltar.

Quem vota contra?

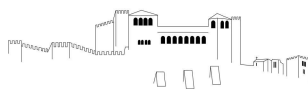
Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com seis abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 25 de Fevereiro de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Antes de entramos no período de antes da ordem do dia, gostava de, se esta Assembleia me permitir, usar da palavra para um efeito muito simples.

É a última sessão desta Assembleia Municipal que tem a secretariá-la, mas em funções técnicas, a doutora Teresa Pinto... pediu para ser transferida para um outro serviço da Câmara Municipal, já foi aqui dito noutra Assembleia Municipal que acabou o seu curso, conseguiu valorização profissional e pediu para se lhe aplicar o estatuto da mobilidade, o que não teve nenhuma objecção da minha parte – embora a contra



gosto, como devem imaginar – mas não tive nada a obstar e entendi que não devia ter. Trata-se da valorização profissional de uma funcionária que desde há treze anos trabalha com a Assembleia Municipal, com empenho, dedicação e, sobretudo, com muita competência. Gostava de sublinhar aqui as qualidades de trabalho da doutora Teresa Pinto... a dedicação, o zelo, a forma como se entregou com diligência ao desempenho das suas funções, nem sempre fáceis, por vezes até muito complexas. Trabalhou com vários presidentes da Assembleia municipal, um deles está aqui, e estou convicto que partilha inteiramente dos meus pontos de vista. Portanto, gostava de propor que esta Assembleia Municipal aprovasse um voto de louvor e de reconhecimento à doutora Teresa Pinto pela forma como, ao longo dos treze anos, serviu a Assembleia Municipal de Leiria.

Se quiserem que tenha direito a palmas... tem direito a palmas!

Confesso que foi um prazer trabalhar com a Teresa... e suponho que o Professor Manuel Antunes dirá exactamente o mesmo que eu.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Tive a oportunidade de trabalhar quatro anos com a doutora Teresa Pinto, talvez em circunstâncias mais difíceis até que o presidente actual porque estava mais afastado e a comunicação não era, obviamente, tão fácil. Muitas vezes ela tinha que andar à minha procura para assinar coisas e para enviar coisas. Corroboro inteiramente com as palavras que agora foram ditas sobre o seu serviço, o seu trabalho, a sua dedicação ao serviço da causa da Assembleia Municipal.

Obrigado.

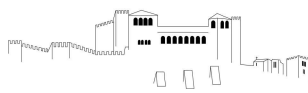
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

A Teresa será substituída pela senhora Manuela Vieira, que já está ali, já tem estado a fazer o aprendizado com a Teresa e em relação a quem peço alguma condescendência. A experiência de treze anos da Teresa não se alcança em treze dias e, portanto, ela vai levar algum tempo a aprender aquilo que em treze anos a Teresa aprendeu.

Dito isto, temos o período de "antes da ordem do dia".

O deputado que lidera a Comissão da Energia, que já não estou a ver aí, pediu para usar da palavra em primeiro lugar. Não aceito, normalmente, que sejam feitas



inscrições antes, mas tratando-se de uma comissão, dar-lhe-ei a palavra em primeiro lugar.

Antes disso, gostava de dizer que este período encerrar-se-á, além das propostas que eventualmente surgirem, com a apreciação e votação da proposta apresentada pelo senhor deputado João Cunha na última reunião, uma vez que a apresentou no período da ordem do dia e não podia ser nem discutida nem votada nessa altura. Será, portanto, votada no fim do período de "antes da ordem do dia" de hoje. Refiro-me à proposta de intervenção nos terrenos da Prisão Escola, porque a outra proposta era no sentido de serem distribuídos documentos que foram efectivamente distribuídos.

Qual delas? Não, está aqui. A outra era no sentido de serem distribuídos documentos. Foi aprovado e os documentos foram distribuídos.

Pedia que se inscrevessem e aos secretários que tomassem nota dos nomes todos, agradeço que mantenham os braços levantados porque senão não se consegue...

Peço desculpa por me ter esquecido do seu nome? Rui Silva.

Portanto, temos inscritos o senhor deputado Rui Silva, o senhor deputado Manuel Antunes, o senhor deputado Domingos Carvalho, o senhor deputado António Fernandes, o senhor Presidente da Junta de Caranguejeira, o senhor Presidente da Junta de Bidoeira, o senhor deputado Micael Sousa, o senhor deputado Pedro Biscaia, o senhor deputado Vitor Lourenço, o senhor deputado João Cunha, a senhora deputada Mónica António e o senhor deputado Carlos Guerra.

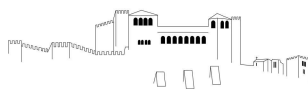
Disse os nomes todos.

Senhor deputado Rui Silva, por favor.

DEPUTADO RUI SILVA (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Mesa, senhores vereadores, senhores deputados municipais, caro público e senhores jornalistas.

Tendo a comissão do grupo de trabalho da Assembleia Municipal para as questões energéticas reunido com a presença dos deputados Domingos Carvalho, Carlos Guerra e Odete João, decidiu apresentar uma moção de Censura dirigida à Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos – ERSE, sobre os cortes de fornecimento de energia eléctrica, o qual passo a ler:



“Há mais de uma década que a região de Leiria é fustigada por sucessivas descontinuidades no fornecimento de energia eléctrica, que afectam globalmente a população e em particular as empresas.

O testemunho dos empresários é revelador da devastação provocada pelos sucessivos cortes de energia eléctrica: os produtos em fabrico são danificados e obrigam à sua destruição, a matéria-prima perdida, as horas de trabalho desperdiçadas, os danos nos equipamentos e os gastos desnecessários com a sua reparação e as actividades na área do turismo que ficam profundamente penalizadas, são alguns dos exemplos.

As consequências dos cortes de energia eléctrica estão muito para além dos prejuízos directos. O incumprimento de prazos na entrega dos produtos aos clientes, a perda de credibilidade e a de confiança dos mercados externos, destroem a imagem da região e de Portugal e interferem directamente na competitividade e na produção de riqueza nacional e nas exportações.

Esta situação já foi reportada à EDP sem que tenha havido alterações significativas. Passada mais de uma década a EDP limita-se a identificar a região como uma das que regista mais problemas na qualidade de serviço e anuncia investimentos com um prazo de execução até final de 2012. As empresas e as populações não podem ficar reféns da incapacidade da EDP na resolução atempada dos problemas.

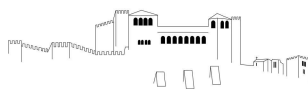
A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Abril de 2011, requer á Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos – ERSE, cuja missão é proteger adequadamente os interesses dos consumidores em relação á qualidade de abastecimento, as necessárias diligências para que os investimentos previstos na rede eléctrica se realizem no mais curto espaço de tempo e que até à conclusão das obras se encontrem soluções para que o fornecimento de energia eléctrica não sofra cortes.

Esta moção será também enviada à EDP, ao Ministério da Economia, Inovação e Energia, aos concelhos da região de Leiria, á Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral e ao NERLEI.”

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.



Como devem imaginar, considero que se trata de uma intervenção em nome da comissão e não em nome do partido que o senhor deputado representa.

Das inscrições inscritas resultará que teremos que dividir um tempo, que proporei que seja de treze minutos para o PSD, dezasseis minutos para o PS e cinco minutos para cada um dos outros partidos, atendendo ao que diz o Regimento no tocante a tempos mínimos. Penso que isto é realizável e vai dar, salvo erro, quarenta e um minutos, creio eu. Não, vai dar mais, vai dar quarenta e quatro minutos. Sobram seis minutos para a discussão e votação de moções e ainda o tempo que usarem os senhores dois Presidentes de Junta que estão inscritos.

Senhor deputado Manuel Antunes.

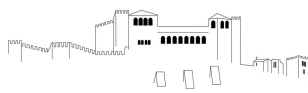
DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Faço agora os cumprimentos. Não o fiz há bocado porque era uma coisa simples, uma intervenção simples.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal mais membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhores deputados, senhores membros da comunicação social, membros do público. Saúdo de uma forma especial os alunos da Escola Secundária da Maceira, que pensava, antes de olhar para trás, que era tudo muito jovem e portanto ia perguntar se a lei permitiria a permanência nesta sala, normalmente uma sala dedicada a diversões até tão tarde. Mas são todos quase adultos e, portanto, esse problema não se põe.

Dirijo-me em especial ao senhor Presidente da Câmara Municipal, dizer-lhe que sentimos regozijo por o ver recuperado do pequeno susto de saúde que teve e que o impediu de estar presente na última reunião.

E é sobre isso que quero, especialmente, dirigir-me a si senhor Presidente. Não sei se teve a oportunidade de ler a acta que acabámos de aprovar e se tem conhecimento factual do que aqui se passou na última sessão. Faço isto porque sentimos, nós da bancada do PSD, que lhe devemos uma explicação. Nessa sessão pedimos que o ponto cinco da ordem do dia – o relatório da auditoria à situação financeira da Autarquia, da Inspeção Geral de Finanças – fosse adiado para a sessão seguinte, para esta, com o argumento de que tratando-se de um assunto em que o senhor Presidente da Câmara se tinha empenhado pessoalmente, não fazia sentido que fosse discutido na sua ausência. Disse, e cito retirando da acta, "*O senhor Presidente da Câmara, anteriormente, afirmou a esta Assembleia Municipal, que*

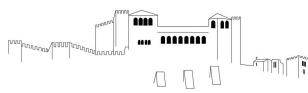


assumia a condução deste processo e, portanto, como não está presente, neste contexto não pode ser representado pelo senhor Vice-Presidente.” E termino a citação do que eu próprio disse.

Trata-se de um assunto não obrigatoriamente calendarizado pelo regimento, não havendo, portanto, nenhuma razão legal que o impedisse de ser adiado. Aliás, o documento de suporte não tinha sido distribuído a todos os deputados. Fora enviado, sem indicação de motivo, algumas semanas antes para os líderes dos grupos municipais e o agendamento havia sido pedido pela bancada do PS. Decidiu o PS não aceitar o nosso pedido e, como disse o deputado Vitor Lourenço, não nos sentíamos em condições de participar no debate. Ouvimos então, para nosso espanto, que a presença do senhor Presidente era irrelevante! Foi exactamente a palavra que foi utilizada por alguém da bancada do Partido Socialista. Pois bem, e cito novamente, “Eu permito-me discutir essa interpretação. Acho que a presença do senhor Presidente é mesmo relevante”, sem o que algumas das coisas que já foram ditas nessa sessão deixaram de ter sentido. Por isso informámos que não a queríamos apreciar naquele momento por acharmos que não estavam reunidas as condições para isso. Obviamente, também não queríamos ouvir a discussão e por isso abandonaríamos a sala. Foi o que fizemos, não sem que eu antes tivesse pedido, e cito... *“Que essa atitude não fosse vista como significando nenhum desrespeito quer pela Mesa, quer pela Assembleia”*. Tomámos conhecimento do que se passou durante a nossa ausência pela leitura da acta. Para meu espanto, fiquei a saber que o senhor deputado António Sequeira, por quem já diversas vezes manifestei e continuo a manifestar o meu respeito e admiração, e cito... *“Nunca vi nada tão anti-democrático, diria quase vergonhoso, como o que vi aqui hoje!”*. Mais tarde o mesmo viria a afirmar a senhora deputada Odete João.

Senhores deputados, eu não sei se acham anti-democrático alguém utilizar o direito democrático de estar ou não presente, de discutir ou não discutir. Disse ainda o senhor deputado José Manuel Silva, e cito... *“O que eles pretendiam era só impedir que nós discutíssemos este assunto. Era que a Assembleia não tivesse quórum para funcionar. Mas felizmente fez-se justiça democrática aqui”*, fim de citação.

Senhor deputado, eu sei que o senhor é da área das letras, e talvez a matemática - ou melhor - a aritmética não lhe diga muito. Mas faça-me o favor de aceitar que eu,



da área das ciências, ainda sei contar pelo menos até sessenta e dois, e saber quanto é que é metade de sessenta e dois!

Nem tínhamos medo de discutir a auditoria que, aliás, é o contrário do que os senhores pretendiam fazer crer na vossa interpretação sempre enviesada dos factos, quando se trata de discutir o anterior executivo, até demonstrava que o endividamento da Câmara, que por vossa razão, motivou a realização de várias auditorias, afinal estava e sempre esteve dentro dos limites legais. O que, aliás, o Senhor Presidente da Câmara, honestamente acaba por confirmar nesta prestação de contas, de que discutiremos alguns aspectos mais tarde. Tudo o resto, como se viu, são floreados... como são floreados tudo aquilo que, não contentes com o que disseram durante a nossa ausência da sessão, escreveram nos vossos blogues crónicas e outros textos que não necessitam revisão de pares, se é que entendem o que isto significa em termos científicos.

Não podemos calar a nossa indignação pela exploração que os membros da bancada do PS fizeram deste assunto! Eles sim, criaram um facto político. Nós não.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

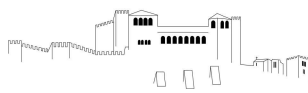
Boa noite.

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, Exma. vereação, caros colegas, Exmo. público, caros jornalistas.

Acabámos de visitar a última Assembleia e agora vou propor que a revisitemos.

Devo dizer que o que vou tentar versar não se vai centrar no que se passou ou não se passou aqui. Considero tudo o que aqui foi dito e expresso o “*fait-divers*” próprio do jogo político. Para mim, ao tempo responsável pela bancada municipal do CDS, a partir do momento que um dos principais contricantes daquela matéria disse, independentemente da razoabilidade do argumento apresentado, que não tinha preparado essa matéria, não havia condições para que ela fosse debatida seriamente. E isso para mim era suficiente! Devo dizer também que poderíamos estar perante alguma matéria cuja discussão fosse inadiável, que disso dependesse

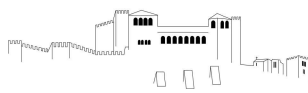


qualquer coisa de importante. Não. Isto não é verdade... não dependia rigorosamente nada de importante, antes pelo contrário! Se calhar hoje começaremos a estar muito melhor preparados, após a discussão das contas deste ano, para debater aquele relatório e muitas outras coisas. Lá iremos! Mas todo esse "fait-divers"... deixemo-lo para o lado. Houve muitas comunicações, como disse o Professor Manuel Antunes, comentários, etc. Acho que tudo isso é legítimo e não posso deixar de referir, não sei se todos leram e por isso peço a vossa disponibilidade para ouvirem ler algo que me deixou nervoso, irritado, preocupado e pessoalmente insultado!

Leio-vos parte do Editorial de um dos jornais de referência da nossa região, o "Região de Leiria", que diz em Editorial "Assembleia em fuga"... passo a parte inicial, que não nos diz respeito, e depois reza assim, cito... *"Agora foi a vez dos membros do PSD e do CDS na Assembleia Municipal, por acharem que o assunto deveria ser discutido na presença do Presidente da Câmara, mesmo que o Regimento da Assembleia preveja que este possa ser substituído em caso de justo impedimento. Os grupos do PSD e do CDS abandonaram a sala durante a discussão de um ponto incómodo, a auditoria às contas da Câmara. O documento compromete o anterior executivo, que era maioritariamente PSD. Dir-se-ia, também por isso, este conjunto de senhores tinham o dever de participar no debate. Este gesto, já para não falar do teor de muitas intervenções que ali são feitas, revela inconsciência e falta de sentido de responsabilidade. Fugir ao combate político desta forma é quebrar o voto de confiança recebido dos eleitores. Os membros da Assembleia são eleitos para defender os interesses dos cidadãos e são pagos para isso. É uma sorte os municípios não terem por hábito assistir a estas reuniões. O azar é que há jornalistas por perto. Assinado: Patrícia Duarte, Directora-Executiva."*

Devo dizer-vos que estive até hoje à espera que o senhor Presidente da Assembleia fizesse uma qualquer intervenção em defesa da honra desta Assembleia. Lamentavelmente não o vi! E peço-vos desculpa por uma razão muito simples... como estarão recordados, quem, no dia de tomada de posse desta Assembleia assumiu a contricância do lugar de Presidente da Assembleia Municipal – perdoe senhor Presidente – fui eu! Eu disputei a presença nesta Assembleia! Por isso sinto-me no direito de falar como estou a falar.

Devo-vos dizer que há uma questão fundamental em democracia... a democracia não é, num Estado de direito, apenas a soma de votos. Nós não vivemos num Estado



democrático primário! E portanto, aquilo que nós temos neste país é o primado da lei.

Senhor Presidente, perdoe que lhe diga mas é Vossa Excelência que o afirma na acta... que o ponto não tinha condições para ter sido convocado. Toda a literatura que, regimentalmente, é obrigatório ser disponibilizada aos deputados municipais, não o foi, nem sequer no *Site* onde, obrigatoriamente, tem que estar disponibilizado. É por isso que entendo, Senhor Presidente, que nos deve - perdoe que o diga desta forma - que nos deve uma explicação porque é que eu - enquanto deputado municipal - que nunca temi a presença dos jornalistas, em circunstância alguma, tenha que ser confrontado por, no direito legítimo da minha afirmação enquanto pessoa e enquanto eleito, ter que ler uma coisa destas sobre o meu trabalho. Perdoar-me-ão, mas não estou disponível para isto! Não posso aceitar isto em circunstância nenhuma! Dito isto, devo dizer que depreendo que não haja dúvidas sobre as afirmações que aqui fiz, que estão devidamente consubstanciadas em acta. Acho que este é um motivo muito sério porque a primeira responsabilidade que nós aqui temos é ter a dignidade de representar quem nos elegeu. Posso não ser capaz de o fazer... mas esforço-me por isso e não admito a ninguém que diga o contrário! Menos ainda se legalmente não tiverem o direito de o fazer. Sinto-me insultado! Sobre esta matéria não direi mais. Senhor Presidente...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, peço-lhe que entretanto seja breve pois já excedeu o seu tempo.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Então, com a sua licença... Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

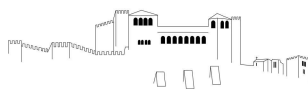
Senhor deputado António Fernandes.

DEPUTADO ANTÓNIO FERNANDES (PS)

António Fernandes, Partido Socialista.

Boa noite senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, público em geral também.

Não vou ocupar muito tempo. Simplesmente, como leiriense e como deputado, hoje na situação de substituição de uma deputada que faltou, venho apresentar aqui um caso ao senhor Presidente para que possa tomar rapidamente as medidas que são



necessárias. Refiro-me concretamente a uma ocupação ilegal por parte dos romenos que se encontram por Leiria. Na rua Capitão Mouzinho de Albuquerque, não me recordo o número, junto à Lubrigaz, existe um edifício do comissário Cardoso e Cunha, que toda a gente conhece. Esse edifício está abandonado, portas escancaradas e então alojou, ou continua a alojar, mais de trinta romenos. Já houve mais ocupações em prédios contíguos que também têm criado problemas. Tem havido assaltos de mobília no seu interior... e um alerta que deixo aqui ao senhor Presidente é que a carrinha que transporta essa mercadoria roubada é uma carrinha do tipo *Trafic, Renault Trafic* ou desse género – mais ou menos – mas que tem escrito legendas que diz “Medicamentos urgentes”. Ora bem, uma noite destas, essa carrinha que tem essas letras estacionou em frente a esse edifício e rapidamente carregaram mobílias e outras coisas. O motorista, ao sair desse transporte, estava drogado... completamente drogado! Portanto, isto é um caso de polícia também, em que a polícia deve intervir, pelo menos neste caso em que transportam mercadoria roubada num carro que certamente não deve ser roubado, mas que, a coberto dessa legenda, é capaz de fazer determinados assaltos por esse país fora.

Os vizinhos estão alarmados. Há durante a noite velas acesas porque não há luz eléctrica... há um perigo e há, certamente, preocupações dos moradores e dos lojistas. É que no caso de haver um incêndio vai ser uma tragédia, não só para a Rua Capitão Mouzinho de Albuquerque como também pode alastrar à avenida Heróis de Angola.

Por isso senhor Presidente, deixo aqui um alerta para que rapidamente possa ser avisado o seu proprietário ou que a Câmara tome uma decisão rápida pois que nesta altura da feira ainda é pior.

Obrigado.

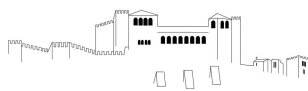
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caranguejeira.

DEPUTADO JOAQUIM CARREIRA MÓNICO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA)

Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores e vereadoras, ilustres colegas, comunicação social, Exmo. público.



A todos muito boa noite.

Joaquim Mónico, Presidente da Junta de Freguesia da Caranguejeira.

Tomada de posição da Junta de Freguesia da Caranguejeira em reunião de catorze de Abril de 2011.

Instalação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados nos Cardosos.

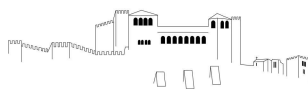
Tomou esta Junta de Freguesia conhecimento, apesar de todas as reservas postas em relação à localização e respectiva assinatura do protocolo de localização da futura UCSP nos Cardosos, da sua assinatura em um de Abril de 2011, sem a presença do senhor Presidente da Junta da Caranguejeira, pelo senhor Secretário de Estado da Saúde, senhor Presidente da Câmara e pelos Presidentes das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Arrabal.

Em devido tempo, a vinte e oito de Março de 2011, esta Junta, após convites formais para o efeito, manifestou a sua total oposição à pretensão acima indicada, e informou o Município de que não se faria representar em tal acto.

Desde a primeira hora em que o actual elenco autárquico se envolveu nos destinos desta vila foram criadas enormes expectativas em relação à instalação da referida unidade UCSP, equipamento de primordial importância para melhoria dos cuidados de saúde da população e da sua qualidade de vida, promessas feitas por entidades com responsabilidades na área.

Qual não foi o espanto desta junta, após as eleições e tomada de posse e, ainda após ter sido elaborado projecto, a pedido do Senhor Presidente da Câmara e do Dr. Isidro Costa, então Presidente do Pinhal Litoral 2, projecto esse que foi entregue nos respectivos serviços camarários, respeitando todas as indicações dadas pelos técnicos de saúde e Câmara, e ter-se dado também início a obras no espaço, de acordo com o respectivo projecto, assistimos a um "volte face" inacreditável que apanhou de surpresa esta Junta e toda a população desta Vila, que a contesta e promete resistir com toda a firmeza a esta mudança.

A criação da unidade acima referida foi o tema central da campanha eleitoral para esta Autarquia, de acordo com todas as promessas que haviam sido feitas, podendo nós afirmar que fomos completamente enganados, porquanto fomos instruídos para esse esclarecimento junto de todos os eleitores desta Vila como sendo um dado adquirido a sua instalação na Vila de Caranguejeira.



A Junta repudia o engano de que foi alvo e lutará por todas as formas lícitas ao seu alcance para que toda esta situação não venha a ser concretizada. A nós não nos compete fazer política, mas somente contribuir para a resolução dos problemas que afectam toda a população da Vila da Caranguejeira. Esta situação, mais uma vez, vem desacreditar todos esses políticos que, na ânsia de arrebanhar uns votos, não hesitam em enganar as pessoas, razão para a descrença da população nos políticos. Quando nos candidatamos acreditamos de boa fé no que foi prometido, afirmáramos que tinham solução, o dinheiro não era problema, era preciso só boa gestão quer financeira quer humana.

Esta Junta tem a devida consciência dos problemas económicos com que se debate o Município de Leiria, situação que todos os dias nos é reportada e sublinhada pelos seus responsáveis, que insistentemente nos dizem que não há dinheiro, inclusive com os salários em risco para os seus funcionários, pelo que é extremamente difícil entender a razão de compra do terreno (mais construção) que irá importar num valor exorbitante na conjuntura actual quando, por um valor simbólico, já comunicado à Câmara logo no início do mandato, esta Junta se propunha construir a referida UCSP, resultando daí uma enorme redução de custos.

Continuamos a entender que a melhor localização será no centro da Vila da Caranguejeira...

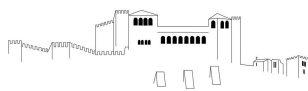
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, peço-lhe que abrevie, por favor.

DEPUTADO JOAQUIM CARREIRA MÓNICO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA)

Existem razões lógicas para tal, pelos variados serviços já instalados na Vila, tais como bancos, farmácia, CTT, consultórios médicos privados - que já abrangem grande parte das especialidades, advogados, solicitadores, sede paroquial, centro social e paroquial e muito comércio, além de infra-estruturas de carácter desportivo e educativo. No futuro estamos a prever a vinda de um cartório notarial e um posto móvel da GNR.

Uma decisão deste teor irá favorecer a desertificação desta Vila sem qualquer justificação! Irá criar uma nova centralidade com a necessidade urgente de criação de outras infra-estruturas com os custos inerentes para tal, que, atendendo à



conjuntura actual, desaconselhariam esta via. Com isto estaremos a favorecer a desclassificação da Vila da Caranguejeira, o que não queremos nem iremos permitir! Não será uma solução do género "*agradar a gregos e a troianos*" que representa a melhor via pois ir-á é desagradar a todos. Há alturas em que se tem de tomar decisões, por mais difíceis que se apresentem, e esta é uma delas. A Vila da Caranguejeira, nesta questão tem razão! Não se trata de jogos de poder nem de influência mas de um direito devidamente justificado.

Esta Junta estará sempre disponível para encontrar uma solução que vá de encontro a todo o exposto atrás, facultar os espaços e terreno a custo zero e contribuir nas obras de adaptação ao espaço já existente.

Na certeza de que é dever desta Junta os seus superiores interesses e da população que representa, demarcamo-nos de qualquer solução que não contemple o que foi prometido inicialmente. Continuamos abertos a discussão de alternativas que respeitem a Vila da Caranguejeira.

Isto é uma tomada de posição. Como o senhor Presidente da Assembleia está, tenho aqui e também deixo uma moção da Assembleia de Freguesia, devidamente assinada por todos os membros.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Junta da Bidoeira.

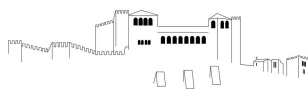
DEPUTADO JORGE CRESPO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BIDOEIRA)

Boa noite.

Jorge Crespo, Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, independente, eleito em lista do Partido Socialista.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, o senhor Presidente da Câmara, as senhoras e os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados, assim como a comunicação social e o público presentes.

Uma saudação muito especial, com consideração, estima e amizade ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa que, para além de ser "*filho de boa gente*", tem obra feita na gestão, desenvolvimento e defesa dos interesses da sua freguesia, como atesta, por exemplo, a magnífica obra que é o



Pavilhão Gimnodesportivo Municipal do Souto da Carpalhosa, recentemente inaugurado.

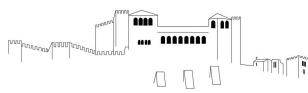
A propósito de alguma controvérsia gerada acerca da construção deste pavilhão, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Souto da Carpalhosa fez na última Assembleia uma intervenção defendendo o investimento camarário nessa infraestrutura, a sua importância no desenvolvimento integral e saudável da população e a mais-valia que representa já, no fomento da prática desportiva e consequente captação de novos praticantes.

Ora, tendo eu questionado, em assembleias anteriores, o investimento camarário nesses equipamentos em locais sem tradições nem clubes desportivos que lhes dessem uso, fi-lo, não para colocar em causa os legítimos interesses dos autarcas e populações das freguesias beneficiadas, mas para enfatizar a dualidade de critério da Câmara Municipal em relação à Freguesia de Bidoeira de Cima.

É que, se é importante cativar novos adeptos para a prática desportiva, criando condições para que, nomeadamente os jovens, adiram em massa a projectos de vida saudáveis, não é menos importante que nos locais onde o desporto informal e competitivo floresce, sejam apoiados os esforços daqueles que, recusando esperar comodamente os investimentos camarários, avançaram para a construção dos necessários equipamentos desportivos. É por isso que hoje, dando os sinceros parabéns a todos os autarcas que, defendendo os interesses das populações que representam, tiveram a força e o poder de reivindicação necessários para conseguir tais investimentos, não posso calar a revolta de uma população que se sente injustiçada, diria até traída, por quem tendo obrigação de conhecer a realidade desportiva do concelho, não soube ou não quis, apoiar devidamente a construção do Pavilhão Polidesportivo de Bidoeira de Baixo e Carriço.

Este pavilhão, propriedade de uma associação da nossa freguesia, mereceu da Câmara Municipal de Leiria ao longo dos dez anos que leva de construção, repito dez anos, a fantástica quantia de €99.236,00, o que contrasta escandalosamente com os valores bem superiores a um milhão de euros pagos integralmente pela Leirisport, por cada um dos diversos pavilhões entretanto construídos.

É esta dualidade de critérios, esta tremenda injustiça feita ao povo bidoeirense que nos move e não qualquer tipo de inveja mesquinha dos investimentos camarários em qualquer das outras freguesias do concelho. Assim, fazendo votos para que estes



equipamentos sejam devidamente rentabilizados e tenham uma taxa de utilização compatível com o investimento, faço aqui um apelo veemente ao actual executivo camarário, no sentido de reparar esta injustiça e apoiar convictamente a conclusão do nosso pavilhão.

Feito este apelo, espero ter clarificado o sentido daquelas minhas intervenções, bem como dissipado qualquer mal entendido desnecessário, que eventualmente possa ter contribuído para o clima de crispação latente que se vive nestas assembleias. É que, passados que estão dezoito meses de mandato, penso estar na hora de colocar em primeiro lugar os superiores interesses do município, deixando de lado as discussões político-partidárias mais ou menos estéreis, este *pingue-pongue* de acusações e contra-acusações que não aproveitam a ninguém e desprestigiam este órgão autárquico.

Por fim, mesmo para terminar e talvez contagiado pela tal crispação que mina o ambiente nestas assembleias, informo que este texto foi escrito recusando em absoluto as regras do novo acordo ortográfico.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Muito obrigado também por ter respeitado rigorosamente o tempo.

Senhor deputado Micael Sousa.

DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)

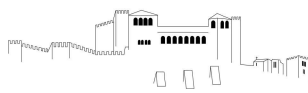
Micael Sousa, Partido Socialista.

Muito boa noite a todas e a todas e a todos os presentes.

Mobilis, desenvolvimento e melhoria.

Felizmente nem tudo o que se herdou na Autarquia é negativo e de depreciar. Exemplo disso é a rede rodoviária urbana de transportes públicos, um caso de sucesso e de desenvolvimento sustentável. É mais que justo afirmar que o Mobilis foi uma boa herança. Justo será também dizer que a continuidade dada ao projecto e as reformulações implementadas pelo actual executivo foram muito benéficas.

Nenhuma cidade se pode dizer desenvolvida ou sustentável sem um eficiente, fiável e confortável sistema de transportes públicos. Pois, na medida em que cresce a utilização desses meios de transporte, decresce o número de veículos na estrada e seus efeitos poluidores – reduzem-se as emissões gasosas, o ruído e a ocupação de



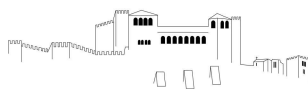
áreas nobres das cidades pela presença dos ditos veículos. Tal aposta, indirectamente, até contribui para a melhoria do equilíbrio da balança comercial nacional, pois reduzimos a necessidade de importar combustíveis. Por fim, e não menos importante, viajar em transportes públicos permite, em simultâneo com o próprio acto de viajar, actividades de lazer e sociabilização entre utentes, potenciando, directa e indirectamente, a coesão, equidade e empatia social.

No caso de Leiria, pela sua dimensão e morfologia urbana, a adopção de autocarros de média dimensão - versáteis e confortáveis - mostrou-se adequada!

O sucesso do Mobilis evidencia-se pelo crescimento do número de passageiros. Se em 2006 se transportaram 178.976 passageiros, no ano passado, em 2010, já mais de 450.930 pessoas optaram pela utilização do Mobilis. Esta tendência, de crescimento de mais de 20% ao ano, deve-se principalmente a dois factores: primeiro, e acima de tudo, à actual crise económica, mais concretamente à escalada dos preços dos combustíveis; em segundo, também, à reformulação que o actual executivo fez nos percursos, o que permitiu otimizar todo o sistema.

Assim, é de salutar a capacidade da actual gestão autárquica em continuar e aperfeiçoar esta herança já de si positiva. Por outro lado, é de salientar que com o aumento do número de passageiros é o próprio sistema de transportes urbanos que ganha outra sustentabilidade, pois quantos mais passageiros transportar menor será o peso a suportar pelo município para manter o sistema em funcionamento.

Só de 2009 para 2010, e também em 2008 - justiça seja feita -, o número de passageiros transportados aumentou em cerca de 100.000 ao ano. Este crescimento é sinal de que os leirienses valorizam o serviço, e que começam a existir condições para o alargar a outras zonas. Mas, quando se fala em alargar a rede há que ser claro! Esse alargamento não pode passar por aumentar a extensão dos circuitos existentes, pois tal aumentaria a frequência dos autocarros - já entre os 10 e 20 minutos -, o que tornaria o sistema ineficaz e disfuncional. O alargamento teria de passar pela criação de novos circuitos para novas zonas da cidade, mantendo ou reforçando também com mais veículos os actuais. Por exemplo, seria benéfico servir a maior freguesia do concelho - Marrazes -, a sua população residente e equipamentos e infra-estruturas mais relevantes. Pelo menos um novo circuito que servisse esta zona seria seguramente uma mais-valia.



Para além de novos circuitos, outras melhorias são necessárias ao modelo original. Tendo em conta que os veículos em si são excelente e muito adequados ao fim que se destinam, dever-se-ia agora apostar na melhoria das paragens, construindo mais e melhores abrigos, dotados de modos de transmissão de informação aos utentes sobre os itinerários e a chegada dos autocarros. Tal poderia ser conseguido com as mais recentes tecnologias de informação – algo muito em voga noutras paragens, noutras cidades e países. Desde o início do projecto em 2005 que as paragens estão aquém do desejável, mas neste, como em qualquer outro caso, nada se faz sem um princípio, devendo posteriormente prevalecer a melhoria contínua. Melhorias que se têm feito e que espero que se continuem a fazer de futuro.

A actual conjuntura é de crise, tanto a nível económico como ambiental, por isso, a aposta do Município na melhoria dos transportes públicos é na minha opinião essencial, ou não fossem esses um modo de garantir a preservação ambiental, e o acesso a um meio de transporte de qualidade com custos muito acessíveis – potenciador de equidade social.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

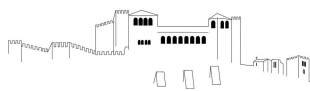
DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Cumprimento a distinta Mesa na pessoa do senhor Presidente e restantes membros, cumprimento o elenco camarário, o executivo da Câmara, a pessoa do senhor Presidente - esperando que desta vez a bancada do Partido Socialista não o considere dispensável aos trabalhos desta Assembleia. Cumprimento também, naturalmente, os deputados municipais presentes e o distinto público, nomeadamente a Escola da Maceira e a distinta comunicação social que, pelos vistos, tem feito um belíssimo trabalho na fundamentação dos editoriais brilhantes que todos nós vamos lendo acerca destas matérias.

Queria, rapidamente, trazer aqui dois assuntos:

Um já o abordei na última Assembleia Municipal e, portanto, estou neste momento a vertê-lo numa proposta que vou passar a ler e que tem a ver com a questão da transmissão via internet das sessões da Assembleia Municipal.



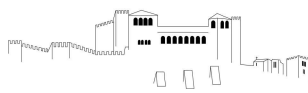
Então a proposta diz o seguinte: “Considerando que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo do concelho de Leiria e o fórum privilegiado de debate das grandes questões a ele respeitantes; Considerando que, no actual quadro democrático, se justifica que se aprofunde a relação dos eleitos com os cidadãos eleitores e dos órgãos municipais com os seus munícipes, dando-lhes a oportunidade de um acompanhamento de proximidade quanto á sua actividade e desempenho político; Considerando que, num quadro de maior transparência democrática, os munícipes devem poder acompanhar directamente a actividade municipal, quer presencialmente quer através dos modernos meios tecnológicos que a sociedade digital hoje permite;

Proponho:

- 1 – Que as sessões da Assembleia Municipal de Leiria, salvo motivo institucional de força maior, sejam transmitidas, em directo, via internet;
- 2 – Que a Mesa da Assembleia Municipal – juntamente com a Câmara Municipal e respectivos serviços de informática - para concretização operacional do objectivo referido no ponto anterior, apresente a esta Assembleia Municipal, no prazo de até 90 dias, as soluções técnicas adequadas, bem como os custos previsionais inerentes;
- 3 – Que após a avaliação prevista no ponto anterior, a Assembleia Municipal proceda, até aos 180 dias após esta sessão, à colocação em funcionamento pleno do referido sistema;
- 4 – Que a transmissão via internet seja divulgada o mais amplamente possível pelos serviços municipais de divulgação habitual;
- 5 – À Mesa da Assembleia Municipal sejam conferidos plenos poderes de gestão do sistema, nomeadamente na avaliação de qualquer motivo institucional de força e relevância maior referido no ponto 1 desta proposta”.

Portanto, esta é uma proposta que queria deixar para ser votada.

Queria também deixar aqui uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara: Temos lido na comunicação social várias notícias sobre a questão da Loja do Cidadão. Sabemos que havia já uma minuta de um acordo de colaboração celebrado entre... essa minuta estava preparada para ser assinada, o acordo de colaboração entre a AMA – Agência para a Modernização Administrativa – e a estrutura de missão das lojas do cidadão de segunda geração e o Município de Leiria/Leirisport para a instalação da Loja do Cidadão, portanto, no estádio. Depois disso já ouvimos outras



hipóteses... ainda agora, esta semana num semanário... trazia que eventualmente a Loja do Cidadão poderia ir para o futuro centro comercial da Rodoviária. Também já se fala da hipótese de ser instalada aqui, nestas mesmas instalações do Mercado Municipal - eventualmente a loja do Cidadão ou o Museu de Cera - ou uma coisa qualquer que, enfim, que esteja na calha para estas instalações.

Portanto, a minha pergunta é saber exactamente qual é o ponto de situação relativamente a esta questão da Loja do Cidadão, sendo certo que Leiria é a única capital de Distrito que, neste momento, ainda não tem Loja do Cidadão.

De maneira que era isto que queria deixar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Mónica António.

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BLOCO DE ESQUERDA)

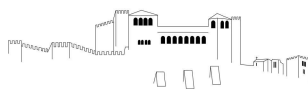
Boa noite a todas e a todos.

Mónica António, Bloco de Esquerda.

O que trazemos aqui hoje é uma recomendação... vou começar por ler:

“Um indicador importante do nível civilizacional de uma população reside nos mecanismos desenvolvidos – financeiros, estruturais e humanos – para a resolução de potenciais focos de perigo para a saúde pública.

Em Leiria, vários são os perigos para a saúde pública que emanam no meio ambiente que nos rodeia. No entanto, importa destacar os que emanam da própria acção da sociedade, pois são estes que estão ao nosso alcance mudar. Destes, o controlo de populações de animais errantes é dos que provoca maior preocupação e consternação. Prova disso são as notícias que têm vindo a público, nomeadamente a de 1 de Abril do corrente no semanário Região de Leiria, que dá conta das ilegalidades do Canil Municipal de Leiria e do projecto enviado pela Câmara à Direcção de Serviços de Saúde e Protecção Animal, que prevê a melhoria das actuais instalações. Na mesma notícia consegue ler-se que “(...) o veterinário disse ter dúvidas sobre se essa política de esterilização, tal como as campanhas de adopção, será competência da Autarquia.”



Estas declarações mostram um enorme desconhecimento das competências da Câmara Municipal definidas pela legislação em vigor, e este desconhecimento só pode levar às situações de desleixo que têm sido enunciadas.

De facto, no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, em vigor há mais de sete anos, estipula que as Câmaras Municipais têm obrigações ao nível da promoção da adopção destes animais já que "(...) as Câmaras Municipais devem anunciar (...) a existência destes animais com vista à sua cedência, quer a entidades públicas ou privadas que demonstrem possuir os meios necessários à sua detenção (...)."

Por outro lado, a Resolução n.º 69/2011, aprovada por unanimidade por todos os partidos da Assembleia da República, insta o Governo que "(...) preveja meios para que os centros de recolha oficiais possam realizar a esterilização dos animais errantes recolhidos, em especial dos não reclamados nos prazos legais" e "(...) promova a realização de campanhas de sensibilização pública e dos detentores dos animais contra o abandono, assim como para adopção responsável dos animais recolhidos nos centros de recolha oficial."

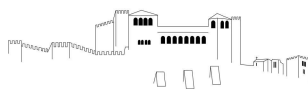
Por tudo isto, o Bloco de Esquerda entende que é necessário dar uma resposta a esta política errada de controlo da população de animais errantes, que têm maior custos financeiros para a Autarquia e para os leirienses, maior desrespeito pelo bem-estar animal e pela garantia das condições higieno-sanitárias no Município.

Assim, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 29 de Abril de 2011, delibera recomendar:

Garantir a esterilização de qualquer animal que seja adoptado no Canil/Gatil Municipal, excepto se exista contra-indicação médica para esse acto, e a concretização de campanhas de adopção regulares, evitando assim um ciclo de compra/abandono/multiplicação/abate de animais, que tem sido uma constante nestes últimos anos;

Promover mecanismos de agilidade para a elaboração de mais protocolos de colaboração com Associações de defesa dos animais;

Estimular a formação dos trabalhadores que desempenhem funções no Canil/Gatil Municipal no sentido da crescente humanização das formas de captura e tratamento dos animais à guarda do Município."



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vitor Lourenço, PSD.

Boa noite senhor Presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, minhas senhoras e meus Senhores.

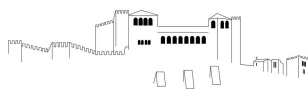
Duas questões muito simples e muito rápidas acerca de algumas notícias sobre a Empresa Municipal Leirisport.

No sítio da Câmara Municipal, fui surpreendido aqui há dias, numa das visitas regulares que faço ao sítio da Câmara... fui surpreendido com um comunicado acerca da vinda de representantes do Brasil – um comunicado da Câmara – acerca da vinda de representantes do Brasil e do Gabão, organizadores do próximo mundial de futebol e do próximo campeonato africano de futebol, para uma visita ao Estádio Municipal para conhecer a forma como foi organizado o Euro 2004. Leiria foi escolhida – a par com o Benfica – por ser considerada um exemplo a seguir. Fiquei realmente estupefacto com o que li naquele comunicado! E mais ainda porque tudo o que aconteceu nestes últimos dois anos/dois anos e meio e aquilo que foi dito acerca de tudo o que foi feito à volta do Estádio e da Leirisport, da enorme desgraça que aconteceu a Leiria com a criação daquela empresa, pelas mesmas pessoas que agora se ufanam com um comunicado daquela natureza.

Tem sido verdade, para todos evidente, que as pessoas que dirigiram – na altura – a Leirisport e a organização do Euro 2004, têm sido constantemente vilipendiadas e acusadas de todos os pecados deste mundo, que caíram aqui em cima de Leiria.

Senhor Presidente, faltou apenas informar neste comunicado que foi a UEFA que indicou Leiria como um exemplo a seguir! Faltou igualmente reconhecer mais este triste paradoxo de que o que dava jeito antes era vilipendiar o que agora se transformou numa coisa fantástica...

Ainda sobre a Leirisport, gostaria também de fazer uma pergunta, porque verifiquei também no sítio da Leirisport que se encontra publicada uma lista das dívidas a todos os fornecedores. Naturalmente, isso é óptimo sinal da transparência, de gestão transparente que uma empresa municipal deve ter. Mas porque é que não está



também a lista de todos os devedores? Será que a transparência só funciona para um lado? É que nós fazemos o dever e o haver e gostaríamos de perceber se há mais gente a dever à Leirisport ou é a Leirisport que deve mais a fornecedores? Esperamos, Senhor Presidente, que possa mandar repor a verdade e que a propagandeada transparência não fique obscurecida por uma falha que é facilmente remediada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros deputados municipais,

Quando a passada do tempo se alonga e as dificuldades do momento toldam a memória, impõe-se revisitar a história, mesmo que de forma breve e simbólica.

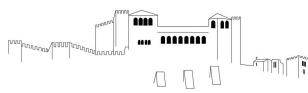
O nosso presente, minguido de esperança, é propício à deriva populista que, levemente, manipula os factos e, de forma indecorosa, pretende branquear a realidade passada. Sempre foi assim em épocas de crise e de desespero!

Importa por isso, que neste órgão da máxima representatividade democrática no Concelho, evoquemos o 25 de Abril de 1974, acontecimento que mudou Portugal e, ainda hoje, está presente nas nossas vidas.

Não é apenas por dever de circunstância, mas por justiça histórica. Não é apenas uma reverência distante, mas o reconhecimento do acto refundador da liberdade, direito inalienável da condição humana.

É bom lembrar que, por exemplo, de 1947 a 1974 há registo de terem sido detidos por delito de opinião uma média de quatrocentos portugueses em cada um desses anos, muitos deles sujeitos à tortura física e psicológica, à perseguição e ao exílio.

É conveniente recordar que durante treze anos, contra todos os ventos da história, o regime ditatorial submeteu o País a uma guerra sem saída, para a qual foi mobilizada 7% da nossa população, que consumiu, em média, 40% do Orçamento Geral do Estado, que ceifou a vida a oito mil jovens soldados, que causou ferimentos e perturbações em muito mais de cem mil combatentes e que teve impactos traumáticos, directos e indirectos, em toda a sociedade portuguesa.



É importante avivar a memória das relações de poder e de dirigismo absoluto em relação à economia do País, condicionando o desenvolvimento industrial durante décadas, apostando, por medo da modernidade, numa ruralidade pouco instruída, nada informada e de produção incipiente.

É curial não esquecer o isolamento internacional a que a ditadura salazarista condenou Portugal, desde a recusa de adesão ao Plano Marshall depois da 2ª Guerra Mundial, ou à surdez política perante sucessivos apelos e posteriores condenações da ONU.

É justo que se diga também que o sistema de segurança social só deu os primeiros passos já no ocaso do regime, que o ensino se baseava na exclusão e na reprodução ideológica imposta pelo regime, que os direitos cívicos elementares dos mais pobres ou das mulheres eram escamoteados, que a criação artística vivia sob a angústia da censura, que a emigração era o único destino de muitos e muitos que pretenderam melhorar a sua vida.

É fundamental que meditemos, sem tabus, sobre aquele tempo de inexistência liberdade de escolha ou de crítica, sobre o apertado controlo político do governo local visto apenas como extensão das decisões do governo central ilegítimo, ou sobre o despudor da manipulação das farsas eleitorais.

Hoje, apesar das salutares diferenças existentes entre nós, todos recusamos esse modo de organização da sociedade. Mesmo perante as dificuldades e angústias dos nossos dias, reconhecemos, sem tibiezas, que a democracia não tem preço, que a sua essência não pode ser questionada e que é nela que nos revemos como caminho de paz, de tolerância e de humanismo.

Hoje, talvez mais do que nunca, é bom não o esquecer e, nesta Assembleia eleita pelo Povo de Leiria, saudarmos os heróicos e generosos protagonistas do 25 de Abril de 1974.

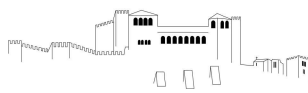
Saibamos nós, também aqui, com humildade democrática, ser dignos herdeiros da sua mensagem histórica.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.



DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Boa noite.

Carlos Guerra, PCP.

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados,

Tinha aqui um manifesto, que vou passar a ler:

“Investir na Educação, Defender a Escola pública.

A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de oitocentos e três milhões de euros na educação, a que crescem reduções indirectas impostas às Autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste manifesto.

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais e financeiros – e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para a redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-escolar a partir dos três anos, impede a certificação qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da educação sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento de escolaridade obrigatória para doze anos!

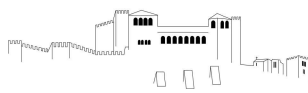
É em defesa de um efectivo investimento na educação que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma escola pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”

Este manifesto é subscrito, ou é promovido, por dezasseis entidades ligadas ao sector do ensino. Vem assinado, são muitos e, portanto, dispensava-me de ler.

Perante este manifesto, apresentava a seguinte moção:

“Considerando que:

A escola Pública foi sendo construída com base nos princípios de universalidade de acesso e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos; que o Estado Social não pode estar limitado a cumprir as funções de “*carro vassoura*” dos excluídos que o mercado rejeita, devendo assegurar a sua missão de ensinar, formar, educar e



qualificar; A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária delibera subscrever o manifesto "Investir na educação, defender a Escola Pública", promovido por dezasseis entidades ligadas ao sector do ensino"

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Terminaram as intervenções dos deputados municipais que estavam inscritos.

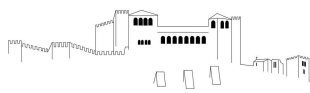
Perguntarei ao senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que foi interpelado mais do que uma vez, se pretende usar da palavra para responder a algumas das interpelações.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, membros da Mesa, senhores deputados, uma saudação também para os alunos da Escola Secundária da Maceira, restante público e órgãos de comunicação social.

Quero agradecer a referência do Professor Manuel Antunes em relação à situação pessoal pela qual passei que, penso, estar completamente ultrapassada. Naturalmente que, em relação à irrelevância, só conheço um sítio cheio de indispensáveis... que é o cemitério. Sou seguramente a pessoa mais irrelevante no meio disto, não tenho dúvidas também! E não estou a fazer um comentário satírico... não estava cá para perceber em que tom foi dito. Mas realmente considero que sou, e se calhar muitos como eu... irrelevante perante um sistema onde, muitas vezes, não há preocupação pela elevação de postura e pela elevação de comportamento. E nesse sentido, aproveito para fazer aqui o apelo, para que efectivamente possamos, não só pela situação em que estamos a viver, não só por aquilo que se tem passado... enfim, com algum excesso, mas por aquilo que é o princípio de cada um de nós, para que possamos ter e dar elevação ao nível do debate! Obviamente respeitando as diferenças a que todos temos direito e para podermos, efectivamente, dar os melhores exemplos a quem assiste às sessões, a quem recebe as mensagens daquilo que se passa nas assembleias e daquilo que é essencial... que é também gerar algum consenso, buscando as melhores soluções para fazer frente a esta crise que se está a agravar a cada dia que passa.

A propósito da intervenção do senhor deputado António Fernandes, aproveito para dizer que há poucos dias falei com o senhor engenheiro Cardoso e Cunha. Foi-nos dado conhecimento daquela situação. O engenheiro Cardoso e Cunha queria avançar



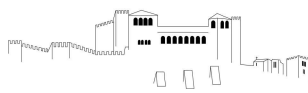
com um projecto de reabilitação mas não terá, segundo manifestou, oportunidade de o fazer agora. Alerttei-o sobre o que se estava a passar, tem havido contacto com as forças de segurança e, pelos vistos, não tem resultado pois ainda hoje houve várias queixas sobre esta situação.

Iremos, naturalmente, reforçar esta denúncia feita aqui na Assembleia Municipal, para que realmente a Polícia de Segurança Pública possa tomar as devidas providências.

No que respeita à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caranguejeira, quase que dispensaria fazer qualquer comentário porque de todas as conversas que houve com os três Presidentes de Junta de Freguesia envolvidos, parecia haver um consenso para uma solução que foi proposta pelo Ministério da Saúde, ou seja, tínhamos e temos provas disso por causa do programa que foi submetido... enfim, o programa eleitoral, a preocupação com algumas unidades de saúde que têm o mínimo de dignidade mas não têm o mínimo de condições para servir os munícipes do nosso concelho. Estamos a reportar-nos directamente a Santa Catarina da Serra, a Caranguejeira, Monte Real, Cortes e Coimbrão.

Os estudos foram apresentados pela responsável de Leiria da ARS e também pela Administração Regional de Saúde do Centro junto do Secretário de Estado. As soluções possíveis apontadas foram no sentido de que:

Atendendo a que Monte Real está aglutinado – salvo erro – a Ortigosa e Amor, cujas unidades estão em perfeitas condições, assumiriam fazer o centro de saúde de Monte Real; O mesmo se passa em relação às Cortes: não tem o mínimo de qualidade e há bem poucos dias houve ali um incêndio. Como o Gorjão Henriques - que é o centro a que está aglutinado a zona das Cortes – está completamente saturado, admitiram e assumiram que a solução era fazer o novo centro de saúde. Em relação ao Coimbrão, a situação é que onde está hoje o centro de saúde é o edifício da Junta também. A Junta de Freguesia mostrou-se disponível para sair, de modo a permitir alguma recuperação, alguma reabilitação, para que o centro de saúde local fique a funcionar no mesmo sítio depois de efectuada essa reabilitação. Quanto a Santa Catarina da Serra, Arrabal e Caranguejeira, a solução proposta foi a de criar uma nova estrutura – a tal unidade de cuidados de saúde personalizados – que iria funcionar das oito da manhã às vinte horas e que teria, naturalmente, todo um conjunto de recursos humanos que em condições normais não tem havido. E



essa foi a proposta definida pelo Senhor Secretário de Estado e que depois – e há testemunhos disso – de termos tentado que se iniciasse ou se fizesse o mesmo que se está a fazer noutras Freguesias, veio aí à conversa a situação que (mais ou menos) isto tem que ser assim porque na verdade não há recursos para mais e temos que começar a pensar em concentrar serviços, para melhorar a qualidade da prestação de cuidados de saúde. Isto foi o que se passou!

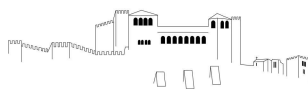
No que respeita a esta unidade nova, abrangendo as três Freguesias mencionadas, procurou-se um local que fosse equidistante das três. E dá-se a situação de que os Cardosos têm a confluência de três Freguesias: se estiver do lado dos Bombeiros é Freguesia de Santa Catarina; se estiver em frente aos Bombeiros – do outro lado da estrada – é Arrabal e se estiver do outro lado da estrada número 113, é Caranguejeira.

O protocolo foi assinado na presunção de que competiria à Autarquia providenciar os espaços para a construção das estruturas. No caso de Monte Real e das Cortes, existem esses espaços e a Câmara Municipal tem a titularidade desses espaços. No caso do Coimbrão, o problema nem se põe porque são as actuais instalações que serão objecto de reabilitação. No caso da nova unidade para a zona sul não há espaço que seja da Autarquia.

E aquilo que me faz alguma pena é haver pessoas que, enfim, não entenderam ainda que esta conjuntura, que se está a complicar a cada dia que passa, não vai permitir que se mantenham muitas das estruturas a funcionar nos moldes em que estão actualmente. E portanto, entre não ter condições dignas – e não são de agora, têm muitos anos – ou ter aqui uma estrutura nova com esta resposta das oito às vinte horas, penso que não haveria que olhar para trás na medida em que as coisas foram postas nestes termos por quem decide e a quem compete assumir a respectiva despesa.

Estas obras são da Administração Central, mas gostaríamos que fossem construídas para beneficiar os nossos munícipes. Estão disponíveis as situações actuais para qualquer um dos senhores deputados poderem ver, em dignidade, das mesmas. Foi este o processo que acabou por ficar assumido em protocolo.

Neste momento confesso que, pessoalmente, há já aqui algumas dúvidas quanto à possibilidade de concretização destas estruturas... Fica o registo da incompreensão de alguns, dos recados que são dados, que lamento que tenham sido proferidos e



nada mais tenho a acrescentar. Na certeza, porém, que perdemos – possivelmente – a grande oportunidade de melhorar as condições de cuidados de saúde dentro do concelho de Leiria.

Quanto ao senhor Presidente da Junta da Bidoeira...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, peço-lhe que não demore muito tempo em cada resposta porque tem limite de tempo.

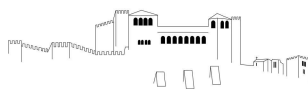
PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Posso tentar reduzir... portanto, alertou para a situação do pavilhão de Bidoeira de Baixo, Carriço. Naturalmente que com estas limitações em que estamos não sabemos que saídas temos neste momento. Fica o registo só, sem qualquer compromisso, de podermos ajudar a finalizar a construção.

No que se refere à intervenção do senhor deputado Micael Sousa, adianto que a informação nas paragens do Mobilis tem estado a ser preparada. Inclusivamente também queremos ter em conta o problema dos invisuais e ter informação disponível para esse efeito.

Quanto ao senhor deputado João Cunha, informo que a proposta que fez da transmissão via internet há-de ser submetida a apreciação. Registo com algum interesse, embora também preveja algumas inconveniências, mas depois a Assembleia decidirá. Quanto à Loja do Cidadão, aquilo que continuamos a pensar, para além de problemas adicionais que têm surgido, quero aqui lembrar que houve oportunidade de ir para o estádio, nomeadamente para o topo norte. Havia então uma maioria que podia ter decidido, mas não decidiu por alguma razão, embora pudesse mas podia ter decidido pois tinha a maioria. O que previa o contrato era um valor de treze euros o metro quadrado. Sabemos hoje que temos ali um custo de encargos de sete euros e se calhar foi uma das razões que também impediu que se aceitasse na altura essa decisão. Temos a esperança de que a Loja do Cidadão possa vir a surgir, de modo a contentar os interesses da própria cidade.

Aproveito o ensejo para dizer, rapidamente, à senhora deputada Mónica António, que houve inspeções da Direcção Geral de Veterinária, de outros serviços competentes e esteve lá também, passados uns dias, a brigada ambiental da GNR. Nada a apontar ao Canil Municipal! Como sabem, há um canil associado, que é gerido por uma Associação Zoolófila. Portanto, nada a apontar ao Canil Municipal, excepto naquilo



que a lei alterada em 2010 impõe, aliás, em 2000. Impõe ter uma sala de partos e uma sala de enfermagem, que não existe verdadeiramente. De qualquer maneira, convidamos qualquer um dos senhores deputados a visitar os actuais espaços que estão a ser ocupados com o Canil Municipal e com o canil associado.

Sobre a intervenção do senhor deputado Vitor Lourenço, quanto á situação da vinda de representantes, o senhor vereador António Martinho poderá, se o senhor Presidente assim o permitir, esclarecer essa situação. Quanto á publicação da lista de credores da Leirisport, é obrigatório por lei, ao contrário de que não é permitido ter lá a lista de devedores, a não ser o total do respectivo montante, não sendo possível discriminar os devedores.

Deputado Pedro Biscaia, saudação do 25 de Abril.

Deputado Carlos Guerra, moção sobre o ensino público.

Senhor Presidente, não sei se justifica o vereador Martinho...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente saberá se pretende que o senhor vereador use da palavra para o efeito.

Senhor deputado Vitor Lourenço, pretende que o senhor vereador use da palavra? Considera que está esclarecida a questão?

Passamos agora á apreciação e votação das propostas que foram apresentadas. A primeira proposta transita, peço a vossa atenção senhoras e senhores deputados, da última Assembleia Municipal. É subscrita pelo deputado João Cunha e diz o seguinte: "Que seja criada uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal de Leiria sobre tudo o que contende com a proposta de intervenção nos terrenos da prisão escola, nomeadamente o que se refere ao denominado campus da justiça, área habitacional, área a afectar ao IPL e um futuro parque escolar."

Esta foi a proposta apresentada no decurso da última reunião e que, por ter sido apresentada já durante a ordem de trabalhos, entendi que não poderia ser votada naquele momento e transitou para esta reunião. Devo esclarecer que, de acordo com o que tinha informado nesta assembleia, foi questionado o senhor deputado proponente no sentido de saber se pretendia que a proposta fosse discutida durante a ordem de trabalhos ou antes da ordem de trabalhos. Não se tendo pronunciado, optei por a pôr à votação no período de "antes da ordem do dia."

Pedem-se intervenções breves.



Senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSE MANUEL SILVA (PS)

Senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, senhores membros da Assembleia, minhas senhoras e meus senhores.

Muito rapidamente, a nossa posição sobre isto é a seguinte... nós entendemos que seria preferível, em vez de uma comissão que apenas se ocupasse do campus da justiça, que pudesse ocupar-se das questões de urbanismo em geral porque não nos parece curial que a propósito de cada projecto com alguma relevância que existe em Leiria se constitua uma comissão para acompanhar esse projecto na Assembleia Municipal. Portanto, a nossa proposta era, e coloco à consideração do senhor deputado João Cunha, no sentido de não se criar uma comissão especificamente para acompanhar as questões do campus da justiça mas para acompanhar as questões do ordenamento do território do concelho de Leiria. E que possa, naturalmente, apresentar aqui à Assembleia um relatório, regularmente, sobre as questões do ordenamento do território do concelho.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Darei, obviamente depois, a palavra ao senhor deputado João Cunha.

Pergunto se mais alguém pretende intervir.

Faça favor senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS-PP)

Boa noite.

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS - Partido Popular.

Eu só gostava de perceber se aquilo que o senhor deputado José Manuel Silva propõe é uma comissão permanente.

Muito obrigado.

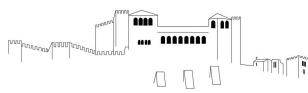
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Para que fique em acta, a resposta do senhor deputado José Manuel Silva foi sim. Senhor deputado João Cunha, se eventualmente concordar com a proposta, colocarei a proposta alternativa á votação. Se não concordar...

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Agradecendo, naturalmente, o contributo que o senhor deputado José Manuel Silva quis dar ao teor da minha proposta, de todo esse contributo não corresponde, em



nada, ao sentido que quis dar à minha proposta. Em primeiro lugar, trata-se de propor uma comissão eventual e não uma comissão permanente; em segundo lugar, esta ideia de diluir o assunto do campus da justiça e dos terrenos da prisão escola no meio de uma comissão, enfim, mais vasta... não faço projectos de intenção nem juízos de valor sobre esta matéria mas parece-me perigosa! E acho que desvia a atenção daquilo que é importante, que é aquilo que esta Assembleia Municipal deve fazer no sentido de acompanhar exactamente o que se passa com os terrenos da prisão escola e do Ministério da Justiça em relação a este assunto, porque os sinais que nos vão chegando sobre esta matéria colocam-nos algumas preocupações. E portanto, nós como órgão eminentemente democrático e participado por todas as forças políticas, devemos estar atentos àquilo que se vai passar acerca desta matéria. Portanto, mantenho a minha proposta tal qual como ela está.

Muito obrigado.

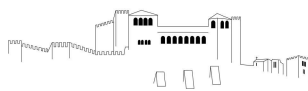
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado José Alves.

DEPUTADO JOSE ALVES (PS)

José Alves, Partido Socialista.

Em primeiro lugar, manifesto a minha estranheza pela preocupação com o campus da justiça. Tomáramos nós que houvesse campus da justiça! Não vai haver senhor deputado! Por outro lado, já arranjámos uma comissão para acompanhar o projecto da rodoviária. Não sei se vai haver projecto da rodoviária... há uma preocupação, que me parece algumas vezes excessiva, de antes de as coisas começarem, acompanharem coisas que depois não se realizam nem se concretizam. A comissão fica criada, sem acompanhar, desmotivando – a meu ver – a própria Assembleia Municipal e as próprias comissões. E ainda mais acrescento que neste caso do campus da justiça, me parece que não temos competência nenhuma nem forma de o acompanhar. É uma questão do poder central, do Governo, do futuro Governo. Não vejo como é que a Assembleia Municipal pode ir “meter os pés” dentro da prisão escola! Porque as obras do governo central nem sequer estão sujeitas a licenciamento municipal. Não estou a perceber o que é que esta comissão vai fazer! Não queria, sinceramente, participar numa comissão ou ajudar a elegê-la, que não funcione e que desmotive mais uma vez, como tantas outras que já foram aqui criadas e cujo resultado estamos à espera. Portanto, se neste sentido o senhor



deputado João Cunha tiver alguma informação, ao contrário das que tenho, de que vai - a curto prazo - iniciar-se alguma coisa de concreto que nós, legalmente, possamos acompanhar, votarei favoravelmente a comissão. O que me parece é que não vai haver!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Dou a palavra ao senhor deputado João Cunha, que encerrará o debate sobre esta proposta e a seguir colocarei à votação. Repito que não estamos no período da ordem do dia e estas questões têm que ser breves.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Relembrava ao senhor deputado José Alves o relatório de actividades que o senhor Presidente da Câmara, ou a Câmara Municipal trouxe a esta Assembleia Municipal, na última Assembleia, que menciona todo um conjunto de trabalhos que a Câmara Municipal tem estado a fazer no acompanhamento deste assunto. Portanto, isto não é nenhum OVNI que caiu aqui e que ninguém sabe o que é que se passa! Os serviços municipais, com certeza, poderão dar-lhe a informação sobre o que é que têm feito sobre o acompanhamento deste assunto. Agora... isso é uma questão técnica! Nós queremos é o acompanhamento político da questão! Essa é que é a questão de fundo, é que queremos acompanhar politicamente este problema! Esse é o teor da minha proposta.

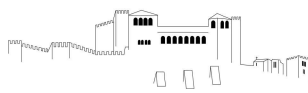
Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Vou colocar esta proposta a votação, atendendo a que o senhor deputado João Cunha, que é o autor da proposta, não aceitou a sugestão do senhor deputado José Manuel Silva. Votar-se-á apenas e tão só a proposta apresentada pelo senhor deputado João Cunha. Se o senhor deputado José Manuel Silva pretender reformular a sua proposta, será reformulada para outra sessão da Assembleia Municipal.

Vou repetir a **proposta** do senhor deputado João Cunha: *"Que seja criada uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal de Leiria sobre tudo o que contende com a proposta de intervenção nos terrenos da prisão escola,*



nomeadamente o que se refere ao denominado campus da justiça, área habitacional, área a afectar ao IPL e um futuro parque escolar.”

Está entendido?

Quem vota contra?

Peço aos senhores secretários que contem, por favor.

Peço desculpa, teremos que contar outra vez pois a contagem não bate certo.

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, com vinte e quatro votos a favor, vinte e sete votos contra e sete abstenções, rejeitar a presente proposta.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Vitor Lourenço, pode fazer a declaração de voto.

DEPUTADO VÍTOR LOURENÇO (PSD)

Vitor Lourenço, PSD.

Apenas para uma curta declaração de voto.

Na verdade, senhor Presidente, senhores deputados, senhor Presidente da Câmara, estranhamente, assistimos aqui a estes resultados desta votação. O território da prisão escola é um terreno com uma amplitude enorme e cujo projecto de ali instalar, seja ele qual for, há-de ter impacto - grande ou pequeno - na zona urbana de Leiria, em toda a zona urbana de Leiria. Não digo se este vai ser grande, se vai ser pequeno! Há-de ter um grande impacto! Estranho que esta Assembleia Municipal rejeite participar do acompanhamento e da discussão de um projecto desta grandeza! Não me vou alongar mais nem explicar porque, seguramente, numa próxima Assembleia iremos pedir ao senhor Presidente da Câmara que nos traga os elementos que reconhece que já conheceu, que ali quiseram ser implantadas e que, eventualmente, nós todos teríamos em conta se elas fossem apresentadas publicamente.

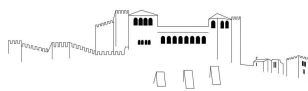
Muito obrigado.

Democracia a mais não nos faria mal!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Naturalmente, como autor da proposta, votaria a favor dela. O que me preocupa hoje aqui foi o, quase diria, “*o varrer para debaixo do tapete.*” A procura, digamos assim, de não deixar dar a oportunidade à Assembleia Municipal, de uma forma sistemática, acompanhar este processo. Quero deixar o meu lamento por esse facto e dizer-vos que, enquanto deputado municipal, irei continuar a estar atento a este assunto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

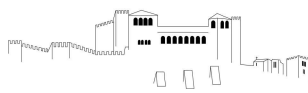
DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito obrigado senhor Presidente.

Quero dizer que votei favoravelmente esta proposta do deputado João Cunha. E fi-lo compreendendo, obviamente também, a argumentação da bancada à qual pertença, o Partido Socialista. Mas entendo que este é um problema que, ciclicamente, tem vindo a ensombrar a vida cívica de Leiria. Já não é de hoje, já não é de ontem, já não é de há uns anos a esta parte e pressinto que possa ser, mesmo aduzindo como boas as precauções do senhor secretário e deputado José Alves. Julgo eu que poderão vir e em algum prazo chegarão. Está ali um terreno que cria demasiados “apetites” a muita gente e há muito tempo. Lembrem-se quando havia a possibilidade de trocas – por exemplo – de terrenos para uma prisão escola ser construída na floresta da zona do Coimbrão? Para ali ser uma urbanização que todos nós sabemos... não é preciso dizer mais! Portanto, como também houve, em outras Assembleias Municipais, comissões eventuais... lembro – por exemplo – da comissão eventual a propósito da eventual localização do centro comercial junto ao estádio. Essa comissão produziu algum trabalho... deu informação à Assembleia. Foi por isso que votei favoravelmente a esta comissão eventual. Porque para além...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, as declarações de voto devem ser breves!



DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Peço desculpa! Para além da posição da Câmara, de uma forma preventiva, que a Assembleia possa pedir informações, seja ao Ministério da Justiça, seja às entidades centrais, seja a outras. Parece-me positivo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado José Manuel Silva, para uma declaração de voto.

Peço desculpa senhor deputado! Estava o senhor deputado Domingos Carvalho... peço desculpa! Que fique registado em acta que pedi desculpa ao deputado Domingos Carvalho porque ele tinha se inscrito primeiro.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, PS.

Muito breve... é só para dizer isto... não vou comentar as intervenções dos meus antecessores. Era só para dizer que, ao propormos que a comissão tivesse um mandato mais abrangente, acho que estamos a dar prova de abertura e transparência. Portanto, nada a esconder relativamente a estas e a outras matérias.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Domingos Carvalho, a quem reitero o meu pedido de desculpas.

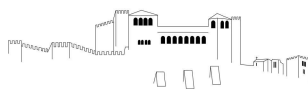
DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, porque acredito que só há um Deus, aceito apenas umas desculpas. Obrigado.

Gostava apenas de deixar nota de que o meu voto favorável a esta proposta prende-se exactamente com o facto de por esta matéria escapar à fiscalização da Câmara Municipal de Leiria, e face à dificuldade que a própria Câmara poderia ter em fazer qualquer acção de controlo de uma eventual... qualquer situação que pudesse ocorrer... não, os governantes de Portugal não abusam! Gostaria de dizer que exactamente por isso é que existe uma Assembleia Municipal! Exactamente por isso é que é uma Assembleia Municipal! Tem a obrigação de, não podendo tomar decisões de controlar, não podemos ignorar! Acho que isto também tem a ver com o 25 de Abril.

Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Passamos então à **moção** que foi apresentada à Assembleia Municipal para apreciar as questões relacionadas com as falhas de energia da EDP e que conclui assim: "A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 29 de Abril de 2011, requer á Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos - ERSE, cuja missão é proteger adequadamente os interesses dos consumidores em relação á qualidade de abastecimento, as necessárias diligências para que os investimentos previstos na rede eléctrica se realizem no mais curto espaço de tempo e que até à conclusão das obras se encontrem soluções para que o fornecimento de energia eléctrica não sofra cortes.

Esta moção será também enviada à EDP, ao Ministério da Economia, Inovação e Energia, aos concelhos da região de Leiria, á Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral e ao NERLEI." E, naturalmente, à ERSE, claro.

Alguém pretende pronunciar-se?

Não?

Vou colocar esta proposta de moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a moção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

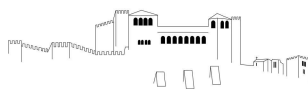
Será, obviamente, remetida às entidades nela referidas.

Temos uma **proposta** entregue pelo senhor deputado João Cunha que, depois dos considerandos que todos ouviram, diz o seguinte:

"1 - Que as sessões da Assembleia Municipal de Leiria, salvo motivo institucional de força maior, sejam transmitidas, em directo, via internet;

2 - Que a Mesa da assembleia Municipal - juntamente com a Câmara Municipal e respectivos serviços de informática -, para concretização operacional do objectivo referido no ponto anterior, apresente a esta Assembleia Municipal, no prazo de até 90 dias, as soluções técnicas adequadas, bem como os custos previsionais inerentes;

3 - Que após a avaliação prevista no ponto anterior, a Assembleia Municipal



proceda, até aos 180 dias após esta sessão, à colocação em funcionamento pleno do referido sistema;

4 – Que a transmissão via internet seja divulgada o mais amplamente possível pelos serviços municipais de divulgação habitual;

5 – À Mesa da Assembleia Municipal sejam conferidos plenos poderes de gestão do sistema, nomeadamente na avaliação de qualquer motivo institucional de força e relevância maior referido no ponto 1 desta proposta”.

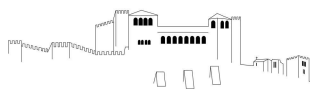
Antes de colocar a proposta a discussão, e usando da faculdade que a própria proposta acaba por me conferir, gostaria de sugerir o seguinte ao senhor deputado João Cunha, dizendo-lhe já, à partida, que não tenho nada contra o princípio estabelecido na sua proposta. O ponto dois da proposta pode levar à infirmação da proposta toda, ou seja, esta Assembleia deveria deliberar no fim de conhecer os condicionalismos técnicos e os custos. Sem os conhecer, parece-me incorrecto que tome a deliberação. A minha sugestão ao senhor deputado João Cunha, como Presidente da Mesa desta assembleia, a quem esta proposta, aliás, confere responsabilidades especiais seria:

Votaríamos o ponto dois. Suspenderíamos a votação dos demais pontos até termos o resultado dos estudos previstos no ponto dois. Quando tivéssemos os resultados, votaríamos o resto da proposta.

Esta é, honestamente, a minha sugestão. Senhor deputado, aceita a sugestão? O senhor deputado é o único que pode “mexer” na proposta. Portanto, como aceita a sugestão, vou ler o ponto dois, sendo certo que temos presente que o contexto é a transmissão via internet das sessões da Assembleia Municipal.

Para chegarmos a isso então temos este ponto dois. Se for aprovado, procederemos aos estudos e traremos de novo o assunto dentro de noventa dias à Assembleia Municipal: *“Que a Mesa da Assembleia Municipal – juntamente com a Câmara Municipal e respectivos serviços de informática -, para concretização operacional do objectivo referido no ponto anterior, apresente a esta Assembleia Municipal, no prazo de até 90 dias, as soluções técnicas adequadas, bem como os custos previsionais inerentes.”*

Não vejo nenhuma deputada nem nenhum deputado que pretenda usar da palavra. Colocarei à votação este ponto, assumindo o compromisso formal de respeitar o



resultado da votação, como é óbvio, e de a partir daí, colocar à votação o resto da proposta, no fim de aprovado este ponto.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar o ponto dois da proposta apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

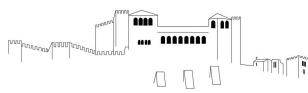
Em função do resultado desses estudos, votar-se-ão então os demais pontos, conforme proposto pelo senhor deputado João Cunha.

Há uma **moção** entregue pelo senhor deputado Carlos Guerra Coelho, que diz o seguinte... leio a moção toda porque é curta: *“Considerando que a escola Pública foi sendo construída com base nos princípios de universalidade de acesso e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos; que o Estado Social não pode estar limitado a cumprir as funções de “carro vassoura” dos excluídos que o mercado rejeita, devendo assegurar a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária delibera subscrever o manifesto “Investir na educação, defender a Escola Pública”, promovido por dezasseis entidades ligadas ao sector do ensino.”*

Não, o manifesto não faz parte da moção.

Claro que a assembleia delibera subscrever o manifesto e o manifesto foi lido! A Assembleia quer que leia o manifesto de novo? Uma coisa está ligada à outra. Se a Assembleia delibera subscrever o manifesto... trata-se de o subscrever e eventualmente deverei lê-lo: *“A Educação há muito parece ter deixado de ser uma prioridade para os governos. Nunca, porém, como em 2011, houve intenção de impor cortes tão acentuados com consequências que se adivinham de elevada gravidade. A redução de oitocentos e três milhões de euros na educação, a que crescem reduções indirectas impostas às Autarquias, provoca sérias preocupações nos subscritores deste manifesto.*

Cortar nos recursos de que as escolas dispõem – humanos, físicos, materiais e financeiros – e de forma tão violenta, impede que cumpram adequadamente a sua missão de ensinar, formar, educar e qualificar; inviabiliza a concretização das metas definidas para a redução das taxas de insucesso e abandono escolar; dificulta a universalização da Educação Pré-escolar a partir dos três anos, impede a certificação



qualificada de jovens e adultos que procuram uma nova oportunidade na escola; constrange a promoção, como a lei determina, da educação sexual nas escolas; compromete o grande desafio que constitui o alargamento de escolaridade obrigatória para doze anos!

É em defesa de um efectivo investimento na educação que os subscritores se manifestam; é em defesa de uma escola pública de qualidade, gratuita e inclusiva, em suma, democrática, que os subscritores se unem; é contra os cortes que incidem sobre aspectos vitais às escolas e, por essa razão, potenciam rupturas insanáveis no seu funcionamento que os subscritores alertam a sociedade portuguesa.”

O que é proposto à Assembleia é que subscreva este manifesto.

Senhora deputada Odete João, peço-lhe que seja breve também.

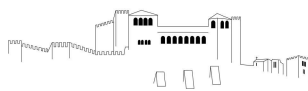
DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Penso que está aos olhos de todos os investimentos que têm sido feitos na educação. E recordo apenas algumas destas situações, nomeadamente os níveis atingidos na frequência no pré-escolar. É equivalente àquilo que se passa ao nível da União Europeia.

A modernização do parque escolar, nomeadamente o investimento das escolas secundárias; o investimento que tem sido feito em novos centro escolares, que começam a ser inaugurados por tudo quanto é Município e por tudo quanto é Freguesia; o alargamento ao 12.º ano da escolaridade obrigatória; o alargamento dos cursos profissionais, nomeadamente no ensino secundário; a qualificação que permitiu qualificação de muitos jovens, os sistemas “Novas Oportunidades” que permite também a qualificação de muitos adultos; a questão do ensino superior com os cursos M23; os cursos de educação tecnológica; os investimentos que têm sido feitos em recursos tecnológicos nas escolas e para os próprios alunos.

Os alunos que estão matriculados no ensino secundário, nomeadamente aqueles que têm entre quinze e dezoito anos, que em Portugal atingiu – pela primeira vez em 2010 – níveis superiores à quilo que é conseguido ao nível dos países da OCDE. Podemos não concordar com outras matérias em educação mas temos que reconhecer que os investimentos na escola pública em matéria de educação nunca



foram tantos como aqueles que se verificaram nestes últimos anos. Por isso, não poderemos subscrever esta proposta que, de facto, não traduz aquilo que é a realidade e o pulsar deste país no que tem sido os investimentos em educação. E não vou falar no ensino superior...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada, peço-lhe que seja breve.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

... Nomeadamente naquilo que são os investimentos ao nível das ciências e tecnologias.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Domingos Carvalho.

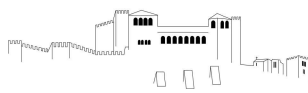
Lembro os senhores deputados que estamos no período "antes da ordem do dia"! Não é para si, senhor deputado...

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS)

Sou eu que tenho azar!

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

A minha intervenção é puramente pessoal, ou seja, reflecte o que penso sobre o que percebi. Em primeiro lugar devo dizer que, sendo um ignorante nestas matérias, não conheço os subscritores daquele manifesto. Agora... do pouco que percebi o que está aqui em causa, para além de um detalhe que não deixa de ser relevante... dia cinco de Junho há eleições! Vai haver um novo Governo que, provavelmente, irá definir uma nova política – espera-se – também para a educação em Portugal. Enfim, mas isto é um detalhe que pode não ser muito importante! Mas há uma questão que não posso deixar de dar nota a esta Assembleia... parece-me que este documento é um documento conceptual, tem a ver com a filosofia que nós temos para o modelo de sociedade que queremos desenvolver. É por isso que, independentemente da minha dúvida sobre por quem são, donde vem e o que diz aquele manifesto, claramente acho que a escola pública tem que ser a melhor escola possível. Mas atenção! Existe escola privada em Portugal! Aquilo que me preocupa não é a escola pública... aquilo que me preocupa é o ensino em Portugal! E é por isso que pugno, não é pela escola do Manuel, do Joaquim ou do Francisco... é pela escola dos portugueses e todas as



escolas deste país têm que ser representadas. É por isso que, à partida, não posso votar neste modelo de sociedade, aliás, como é bem evidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

A propósito desta proposta de moção do deputado Carlos Guerra, ela apenas traduz aqui uma antecipação da campanha eleitoral para as legislativas. Portanto, traduz e é meramente uma proposta ideológica que traz, naturalmente, o programa do partido que ele representa para o teor da moção. Nós respeitamos, naturalmente, as diferenças políticas e a intervenção que a deputada Odete João aqui proferiu foi também o seguimento dessa antecipação das eleições legislativas. Tendo vindo aqui debater, enfim, toda aquela política do Governo que toda a gente conhece. O parque escolar, toda a gente sabe como foi feita esta remodelação, os custos que isso tem, a forma como foi feita e a forma como foram agrupados os concursos, etc. Isso dava para outro debate! Mas isso é para as legislativas, é para esse debate e, naturalmente, o sentido do meu voto é de colocar cada *"macaco no seu galho"*, perdoem-me a expressão e com todo o devido respeito! Vamos deixar essas matérias para as legislativas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado.

Senhor deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

Boa noite a todos.

Boa noite senhor Presidente, meus senhores e minhas senhoras.

Permita-me, relativamente ao comentário da doutora Odete João... não podia deixar em claro o seu ponto de vista! E é preciso que nós, que reparamos nas situações que vão decorrendo ao longo do país, perspectivamos a realidade daquilo que se passa. Não podemos andar sempre a trabalhar para a estatística! Nem tudo o que se faz é mau e não é na perspectiva crítica que o vou dizer... mas naquilo que são as "Novas



Oportunidades”, como sabe, é pura e simplesmente para estatística, que é aquilo que o senhor Ministro da Ciência e Tecnologia tem feito. Novas oportunidades nas escolas profissionais, a experiência que tenho é que o sucesso não tem sido positivo porque a variedade de custos e aquilo que é o mercado de trabalho não corresponde com o que é a realidade e aquilo que é o desenvolvimento da economia europeia e da economia portuguesa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhora deputada Mónica António.

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Mónica António, Bloco de Esquerda.

Confesso que fico um bocado chocada com alguns dos comentários ditos aqui por alguns dos senhores deputados! O que está aqui em causa, desculpe-me doutora Odete João, não é os investimentos que foram feitos nas escolas públicas, nos novos edifícios... são os mega-agrupamentos que vão despedir não sei quantos professores; é o corte no financiamento de algumas escolas e, para além do mais, são os alunos que ficaram sem bolsas – que são mais que muitos – e sabe perfeitamente disso pelo novo método de avaliação. São bastantes os alunos que deixaram a escola pública... a questão é essa! E na escola pública há cada vez menos pessoas! O direito à escola pública conquistado depois do 25 de Abril está a perder-se! É disso que estamos a falar! Os cortes foram para os professores e foram para os alunos, e são cada vez mais... e é disso que se está aqui a falar, mais nada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

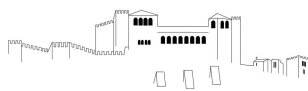
Senhora deputada Ana Elisa Santos.

E a seguir votarei este ponto! Não se justifica num período de antes da ordem do dia gastar tanto tempo só com uma moção... peço desculpa!

DEPUTADA ANA ELISA COSTA SANTOS (PS)

Ana Elisa Costa Santos, Partido Socialista.

Caro senhor Presidente da Assembleia Municipal, Mesa da Assembleia, senhor presidente, senhores vereadores, caras deputadas e deputados, minhas senhoras e meus senhores.



Não posso concordar com o deputado Leonel Costa e meu conterrâneo. Tenho pena que nunca tenha assistido a nenhum júri de validação das “Novas Oportunidades”! Tenho pena porque, realmente, se tivesse assistido, não teria essa opinião.

Queria saudar também a escola da Maceira, uma escola que tem um Centro de Novas Oportunidades e que, efectivamente, poderá ser um testemunho de todo o sistema e da qualificação dos portugueses. Já estive no Centro de Formação de Leiria, como sabem, e este programa veio ajudar – e muito – a população portuguesa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor apresentou o texto... tem o direito a usar da palavra para encerrar, é verdade.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Sou muito breve. Só para dizer que este manifesto não é do Partido Comunista Português. E se fosse, tinha muito orgulho nele! Porque o que aqui está é verdade! É que o país está tão bem, mas tão bem que não sei como é que vamos para eleições! É para ficar melhor é... então está mal! Só para dizer que quem subscreve, as entidades promotoras são: a FENPROF, tem lá muitos comunistas! A ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados; a FENEI – Federação Nacional de Ensino e Investigação; a PRÓ-ORDEM – Associação Sindical dos Professores PRÓ-ORDEM, que também é comunista à última da hora!; a SEPLEU – Sindicato dos Professores e Educadores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação; o SINAPE – Sindicato Nacional dos Profissionais de Educação; o SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores; o SIPPEB – Sindicato dos Professores do Pré-escolar e do ensino Básico; o SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades; a CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais, que também é comunista! o CNIPE – Confederação Nacional Independente de pais e Encarregados de Educação, idem aspas!; a DNAEESB – Delegação Nacional de associações de Estudantes do Ensino Secundário e Básico; a FNSFP – Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública; o SIEE – Sindicato dos Inspectores da Educação e do Ensino; o SNP – Sindicato Nacional dos Psicólogos; o STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. É só comunistas neste manifesto!



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Vou pôr á votação a **moção**. Repito, é no sentido de a Assembleia Municipal subscrever o manifesto que foi lido.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com trinta e dois votos contra, vinte e duas abstenções e dois votos a favor, rejeitar a moção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tenho, enfim, deveria ter sido primeiro... peço desculpa à senhora deputada Mónica António porque deveria ter sido votada primeiro... uma **recomendação**, que termina assim: "*A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 29 de Abril de 2011, delibera recomendar:*

Garantir a esterilização de qualquer animal que seja adoptado no Canil/Gatil Municipal, excepto se exista contra-indicação médica para esse acto, e a concretização de campanhas de adopção regulares, evitando assim um ciclo de compra/abandono/multiplicação/abate de animais, que tem sido uma constante nestes últimos anos;

Promover mecanismos de agilidade para a elaboração de mais protocolos de colaboração com Associações de defesa dos animais;

Estimular a formação dos trabalhadores que desempenhem funções no Canil/Gatil Municipal no sentido da crescente humanização das formas de captura e tratamento dos animais à guarda do Município."

Pergunto se alguém pretende usar da palavra?

Não?

Ponho a recomendação à votação de imediato. Ouviram-me ler a recomendação...

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com seis votos contra, sete votos a favor e os restantes são abstenções, aprovar a recomendação.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vale o que vale esta votação. A recomendação está aprovada.

Terminou o período de antes da ordem do dia.

Vamos entrar no período da ordem de trabalhos.

Gostaria de informar esta Assembleia de que recebi uma comunicação da senhora deputada Odete João, em representação do grupo parlamentar do Partido Socialista, pedindo que o ponto número sete da ordem de trabalhos, que tinha sido agendado a pedido do Partido Socialista, seja retirado. Ponto número sete é: "LITÍGIOS CONTRA A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE QUE RESULTARAM RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS PARA A AUTARQUIA – Apreciação".

Portanto, uma vez que o pedido era de um grupo parlamentar, o ponto está retirado pois o proponente não pretende discuti-lo. É regimental... qualquer ponto pode ser retirado até ao momento da sua discussão por iniciativa do proponente. Sempre... bem como os da Câmara. Se for a Câmara a retirá-lo, assim acontecerá. Até ao momento da discussão, portanto, não se votará se o proponente disser que retira o ponto. Termina aí... exactamente!

ORDEM DO DIA

1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO - Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

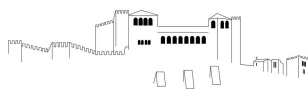
Quem pretende usar da palavra?

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Sendo certo que o relatório financeiro é uma peça, digamos assim – genérica – que é apresentada aqui à Assembleia, queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara o seguinte... no conjunto do lote de facturas por pagar aos fornecedores aparecem duas situações para as quais pedia um esclarecimento. São facturas que têm uma



validade superior a mais de um ano e meio – facturas ou dívidas, digamos assim – uma é á Direcção Geral dos Impostos, no montante de sete mil cento e sessenta e nove euros e noventa e quatro cêntimos; e uma outra que diz respeito ao Tribunal Constitucional, no montante de dois mil quinhentos e noventa e dois euros. Pedia se nos podia informar a que diz respeito estas duas situações.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado senhor deputado.

Não há mais nenhuma inscrição.

Senhor Presidente da Câmara...

O senhor Presidente da Câmara pede para dar resposta a este pedido de informação depois de recolher a informação adequada junto dos serviços do Município. Parece-me correcto... o senhor deputado João Cunha receberá a resposta.

Senhor Presidente, peço-lhe que a resposta seja enviada ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que a remeterá ao deputado que a solicita.

Pode ser assim?

A todos os deputados... com certeza senhor deputado. Assim será feito. Portanto, o senhor Presidente enviará o esclarecimento ao presidente da Assembleia, que a distribuirá por todos os deputados municipais por via electrónica, que é o método que estamos a utilizar.

Não havendo mais nenhuma intervenção...

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do relatório do Presidente da Câmara sobre a actividade do Município e relatório financeiro.

Entramos no ponto dois.

2. INTEGRAÇÃO NO INVENTÁRIO MUNICIPAL, EM 2010, DE BENS QUE JÁ ERAM DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO À DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO POCAL – Apreciação e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar o ponto, por favor.



PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Esta proposta decorre de uma errada contabilização de um valor de mil, quarenta e três euros e trinta e dois cêntimos, que foi uma conta de Resultados Transitados, quando devia ser registado em Património e, portanto, trata-se de fazer aqui o estorno no sentido de regularizar, mediante indicação da Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas que dão suporte à Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra em relação a esta questão?

Vamos pôr à votação a proposta da Câmara, que nos remete para o documento oportunamente distribuído.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a integração no inventário municipal, em 2010, de bens que já eram de propriedade do município à data da entrada em vigor do POCAL.

Entramos no ponto três da ordem de trabalhos.

3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO E CONTAS CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010 – Apreciação e votação

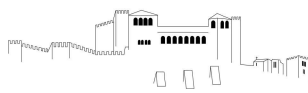
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A palavra é do senhor Presidente da Câmara, para fazer a apresentação.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Contas do exercício de 2010.

Os aspectos que constam e foram indicados na nota introdutória têm a presunção daquilo que constou também da introdução efectuada aquando da apresentação do orçamento para 2010, onde ali manifestávamos a realidade dos números, nomeadamente quanto à receita, já que decorreriam dos montantes de compromissos que haveria e que estavam assumidos. Portanto, foi suficientemente explicado na altura essa situação. Não é de estranhar que a receita tenha atingido 50% daquilo que estava previsto e que as despesas pagas atingiram os sessenta e um milhões e duzentos e vinte mil euros e que se conseguisse que houvesse uma poupança, ou seja, a despesa corrente - comparada com o ano anterior - foi



reduzida em seis vírgula dois milhões, tendo havido um aumento das dívidas a terceiros de um milhão e seiscentos mil euros.

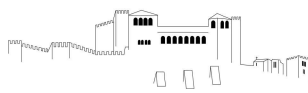
Trago aqui alguns diapositivos com elementos de comparação para perceber a situação da Autarquia, nomeadamente naquilo que respeita a receita própria, sem passivos financeiros e com passivos financeiros. E isto porque, como é sabido, nos exercícios de 2008 e 2009 houve empréstimos de um programa chamado "*Pagar a Tempo e Horas*" e o PRED, que influenciaram os resultados e, naturalmente, por essa via – e há quem não se lembre – mas por essa via o prazo médio de pagamentos foi reduzido e o saldo de fornecedores também, ou melhor, reduziu algo.

Para mero exercício académico, se neste ano em análise – 2010 – também tivesse havido um programa desta natureza, teríamos aqui contas com prazos de pagamentos na ordem dos 90 dias. Isto porque devemos a fornecedores dezasseis milhões de euros. O plano inclinado, que contávamos que fosse suave, está neste momento muito complicado porque há uma queda abrupta da actividade económica da Autarquia. Portanto, há algumas dificuldades que estamos a sentir que, aliás – se olharmos para os quadros – percebemos que em termos de receita efectiva, desde 2005 para 2010, verificamos efectivamente e também aqui, para além de haver os valores que têm sido empolados ao longo dos anos e que também nós o tivemos que fazer (conforme foi devidamente identificado), basta ver que, sem influência de empréstimos, o comportamento da receita total:

- Prevista em 2005 - noventa e nove milhões. Realizou-se cinquenta e cinco milhões;
- Prevista em 2006 – cento e vinte e seis milhões. Realizou-se cinquenta e seis milhões de euros, etc, etc.
- Em 2009 - cento e dezassete milhões. Realizaram-se cinquenta e oito milhões de euros;
- Em 2010 - cento e vinte e seis milhões de euros. Realizámos sessenta e quatro milhões de receita.

Temos aqui um paralelismo com o ano de 2006, em que foi realizada uma receita total de cinquenta e seis milhões de euros, perante um número equivalente àquele que era a nossa proposta de orçamento e, portanto, só para dar nota de alguma melhoria em alguns sectores onde actuámos, como seja na redução de despesa mas, acima de tudo, no que respeita à receita:

- Na eficácia das coimas recebidas;



- Taxas e outras licenças que estavam por cobrar;
- Em matéria de execução fiscal.

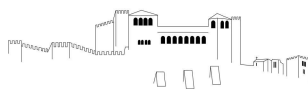
Temos aqui as receitas reais sem passivos financeiros. A oscilação que tem havido nos últimos anos e os dados que neste momento dispomos para o ano seguinte, que não está em análise, suscitam-nos um agudizar de preocupações e depois – podemos ver aqui em termos de despesas correntes e despesas de capital – onde é que, efectivamente, se originou a poupança prevista das despesas correntes, nomeadamente seis milhões, duzentos mil euros.

Queria também apresentar um gráfico da despesa relativo ao ano anterior, já agora, para alertar – uma vez que tem sido suscitado o problema das despesas com o pessoal: Verificamos que, efectivamente, em termos globais, no ano de 2010 gastámos catorze milhões e no ano de 2009 treze milhões, quatrocentos e setenta e seis mil. Mas é bom verificar que no ano de 2010, elas estavam inflacionadas por catorze mil euros de prémios de desempenho que cumpriu com uma deliberação do anterior executivo, do qual eu fazia parte:

- Há noventa e três mil euros de alterações de posicionamento remuneratório assumidas também;
- Há noventa e nove mil euros de indemnizações por cessação de funções, seja naqueles em que a lei obriga para os contratos a prazo; seja de subsídio de reintegração;
- E há trezentos e quarenta mil euros relativos à retenção do FEF para o Serviço Nacional de Saúde, que tem um valor que as Autarquias têm reclamado muito pois deriva de uma fixação que é feita de forma arbitrária e, tendo em conta factos ocasionais do exercício anterior, significa que estamos a ser penalizados. Isto porque no ano anterior houve, efectivamente, funcionários que tiveram despesa bastante, o que leva a uma retenção mensal de quarenta e oito mil euros para o Serviço Nacional de Saúde.

Esta despesa do ano de 2010 está inflacionada, obviamente, pelos montantes de quinhentos e quarenta e sete mil euros, o que significa que se considerarmos a dedução de despesas extraordinárias – chamemos-lhe assim – teríamos menos despesa comparativamente com o ano de 2009.

Em termos de endividamento - aquilo que mais uma vez aqui vou tentar explicar - para que não haja dúvidas, é que o montante do endividamento compreende aquele



que é devido à banca e o que é devido a fornecedores. No conjunto global, temos ainda margem. Mas ao contrair mais dívida significa que vamos continuar a aumentar a dívida de fornecedores porque não há dinheiro para pagar! Não podemos ir à banca e não temos outras receitas extraordinárias!

Já vamos no sétimo grupo com quem temos vindo a falar, ao longo do tempo, sobre a hipótese de negociação do topo norte do Estádio Municipal, e esta conjuntura que tivemos também não ajuda.

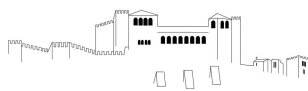
As dificuldades que estamos a sentir em conseguir a liquidez necessária para satisfação dos compromissos que estão assumidos são extremamente preocupantes! Temos aqui valores, em relação às empresas participadas e depois o valor global, em que verificamos que a margem para o limite de endividamento atingiria os cinquenta e três milhões de euros, mas no qual temos depois aquilo que já está assumido. E a questão, que está a agravar-se, resulta precisamente desse cenário!

Demos prioridade, como em tempo oportuno anunciámos, às obras que eram objecto de financiamento comunitário, que implicam – grosso modo – no mínimo 20% de comparticipação ou responsabilidade da Autarquia.

E chegamos a uma situação em que estamos com imensas dificuldades! Infelizmente é um panorama de todo o país, o de garantir esses 20%. E porquê? Porque não podemos contrair novos empréstimos! Também não vale a pena, nesta altura, pensar em pôr em venda alguns terrenos que a Autarquia tenha, porque ou são vendidos a um preço extremamente baixo ou não têm sequer interessados.

Temos eficiência na tentativa de angariar na gestão da dívida executiva; das contra-ordenações e uma maior fiscalização às obras que não estão, enfim, licenciadas, que nos permite ter algum *APPORT* mas também não é por aí! Porém, temos o sentimento, em face dos valores que estão expressos, que iremos ter saídas para honrar os nossos compromissos!

Estamos em condições de, em breve, primeiro dentro do executivo e depois, naturalmente, proposto em Assembleia, ponderar uma solução alternativa que pensamos ser a única possível neste momento, tendo em vista a criação de condições para honrar os nossos compromissos, porque também entendemos que não podemos manter esta situação durante muito tempo e a necessidade que há de ter capacidade de poder criar mais endividamento bancário é-nos vedada.

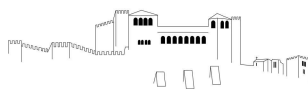


Vamos ver se na próxima reunião da Assembleia Municipal já estaremos em condições de propor, pelo menos, uma alternativa que permita amenizar este cenário. A margem para o limite de endividamento de médio/longo prazo, os empréstimos que não são excepcionados – aqueles que contam para o limite – é de vinte e três milhões de euros. Estamos a falar só do Município, não está aqui a Leirisport. Estamos a falar depois das empresas participadas, com dezanove milhões de euros. É estatística porque há valores nas mesmas que devem ser englobados pela totalidade, atendendo ao grau de responsabilidade que pode ser, em caso de litígio, assumido em termos solidários. É o caso da participação que o Município tem numa empresa chamada “Municípia”, e o somatório destes dois, quarenta e três milhões, como temos o limite de endividamento de quarenta milhões de euros, verifica-se que houve aqui excessos em termos contabilísticos de três milhões no limite de endividamento.

Nos SMAS, porque este é o primeiro exercício em que as contas têm que ser consolidadas, isto é, entre Município, Leirisport e SMAS, tem que haver a integração dos respectivos fluxos. Temos aqui também o resultado líquido dos SMAS nos vários anos; os encargos de pessoal; o investimento que tem sido feito e a receita que se tem gerado nos SMAS.

No caso da Leirisport, o volume de negócios, também nos últimos anos – proveitos operacionais; despesas com pessoal; resultados operacionais e o resultado líquido do exercício, que tem vindo a ter prejuízos. No final do exercício de 2010 a Leirisport, só por si, tem cerca de onze milhões de resultados transitados negativos e teve, desde 2005 até 2010, um montante de indemnizações compensatórias – que tem várias vertentes, como sabemos – para compensação de preços, para a cobertura do deficit e várias nuances. Temos um somatório, nos últimos cinco anos, de dezassete milhões de transferências da Autarquia para a Leirisport.

Ainda relativo ao Município de Leiria, um dado significativo tem a ver com aquilo que em tempos dizíamos, que os relatórios das inspeções são sempre instrumentos de trabalho. E uma constante dos diversos relatórios era a falta de registo patrimonial dos bens da Autarquia. Este trabalho tem sido moroso mas no ano de 2010 foi possível fazer registos de bens da Autarquia que importam em cerca de cinco milhões. Continuam esses trabalhos pois há muitos imóveis da Autarquia que nem



sequer estão registados e temos que continuar a desenvolver esse trabalho para podermos ter uma noção exacta de qual é a situação patrimonial da Autarquia.

Os aspectos relevantes de 2010 foram que o resultado é positivo em seis milhões de euros, o passivo diminuiu seiscentos e oitenta e um mil euros face a 2009 e há aumento de um milhão, seiscentos e vinte e um mil euros da dívida a terceiros de curto prazo que não é proporcionado pelo aumento da despesa! Quer o valor facturado, quer o valor de compromissos assumidos, diminuíram face a 2009. O desequilíbrio orçamental está a ser proporcionado pela falta de liquidez, ou seja, pela falta de realização de receitas.

Como já referi, cinco milhões e trinta e sete mil euros é o montante do imobilizado em curso para o imobilizado firme – o património de que a Autarquia é detentora e que, em termos contabilísticos, tem que ser registado como tal.

Quanto às transferências para as Freguesias, houve um decréscimo no ano de 2009, aliás, pode-se ver o comportamento desde 2006, 2007, 2008 e depois 2009, que poderá ter muitas explicações – não vem ao caso – em 2010 há três milhões seiscentos e oitenta e quatro mil de transferências para as Freguesias.

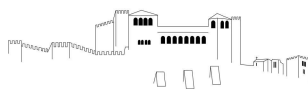
Este é o conjunto de dados que foram apurados pelos serviços em resultado de um esforço de contenção que foi produzido, em que se conseguiu poupar em despesas correntes mais de quinhentos mil euros por mês. Estamos seriamente preocupados com o conjunto de obras que estão em curso, onde há dificuldades de diversa natureza, para termos a capacidade de fazer o pagamento a 100% para recebermos 80%. Estamos num ciclo de ir pagando uma, reembolsa... paga outra... e tentamos fazer isso.

Vamos ver como conseguimos garantir esta situação, nomeadamente nas obras do PALOR até Julho de 2011. Mas, sinceramente, manifesto aqui a minha preocupação pela falta de liquidez que esta conjuntura está a trazer ao Município e pelas ameaças daquelas soluções, que já têm aparecido nos jornais, de mais cortes sobre as Autarquias. Vamos ter que aguardar para depois podermos, em conjunto, avaliar toda esta situação e procurar as melhores soluções para dar resposta àquele que é o nosso papel.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

A palavra é dos senhores deputados. Farão o favor de se inscrever.



Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Boa noite senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores Presidentes de Junta, senhores jornalistas, a quem gostamos muito de ter perto de nós, mesmo aqueles que ficam feios nas fotografias... como é o meu caso, minhas senhoras e meus senhores.

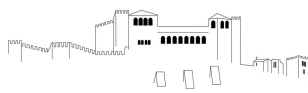
Boa noite a todos!

Permita-me, senhor Presidente da Assembleia, uma palavra fora de ordem. São três segundos para saudar a intervenção brilhante do senhor deputado Pedro Biscaia. Para aqueles que tiveram a ocasião, como eu, de visitar o Tarrafal várias vezes, sentiram muito particularmente a intervenção sobre a conquista mais importante que devemos celebrar, que é a liberdade. Cumprimentá-lo e saudá-lo muito especialmente por essa intervenção!

Muito bem!

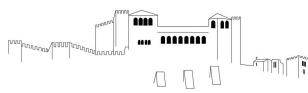
Senhor Presidente, dirijo-me a si, o senhor Presidente tocou nalguns aspectos muito relevantes e algumas das minhas dúvidas na sua apresentação... e prometo também ser breve... tocou nelas e de alguma forma não vale a pena estarmos aqui a "*malhar em ferro frio*". Há uma nota, ainda bem que a questão do endividamento está resolvida! É bom! Porque, de facto, muitas das coisas que foram ditas sobre as anteriores gestões... se calhar não seriam ditas da mesma maneira. É bom! É verdade que a Câmara de Leiria está hoje inibida de ir à banca... é verdade! Infelizmente não é só a Câmara de Leiria... são todas! E também é verdade que o Engenheiro Sócrates, no seu afã de poupar, cortou três ou quatro vezes as transferências para as Autarquias. Não se falou nisso, qual foi a perda de receita directa por este corte dos governos centrais? Era muito interessante perceber! Porque hoje temos uma taxa de execução de cinquenta e um e, aqui há atrasado, tínhamos mais 10%, quase. E isso é muito significativo! Estou a falar dos números que vi... não vou discutir meio por cento com o senhor Presidente e, seguramente, ele também não discutirá o meu meio por cento comigo, embora este meio por cento sobre cento e vinte e sete milhões possa fazer alguma diferença.

Bom, certificação legal de contas... dei uma espreitadela, é verdade, e o senhor Presidente já respondeu que é um princípio que deve ser espelhado em todas as



outras entidades – dos SMAS, da Leirisport e todas elas – porque se estão na esfera da consolidação municipal, das contas do Município, têm um impacto fortíssimo. Portanto, é muito importante esta questão e também a questão da inventariação completa dos bens sobre o domínio público. Sabemos que é um processo e um trabalho que está em curso e que tem algum impacto nas contas muito expressivo, nomeadamente no lado dos activos e, hoje, o que precisamos é de activos. Há uma diminuição muito clara e hoje – nalgumas das intervenções de alguns senhores deputados e Presidentes de Junta – notamos isso! Há aqui um corte drástico nas receitas transferidas para as Freguesias. Está assumido, aliás, pelo senhor Presidente. É uma opção de gestão e o senhor Presidente agora vai-me dizer... “está bem senhor deputado, onde é que nós cortamos?” Ele tem razão, mas corta 26% nas transferências para as Freguesias! É um corte muito expressivo! Obviamente, e queremos também aqui dizer, porque estamos aqui como sempre estivemos, de espírito aberto e com muita calma e serenidade institucional... não há dúvida nenhuma que muitas coisas tinham que ser cortadas. Não vale a pena e não estejamos com lirismos porque a minha formação base também é na base das letras, e também sei dividir sessenta e dois por metade. Mas muitas coisas tinham que ser cortadas, muito bem, mas se calhar vale a pena - e já lá vamos - nós discutirmos estrategicamente algumas coisas. O orçamento aceita tudo, o papel aceita tudo e percebemos hoje que algumas das críticas feitas a este orçamento, quando o discutimos em 2010, eram muito pertinentes. O senhor Presidente disse-nos que não tinha alternativa, foi assim no ano passado... estava errado mas tivemos que continuar este ano mais um tempo. Esperamos que esse tempo dos erros vá diminuindo e que consigamos ter contas cada vez melhores, porque é isso também que os munícipes que votaram neste elenco esperam. É que façam melhor!

Muito bem... cortes, aumento de endividamento. Bom, se a Câmara não pode ir à banca vai aos fornecedores. E a Câmara Municipal, em vez de se estar a financiar do lado da banca, na qual há sérias restrições, faz uma coisinha... olha, está bem... vocês em 2009 receberam em média a sessenta e um dias, agora lamento... tenho uma má notícia para vos dar, vão receber – em média – a cento e cinquenta e dois. É o que está, está escrito! É uma opção de gestão e não queremos aqui discutir as opções de gestão porque, pelo voto, responsabilizamos as tomadas de decisão estratégica deste elenco camarário, que saudamos e cumprimentamos e pelo qual

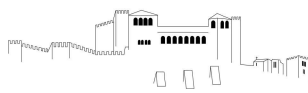


sentimos muito respeito e, em dias muito positivos, alguma admiração até! Hoje é um dia positivo! Mas há aqui uma opção estratégica e queremos discutir esta opção estratégica, que é... estando as empresas muito constrangidas – estão como a Câmara – estando nós num momento de penúria geral, já lá vamos depois discutir nas legislativas, com o alto patrocínio do Engenheiro Sócrates, teríamos preferido que não fossem os fornecedores a sofrerem este impacto. Ó Carlos, senhor deputado, não teremos grandes alternativas! Gostaria de as discutir, até porque depois há aqui outro aspecto... é que se há cortes tão expressivos, e é uma poupança de seis milhões e duzentos mil euros, excelente! Mas depois vimos alguns aspectos como o aumento dos custos com o pessoal que, segundo percebi – peço esse esclarecimento ao senhor Presidente – foi um episódio ocasional, fruto de algumas coisas excepcionais. Porque se assim é, é preocupante! Porquê? Porque os custos com pessoal temos que pagar todos os meses e não temos possibilidade... e como a flexibilização na despesa de colaboradores é nula – e se calhar o FMI até nos vai dar uma má notícia no que diz respeito aos funcionários públicos que temos – e Portugal é dos países da OCDE com maior cobertura de funcionários públicos na saúde, na justiça, na educação. Vejam lá, dos vinte e sete países – que agora são trinta – da OCDE, vale a pena vermos porque não há esta flexibilidade. E há aqui um aumento nas despesas com pessoal que é sistemático? É ocasional? Como é que está explicado? Seria muito importante porque desta despesa não nos vamos livrar, salvo seja - e estão a entender as minhas palavras – sabem como o estou a dizer! Portanto, preocupa-nos muito que a Câmara se esteja a financiar pelos seus parceiros fornecedores, que tenha havido um aumento de um milhão e seiscentos mil euros sensivelmente... foi o que escutei ainda há bocado, e este aumento de custos com pessoal, embora haja uma leve diminuição na despesa corrente, pode ser muito preocupante. Nós gostaríamos que não fossem os fornecedores da Câmara Municipal – da nossa Autarquia – a pagar esta factura muito pesada porque as tesourarias deles também estão muitíssimo mais débeis.

Bom, três notas já a resumir porque estou a falar já há tempo a mais, peço desculpa e agradeço imenso a vossa compreensão e generosidade.

Três notas finais:

Primeira – O orçamento, como dissemos aqui o ano passado, regista as grandes opções. E nós não tivemos um orçamento realista! Andamos há muitos anos a lutar

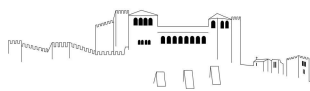


por um orçamento realista. Se não era no passado, temos que tornar agora, temos que perceber com toda a clareza o que é que queremos fazer. A nossa preocupação é – e da leitura destes números todos – como é que estão os cortes a ser feitos? Qual a estratégia? É cega? É para todos de forma igual? É que de facto há prioridades e gostaríamos de as sentir vertidas – porque agora já temos a execução orçamental – e já não vale a pena falar dos pressupostos de 2010.

Segunda – Já sabemos o resultado da execução da receita, já sabemos tudo! Mas 2011 está aí e com muitos constrangimentos! Qual vai ser o eixo estratégico da Autarquia no próximo orçamento? E já em 2011... sabendo que as coisas não vão melhorar – como muito bem disse o senhor Presidente –, não vão melhorar! É que se cortamos transferências de fundo de vinte e seis por cento; não conseguimos controlar o nosso endividamento; não conseguimos gerar liquidez nem tesouraria... então temos um problema muito grave! Vamos estar completamente desequilibrados e, de facto, neste ano e meio, lamento desapontar-vos, não podemos desculpar-nos com o PSD – o que é sempre uma defesa importante mas agora não fará sentido!

Terceira – Neste ano e meio houve alguns sinais positivos, poupanças, algumas coisas! Mas há aqui um conjunto de coisas, e não podemos ver o indicador de “*per si*”, nenhum indicador deve ser analisado individualmente... há um conjunto de sinais preocupantes, de facto. Aliás, no sentido que o senhor Presidente da Câmara manifestou também, muita preocupação. Seguramente está preocupado e tem estratégia. Porque nós sabemos que ele tem estratégia, mesmo correndo o risco de não a percebermos bem! E vale a pena percebermos bem a estratégia, até para nos juntarmos todos! Na bancada do PSD existe muito boa vontade para ajudar no que for possível. Queremos manifestar isso outra vez! E então, qual é a estratégia que vamos seguir? Qual é a estratégia de redução da despesa efectiva e se é significativa. Sim, porque não podemos ter reduções da despesa na casa dos dois ou três por cento quando a receita cai e temos uma taxa de execução de quase metade! Ou ajustamos a despesa às receitas que geramos ou então estamos em problemas que não vão facilitar.

Bom, e gostaria de perceber – senhor Presidente – quais os eixos estratégicos para 2011, como está a decorrer a execução... dar-nos uma ajuda explicando esta gestão das despesas com pessoal, que cresce. E se pudesse ajudar-nos, detalhando um



bocadinho, a razão daquela poupança de seis milhões e duzentos mil, para já, auxiliava-nos também um pedacinho.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Vitor Lourenço.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Vitor Lourenço, PSD.

No âmbito da nossa análise aos resultados apresentados no conjunto das Instituições que constituem o universo do Município de Leiria, caberá, naturalmente, fazermos alguma apreciação sobre o que nos tem sido apresentado no relatório relacionado com as contas da Leirisport.

Primeiro dado importante a referir é que de 2009 para 2010, segundo o relatório, os resultados caíram mil quinhentos e sessenta e nove por cento! Mais... embora, convenhamos, que o EVTDA mantém-se positivo, também tenha caído catorze, oito por cento. Apesar dos novos projectos que foram divulgados e cujos resultados foram apresentados, apenas trouxeram destruição de algum valor que ainda pudesse existir.

Eu exemplifico:

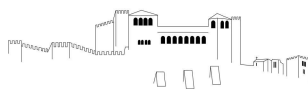
Aquela ideia de estacionamento do topo norte, uma porta aberta, constitui um saldo negativo... uma despesa de menos cinco mil seiscentos e tal euros;

Aquele programa das "*Conversas com Música*"... um milhão e seiscentos e tal mil... mil seiscentos e tal mil, perdão!

O projecto do parque de campismo – os "*bungalows*" – um prejuízo de dois mil quinhentos e tal;

Aquela ideia do restaurante VIP – até nem era uma má ideia, até era uma boa ideia – só que, na verdade não começou a ser bem gerida porque imediatamente começou a dar resultados negativos.

O estacionamento do topo norte na altura, quando se falou disso - só não viu quem não quis ver – com estacionamento gratuito ali em frente naquele espaço todo... vamos abrir um estacionamento! Abrir uma porta dá despesa! Teve que dar prejuízo, não é? O parque de campismo da Praia do Pedrógão, um investimento superior a duzentos mil euros, só os "*bungalows*" foi cento e noventa mil euros! O estudo previa



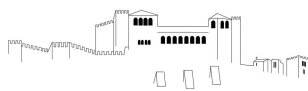
que a comparticipação do parque na receita fosse de vinte mil, setecentos e cinquenta e sete, quarenta por cento do total previsto, e que os equipamentos estariam pagos no prazo de seis anos. Ora, no primeiro ano deu o prejuízo que há bocado identifiquei. Mas, não sei se por ilusão comercial ou por ingenuidade, o estudo deste investimento no parque de campismo foi feito pela empresa que vendeu o equipamento!

Do crescimento das dívidas, já foram aqui faladas várias vezes, apenas destaco as duas instituições que mais devem á Leirisport. Acabei de, na sequência da intervenção no período antes da ordem do dia, cujo esclarecimento o senhor Presidente deu, de pedir um requerimento ao senhor Presidente para que a Câmara Municipal nos forneça a lista das dívidas a cobrar pela Leirisport, para ficarmos também com o balanço do deve e do haver.

As indemnizações compensatórias, que também foram referidas pelo Senhor Presidente, continuam a rondar os quarenta por cento, o que – em termos da empresa e tal como ela foi organizada – arrecadando os seus proveitos, os quarenta por cento têm sido a média das indemnizações compensatórias ao longo dos anos. Variaram alguma coisa mas não tanto.

Em resumo, podia dizer que do ponto de vista económico, apesar de tudo o que aconteceu neste ano e dos prejuízos que foram procurados com estes projectos, andamos à procura de prejuízos – às vezes senhor Presidente! – e precisamos tanto de encontrar receitas, não é? Encontramos projectos que nos dão prejuízo... devíamos encontrar projectos que nos dessem receitas! Dizia eu, a empresa em si mesma teve um desempenho aceitável do ponto de vista económico mas poderia, naturalmente, ter sido melhor. Aliás, há um aspecto que desde 2007 que é positivo na gestão da empresa e que também não foi referido pelo senhor Presidente... que é a evolução do "cashflow" da empresa! É positivo desde 2007! Portanto, do ponto de vista económico não poderemos dizer assim tão mal. Do ponto de vista financeiro, é evidente que a situação está a agravar-se. Os fluxos operacionais caíram de quinhentos e trinta e quatro mil para trezentos e trinta e quatro mil, menos trinta e sete – vírgula - quarenta e cinco por cento!

Do ponto de vista da tesouraria, nem é bom falar! Um descalabro! Considerando os devedores conhecidos e muitos outros que não estão ainda explicados, diria que a asfixia hoje deve ser completa.



E concludo, senhor Presidente, com algumas questões que lhe queria deixar. Qual vai ser, afinal, o destino da empresa? Será a extinção pelo garrote financeiro? Não foi feito o ano passado – feito e pago – o estudo pela Deloitte para apresentar os caminhos a seguir, que eram vários, cinco caminhos possíveis, não é? Ou foi, a exemplo de outros estudos de que também já aqui falámos na Assembleia, dinheiro deitado à rua? Algumas más-línguas dizem por aí que esse estudo até já foi enterrado na Mourã...

Tenho dito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

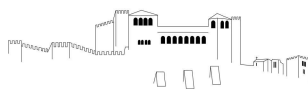
Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, permita-me uma pequena nota prévia. Gostava de também aqui fazer uma saudação a um comportamento diferente que estamos a assistir, não apenas aqui mas em todo o país. Como sabem, nos Estados Unidos existem os falcões e as pombas na política. E quero saudar as novas pombas da política portuguesa. Muito sucesso para as pombas em Portugal! Acho que me entendem... como em tantas outras coisas neste país, os culpados – agora – é quem aponta o que possa estar mal...quem aponta o que pode estar mal feito. Esses são, claramente, os responsáveis por tudo o que possa ser feito mal neste país. Haja Deus! Bom, tenho aqui à minha frente – são oitocentas páginas - não é por atentado ecológico que o faço, peço sempre – pelas funções que exercia anteriormente – um exemplar escrito, que é a única forma de poder trabalhar que sei e sou capaz de fazer, a de preparação e trabalhar as contas. Devo dizer-vos, depois das intervenções anteriores, que vou-me cingir a um aspecto que me parece extremamente importante. Nós tivemos, na última Assembleia, a discussão do relatório da IGF sobre as contas de 2008 e 2009. Venho aqui manifestar a esta Assembleia, provavelmente serei o único – peço-vos desculpa e os eleitores julgarem-me-ão por tal – por ser incompetente tecnicamente para, em oito dias, poder fazer uma análise eficaz disto que aqui está. É incompetência minha e tenho a certeza que todos os demais têm esses atributos que eu não tenho. É por via dessa circunstância e pelo que aconteceu com o anterior relatório, que venho aqui fazer um acto de



contrição – já não vou à missa há tanto tempo que já não me lembro – mas acho que era isso, acto de contrição. Em determinado momento, num dos mandatos anteriores, houve um período em que se não votavam as contas... alguns recordar-se-ão disso. Na altura insurgi-me contra essa questão. Hoje reconheço, depois daquelas análises profundas que eram feitas ao IGF pelos revisores oficiais de contas, e depois ouvindo o que nós ouvimos sobre os deficits orçamentais no Estado português... em que depois dizem que é uma questão de opinião. Muito honestamente, quando estamos a discutir contas, em tese estamos a discutir um documento técnico digamos, quando estamos a discutir política, estamos a discutir o orçamento – é outro tempo, vai ser outro tempo – agora, aqui dever-se-ia discutir aquilo que é previsto no orçamento e foi isso que foi feito até agora. Muito honestamente, devo-vos dizer que na contabilidade das empresas, na contabilidade do Estado, é isso – peço-vos desculpa – não sei, de tal forma que possa pôr em causa um qualquer comentário que amanhã a Inspeção Geral de Finanças possa fazer sobre o trabalho que nós aqui fazemos.

E termino saudando uma pessoa que está ausente, que é o senhor Sequeira e que, em relação à apresentação das contas de 2009, e estou a dizer isto como uma saudação que lhe faço porque sei que trabalhava os elementos que tinha e o que dizia – está escrito nas actas e é possível ser visto – que, tecnicamente, o documento apresentado era muito bom. Pelos vistos não era... era apenas isto que queria dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

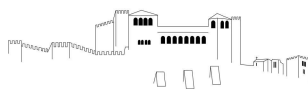
Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

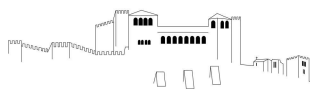
Hoje voltámos a assistir, mais uma vez, a mais um dos números habituais que todos nós já começamos a registar com algum, não diria com algum interesse mas com algum fastio. Andámos aqui durante não sei quanto tempo a ouvir críticas a propósito de endividamento da Autarquia. Foram ditos aqui vários sublinhados a propósito desta matéria, dizendo que a Autarquia estava ingovernável e que o endividamento estava a colocar a Autarquia pelas “ruas da amargura”. Hoje, com o



relatório de 2010, afinal verifica-se que o endividamento que está apurado não é assim tão preocupante quanto aquilo que esses discursos dos “*profetas da desgraça*” nos traziam. Mas a situação, obviamente não é famosa! E não é famosa porque os cortes que as Autarquias têm vindo a sofrer por parte desta política governativa, obviamente que não ajuda.

Queria dizer ao senhor Presidente da Câmara que realmente houve alguma despesa que não cresceu tanto porque o Governo determinou o corte de cinco por cento nos ordenados dos funcionários públicos e, portanto, a despesa também diminuiu alguma coisa por via disso, penso eu, porque senão a despesa teria sido maior e principalmente porque os quadros superiores apresentam uma fasquia importante dessa despesa. Mas o que queria aqui sublinhar é que na última Assembleia Municipal houve uma parte que não ouvimos, mas lemos na acta, em que o senhor deputado António Sequeira faz uma análise sobre o relatório da Inspeção Geral de Finanças e, a certa altura, sublinha que um dos pontos que consta do relatório da IGF é que na execução orçamental, durante o triénio de 2006 a 2008, a execução da receita era sempre inferior a sessenta e três por cento. Esse relatório enfatizava isso como sendo um pecadilho importante constante das contas camarárias.

Hoje vemos aqui, pela nota introdutória que a Câmara Municipal nos distribuiu do seu relatório de contas, da prestação de contas em que nos aspectos relevantes que são destacados, logo o segundo ponto diz que a execução orçamental da receita é de cinquenta e um por cento. Ora bem, há aqui uma diferença em relação ao tal triénio que tinham os tais pecadilhos que a Inspeção Geral de Finanças vinha aqui sublinhar! Há aqui uma execução de doze por cento abaixo daquilo que constava nessa altura. São estas pequenas coisas que, infelizmente, traduzem a forma como muitas vezes se utilizam os documentos como arma de arremesso político. E era importante que as pessoas percebessem que estes documentos são documentos relevantes e que não devem ser utilizados para esse efeito e devem, sim, ser instrumentos de grande utilização para percebermos para onde é que o Município caminha e a forma como o Município anda. Uma nota final que queria deixar, e que tem a ver com as participações sociais que a Câmara Municipal tem em diferentes entidades. Queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se já foi feita alguma avaliação sobre a relevância da manutenção da participação da Câmara no capital social de duas instituições, que refiro: a participação de zero, noventa e nove por



cento no capital da Mapicentro – o matadouro – que corresponde a vinte e dois mil, setecentos e cinquenta euros e a participação de zero, zero sete por cento, no valor nominal de treze mil seiscentos e quinze euros na LusitâniaGás. Não sei se, eventualmente, estas participações são decisivas para influenciar alguns aspectos da actividade societária destas empresas ou de grande relevância para a Câmara, mas interrogo-me se não seria de proceder à alienação destas participações. Se é que elas não têm relevância pois pela natureza do montante do capital social que vi, não me parece que sejam participações qualificadas. De qualquer forma, é uma interrogação que deixo porque me preocupa.

Finalmente, em relação à despesa. Também tenho notado que nalguns edifícios públicos – nem todos são camarários, é certo – a iluminação de todo o edifício, muitas vezes excessiva, perdura durante todas as diferentes horas da noite e a minha pergunta é se não será possível aqui, também, obter algumas poupanças. Estou a lembrar-me, por exemplo, do edifício do tribunal que, reduzindo – se calhar – algumas das fases da electricidade, e não sei se isso depende do Ministério da Justiça, da Câmara ou de terceiros, mas de qualquer forma, uma política de contenção de custos seria também alguma coisa a fazer nesta matéria.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

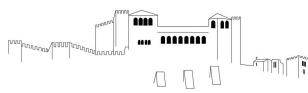
DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Prestação de Contas do Município e dos SMAS.

Senhor Presidente, senhores deputados,

Parece que o grande troféu desta gestão PS no ano de 2010 foi a redução da despesa corrente em um pouco mais de seis milhões de euros. E de tal forma o considerou que até lhe conferiu a dignidade de facto político relevante no discurso proferido na sessão comemorativa do trigésimo sétimo aniversário de 25 de Abril. Fraco troféu, se é que se pode mesmo falar em troféu, particularmente quando as responsabilidades fundamentais da gestão se encontram nas mãos do partido socialista, de quem se exige uma abordagem substancialmente diferente.

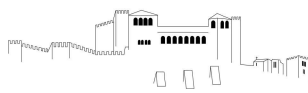


Está na moda, por imposição do pensamento neoliberal, e deve agradar aos senhores do FMI e da troika em geral, diabolizar as despesas correntes em geral e endeusar as despesas de capital. Deviam ser mais avisados. Na verdade nem sequer aprenderam o que quer que fosse com a experiência da gestão do PSD dos últimos mandatos.

Os problemas financeiros com que o Município de Leiria se debate não são causados pelo excesso de despesas correntes mas antes, em matéria de sobredimensionamento das despesas, com o excesso de investimento. Se alguma coisa não foi virtuosa foi a imensa despesa de capital realizada sem que o Município tivesse, e tenha, capacidade para lhe fazer frente de modo atempado. Durante muitos anos houve um completo desajustamento entre a despesa de capital de facto realizada e a que havia capacidade de pagar, por um lado, e o excessivo recurso a crédito bancário para investir, por outro lado.

E se todo e qualquer investimento dá origem a despesa corrente (com o funcionamento, a manutenção e reparações, etc. do que se constrói) então não percebemos porque é que se vangloriam de diminuir a despesa corrente em cerca de dez por cento do total da receita. Se isso aconteceu e nesses montantes só pode ter ocorrido em prejuízo do bom funcionamento dos serviços e dos equipamentos municipais.

Talvez isso explique a falta de manutenção e o mau estado generalizado das vias municipais, o funcionamento insatisfatório dos museus, a diminuição da actividade cultural e da qualidade que já havia atingido, o abandono a que estão votados muitos espaços públicos, o deplorável estado de conservação do mercado municipal, onde durante largos períodos nem sequer há um elevador a funcionar. Mais do que vangloriar-se, o PS devia perceber que se trata de uma vã glória. E não contam com o contributo do PCP para esta ideologia censória de toda e qualquer despesa corrente e exaltadora de toda e qualquer despesa de capital. A realidade é mais complexa e o mérito da gestão não se pode avaliar assim. Aliás, pelo que vimos e que sucintamente acabámos de denunciar, essa hipotética diminuição da despesa corrente ocorreu em prejuízo do desenvolvimento do concelho e da qualidade de vida dos seus cidadãos. Da mesma forma, má gestão foi o sacrifício imposto às populações e à economia local, particularmente à actividade económica do centro e de outras áreas da cidade, com obras mal planeadas ou sem planeamento, mal



acompanhadas ou sem acompanhamento e que se eternizaram, e eternizam, no tempo.

Um outro facto nos chama a atenção: a total incoerência entre os resultados de uma tristemente célebre auditoria de conveniência e os dados constantes deste Relatório de gestão. O tom é substancialmente diferente e não vislumbramos as tais denominadas correcções propostas pelos autores do relatório da dita auditoria. Se a nossa análise estiver correcta, os conselhos dos auditores foram parar directamente ao caixote do lixo. Se assim for, fizeram o que o PCP aqui em devido tempo recomendou.

Um terceiro facto que não podemos deixar passar em claro é o aumento da dívida de curto prazo, no fundo um financiamento suportado pelos nossos fornecedores e que tanta desordem causa à actividade económica e tantas dificuldades cria na tesouraria das empresas. Mas dificuldades também na gestão municipal com o pagamento de preços mais elevados e pagamento de juros por mora e assim o aumento da despesa corrente no ano e em anos seguintes. Esta sim uma despesa corrente sem virtude, desnecessária e devoradora de recursos que deviam ser destinados a fins indispensáveis. Uma despesa corrente fruto de má gestão. Também aqui nos limitamos à continuidade do passado.

A gestão de 2010 fica ainda marcada pelas graves consequências nas finanças das autarquias locais introduzidas pelas várias medidas em sede de Orçamento do Estado para 2010, aprovado pelo PS com o apoio do CDS, e dos vários PEC's, aprovados pelo PS com o apoio do PSD. Fica também marcado pelo substancial aumento de taxas e tarifas aprovado pelo PS, PSD e CDS. Em nada se distinguindo de aspectos das anteriores gestões, voltamos, como o PCP denunciou no tempo próprio, a assistir aos grandes desvios entre as previsões e a execução.

A apreciação que o PCP faz das contas de 2010 do Município só pode ser negativa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

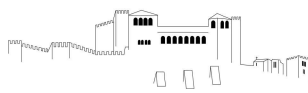
Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Obrigada senhor Presidente.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, senhores Presidentes de Freguesia.



A prestação de contas do Município Leiria convoca-nos a todos para uma análise ponderada e rigorosa que permita, sem artifícios ou exercícios de retórica mais rebuscados, uma observação cuidada e séria das contas da Autarquia.

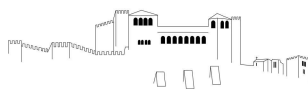
Esta é a prestação de contas da execução das opções do plano para 2010, que são as primeiras da inteira responsabilidade do exercício liderado pelo Presidente Raul Castro.

E sobre a proposta de orçamento apresentada para 2010, lembro as palavras do deputado António Sequeira, já hoje aqui tão citado, e reproduzo a acta de Dezembro de 2009. A nota introdutória às opções do Plano, assinada pelo Presidente da Câmara é inquietante mas não deixa de ser uma declaração esclarecedora.

O montante das despesas, que atinge cerca de cento e vinte e sete milhões de euros, está coberto por receitas que não se prevê, sequer, atingir os sessenta e três milhões de euros. A argumentação do Presidente da Câmara vai no sentido de invocar que as circunstâncias decorrentes dos compromissos assumidos pelos anteriores executivos não permitem outra alternativa senão a persistência em contabilizar receitas com grau de aderência à realidade quase nulo. Lembro ainda que o Presidente da Câmara é obrigado, por lei, a apresentar um orçamento com receita igual a despesa. E o Presidente não omitiu a esta Assembleia, quando apresentou o orçamento, que esta relação de igualdade receita/despesa era incongruente! Ora, o actual executivo procurou caminhar no sentido de tornar o orçamento um instrumento eficaz de gestão que reflecta o que são as suas perspectivas de realização.

Por outro lado, temos uma conjuntura económico/financeira nacional e internacional que foi e continua a ser desfavorável. Assim, para um executivo que se propunha colocar as contas no caminho do equilíbrio, antevia-se um trabalho difícil, nomeadamente pelo preço orçamental dos compromissos assumidos e as despesas realizadas para além da capacidade financeira da Autarquia pelos anteriores executivos.

Começamos, então pela receita de 2010: como era previsível, foi de sessenta e quatro milhões e trezentos mil, ou seja, cinquenta e um por cento do previsto. Para isto muito contribuiu, de uma forma muito significativa – face a 2009 – reduções de trinta e quatro por cento na receita corrente e de oitenta e três por cento na receita de capital; os impostos directos e os impostos indirectos foram os mais baixos dos

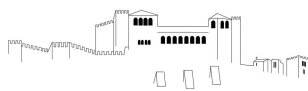


últimos anos; as receitas extraordinárias, comparadas com o ano anterior, caíram dez milhões de euros e tal deve-se ao facto de não terem sido contraídos mais empréstimos bancários. Em 2009, a receita total também caiu face ao ano anterior, apesar do recurso ao crédito ter aumentado. Ora, em 2010 não houve recurso a crédito, como aconteceu em anos transactos, como por exemplo o programa "*Pagar a Tempo e Horas*" ou o "*Plano de Regularização Extraordinário das Dívidas do Estado*", que permitiu, na altura, um aparente desafogo momentâneo mas penalizou orçamentos futuros. E mesmo nesses anos, segundo a Inspeção Geral de Finanças, houve um crescimento significativo da dívida. A receita de 2010 é, pois, a mais baixa dos últimos três anos. A gestão orçamental fez-se, deste modo, com os recursos disponíveis e não com novos empréstimos bancários. A Autarquia não se endividou mais! Portanto, as contas que são apresentadas são nuas e cruas, sem quaisquer aditivos nem balões de oxigénio.

Vamos ver então o que se passou do lado da despesa: Como todos nós sabemos - já aqui foi reconhecido - a despesa é difícil de reduzir por força daquilo que são os compromissos fixos, a despesa com o pessoal, o serviço da dívida, entre outros. No entanto, não deixou de demonstrar uma redução face a 2009, e digo, mais do dobro relativamente a 2008! Não obstante estes resultados, houve aqui um pequeno aumento das despesas com pessoal e, senhor deputado João Cunha, os cortes na função pública foram generalizados a partir de 2011... não os coloquemos em 2010. O Presidente da Câmara já não recebe vencimento, a senhora vereadora Lurdes Machado também não... portanto, não são eles que estão que estão a onerar as despesas da Câmara! E não vale a pena estarmos aqui com grandes observações sobre aquilo que o senhor Presidente da Câmara já disse. Refiro apenas que, nesta gestão rigorosa e espartana, também as horas extraordinárias diminuíram e num montante significativo de cerca de setenta e sete mil euros.

O serviço da dívida foi, neste ano de 2010, menos dois por cento face a 2009, uma vez que foram amortizados empréstimos contraídos no âmbito do programa "*Pagar a Tempo e Horas*" e do tal "*Plano de Regularização Extraordinário do Estado*". Portanto, as amortizações cresceram vinte por cento.

Em conclusão, as despesas estruturais, que vinham a aumentar desde 2006, quarenta e seis milhões e novecentos mil euros; quarenta e sete milhões e setecentos mil euros; cinquenta milhões e novecentos mil euros; cinquenta e um



milhões e setecentos mil euros, inflectem em 2010 para quarenta e seis milhões e quinhentos mil euros. Quanto às despesas correntes, estas também tiveram uma expressão muito significativa naquilo que foi a redução das despesas que já aqui foi referido. Estes resultados expressam bem o esforço titânico que foi feito pelo executivo que é liderado pelo Presidente Raul Castro.

Em termos de saldos apurados, que reflectem os objectivos orçamentais e o cumprimento das opções do Plano há uma boa *"performance"* em sessenta e quatro por cento na taxa de execução naquilo que é a óptica do compromisso. 2010 foi não o ano do orçamento zero mas sim o ano zero dos pedidos de empréstimo bancário. Em 2009 e em 2008, a Autarquia contraiu empréstimos bancários e, em termos de montantes, esses foram superiores às amortizações efectuadas. Mais... os objectivos dos programas para a liquidação das dívidas foram superados em 2008 mas incumpridos em 2009 porquanto a dívida comercial apenas se mudou para a dívida financeira. O não recurso a empréstimos bancários gerou situações difíceis e, necessariamente, um aumento do prazo de pagamento a fornecedores. Podemos, pois, ter divergências no *"modus operandi"* da execução orçamental deste executivo, mas teremos todos que reconhecer que num ano em que a conjuntura económica e financeira foi extraordinariamente difícil – em que não houve recursos a novos empréstimos bancários – a contracção da despesa foi muito relevante e isto deve-se, necessariamente, ao esforço e à gestão rigorosa deste executivo, com alguns aspectos que já foram aqui referidos, nomeadamente a compreensão de todos e muito em particular das freguesias e dos fornecedores.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

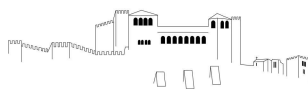
Muito obrigado senhora deputada.

Não estava mais nenhum dos senhores deputados inscrito. Vou dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para encerrar este ponto antes de passarmos à votação.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Gostaria que, de uma vez por todas, houvesse a dignidade - da parte de alguns - de conseguirem entender o que se diz! Não devo falar chinês, enfim...

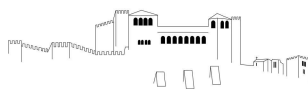
Números são números! Acho muito estranho alguns comentários aqui feitos. E dava um pequeno exemplo. Em 2009 o saldo de fornecedores foi de catorze milhões e



oitocentos mil. Se não tivesse havido empréstimo extraordinário seria vinte e quatro milhões e oitocentos mil! Nós, sem qualquer empréstimo – o que é puro! – ficámos em 2010 com um saldo de dezasseis milhões. Isto porque não tivemos qualquer reforço de receita extraordinária e já nem quero pôr aqui em causa que em 2008 também houve receita de dez milhões! E se não houvesse isso? Qual era a situação desta Autarquia? Estamos aqui a dizer, que é o que está nas contas, é que sem qualquer empréstimo extraordinário e sem qualquer receita extraordinária provinda de passivo financeiro, o saldo aumentou um milhão e seiscentos mil euros. Porque razão aumentou? Pelo decurso das obras que estão em curso – as tais obras financiadas – e porque não há liquidez! Imaginem que também tínhamos tido acesso a um empréstimo de dez milhões, então e depois? O que diriam? É que para haver comparações têm que ser basicamente iguais, o que diriam? Continuava a haver dúvidas sobre a forma de gestão?

Também não consigo entender como é que é feita aqui alguma retórica naquilo que são as despesas correntes! Quase que dará vontade de não haver mais despesa corrente reduzida e deixar andar! E quem vier atrás que feche a porta. E também se fala aqui, como há pouco o deputado Vitor Lourenço falava da Leirisport, em que dizia que tinha havido desvio no volume de negócios e nos resultados. Bom, estão aqui os resultados... e houve crise, é ano de crise! Ou a crise só conta para outras coisas? Já nem quero ouvir mais da situação de gestão da Leirisport para não ter que vir à memória, rapidamente, os quatro milhões de imposto sucessório que estamos em risco de ter que pagar! Ou para não ouvir - que alguém me explicasse – porque é que desde 2004 nunca foi paga a água aos SMAS e temos uma conta corrente de quatrocentos e cinquenta mil euros! Então? Isso não devia fazer parte das contas? Não afectava os exercícios? E tenho que estar calado com isso, desculpem? Não quero falar em mais coisas! Aconteceu, não se deu por isso e deve ter havido algum compromisso, ponto final!

Agora, pelo amor de Deus! Gostaria que todos tomassem atenção! Sou o primeiro a assumir e sempre admiti que também vou cometer erros. Agora, pelo amor de Deus, não me venham dizer que as bases de comparação são iguais porque não são! E se não tivessem contraído os empréstimos? Onde estaríamos hoje? E porque aumentámos o saldo? Porque não há liquidez? Porque é que estamos a dever? Alguém gosta de dever? Estão aqui muitos empresários nesta sala, temos aqui



muitos deputados empresários. Quando têm dívidas a fornecedores, regra geral, vão à banca, e se não forem à banca, o que fazem? Paralisam as empresas?

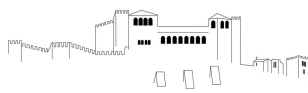
Acham que não me custa, não me dói saber que muitos dos nossos fornecedores estão, porventura, aflitos? Não só por nós, mas por outros e no conjunto, aflitos, porque não conseguimos também pôr as contas em dia? Isto não nasceu hoje e "*para este peditório*", desculpem a expressão, já dei! Quero é partir do momento e daqui para a frente. As contas estão aqui! Fizemos isto com a melhor gestão possível, aquela que era possível face às receitas disponíveis. Porém, temos tido uma dificuldade tremenda para ter liquidez, para não dizer que há dias em que o saldo de tesouraria são trezentos euros.

Quem são os iluminados que ajudam? Quem dá aqui sugestões? Como é que vamos fazer?

Definimos, quando apresentámos o orçamento... atenção! As receitas são fictícias porque realmente os compromissos são demais. Dissemos que vamos "agarrar" as obras que estão em curso, obras financiadas que têm, no mínimo, oitenta por cento de comparticipação, porque se não as aproveitarmos, não é suportando tudo que algum dia hão-de ser feitas. E agora? Torno a repetir o que há pouco disse, ou seja, andamos a estudar alternativas e espero que, depois de discutirmos dentro do executivo, que as possamos aqui trazer e dizer que as hipóteses alternativas são estas! Façam o favor de nos dar o vosso "*apport*" e digam lá por onde havemos de ir!

Não pagamos e é fácil criticar! E não pagamos porque não queremos? Não! Não pagamos porque não temos dinheiro! Temos muitas dívidas para pagar em Juntas de Freguesia, pois temos! Coisas que vêm de trás, pois vêm. Mas temos algum prazer nisso?

Este conjunto de comentários que aqui ouvi, das pessoas que não querem efectivamente ponderar todos os dados, desculpem mas acho que deveria de haver alguma contenção também! Podem dizer vocês erraram aqui e acolá. Tudo bem sim senhor, é verdade que errámos, não há nada a fazer e assumimos. Agora não venham aqui alterar resultados! Se tivéssemos o tal empréstimo de dez milhões, para não dizer os vinte milhões, que são excepcionados – nem sequer contam para os limites do endividamento – não devíamos nada a ninguém! A não ser à banca, no prazo de vinte ou vinte e cinco anos, não é? Mas isso não é possível hoje, não tem



sido possível. Mesmo o rateio que foi feito pela DGAL é de zero euros para Leiria! Então e agora? Soluções?

Não custa mais a vocês do que aquilo que sinto todos os dias quando as pessoas “*me estão a bater à porta*”, quando Instituições, que são de apoio social... pedem ajuda e estamos sem resposta! E estamos a ver que isto vai aprofundar a crise e vai criar mais problemas sociais. E o hábito que existe de “*bater à porta da Câmara*” e não podemos dar resposta positiva. É este conjunto de factores que está aqui em causa! “*E se o barco afunda, é para todos!*” Senhores deputados, desculpem a expressão que utilizei neste último comentário mas às vezes também dói ouvir aquilo que não é verdade!

Não aceitar olhar para os elementos que estão disponibilizados, quando está aqui tudo e que, eventualmente, possa haver uma ou outra situação que não seja agradável e seja posta em causa. No entanto, também estamos disponíveis para rever! As contas foram vistas pelos técnicos da Autarquia, foram revistas pelos revisores oficiais de contas. Que podemos fazer? Estão cá os dados, não enganámos ninguém!

Dissemos desde o princípio que isto vai ser assim até conseguirmos – naquilo que estava previsto na receita – ainda conseguimos mais um pouco e oxalá houvesse oportunidade de termos mais receita durante o ano de 2011 mas sincera e pessoalmente, não acredito.

E vamos continuar a trabalhar, com todo o esforço e dedicação que temos demonstrado até aqui, pese embora alguns não gostem!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vamos passar à votação.

Devo antes dizer a esta Assembleia que, com estranheza de todos e de mim próprio, o legislador esqueceu-se de colocar entre as competências da Assembleia Municipal a competência para aprovação do relatório de actividades e do relatório de prestação de contas dos Municípios. Acontece que refere no n.º 2 do artigo 49.º da Lei 169/99 que esta sessão, em que estamos, se destina a aprovar as contas do Município.

Portanto, não está nas nossas competências mas esta sessão é para aprovação das contas do Município e devemos deduzir que legislador entende que devemos aprová-las. E também diz que entre as competências da Câmara Municipal “... aprovar as



contas e submetê-las á aprovação do órgão deliberativo”, ou seja, desta Assembleia. Só se esqueceu foi de colocar entre as nossas competências a aprovação do relatório de contas. Mas deduzo que a intenção do legislador é que nós a tenhamos e por isso vamos aprovar, isto é, vamos votar, perdão! Vamos então votar as contas referentes ao exercício de 2010, as contas consolidadas tal como foram apresentadas e discutidas. O documento é longo, foi previamente distribuído a todos e discutido na sessão de hoje.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com trinta e um votos a favor, nove votos contra e catorze abstenções, aprovar os documentos de prestação de contas do município e contas consolidadas referentes ao exercício de 2010.

Passamos ao ponto quatro da ordem de trabalhos.

**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010 –
Apreciação e votação.**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, pretende apresentar?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Dispensaria. Ficaria a aguardar pelas questões que eventualmente suscitem.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

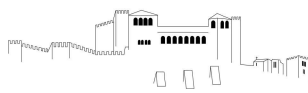
Muito obrigado.

Senhor deputado José Manuel Silva.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

José Manuel Silva, PS.

Vou pedir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que me deixe usar um minuto do meu tempo, não propriamente para discutir as contas dos SMAS mas para – em nome da bancada do Partido Socialista – deixar aqui uma nota de



congratulação, por um lado, e de profundo reconhecimento, por outro, à última intervenção feita pelo senhor Presidente da Câmara.

Temos aqui discutido muitas vezes nesta Assembleia, de uma forma mais ou menos acalorada e mais ou menos técnica, a questão das contas. Mas talvez tenha sido a altura em que um Presidente da Câmara – e eu já acompanho as sessões da Assembleia há vários Presidentes – fez aqui uma intervenção tão “*com o coração nas mãos*”, tão simples e ao mesmo tempo tão profunda relativamente à situação financeira do Município, aos constrangimentos e àquilo que é o futuro do Município. E sobretudo deixava aqui uma nota, que me parece importantíssima para todos nós, não apenas para a bancada do PS mas para todos nós... que foi o apelo que o senhor Presidente da Câmara fez! A que se “*enterrem*”, de uma vez por todas, as discussões sobre o passado e sobre as culpas que a cada um de nós impende relativamente ao passado e olhemos para o futuro.

De facto, já levámos muito tempo neste mandato a discutir, sistematicamente, quem tem culpa de quê! E já é altura, aliás, já aqui fiz uma intervenção anteriormente noutra Assembleia, a dizer mais ou menos isto! Já é altura de deixarmos de nos culpar, sejam lá quais forem os culpados, por aquilo que de mau aconteceu! Obviamente que o que existe neste momento é uma herança...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, o seu minuto já passou em muito!

DEPUTADO JOSÉ MANUEL SILVA (PS)

Termino já. Obrigado senhor Presidente e peço desculpa mas tenho que dizer isto também, rapidamente. Já é tempo de deixarmos as culpas no passado pois cada um sabe as que tem, para olharmos para o futuro de uma forma diferente, mais construtiva e mais útil para o Município.

Senhor Presidente! Obrigado pela sua intervenção e com o nosso reconhecimento pelo trabalho, que todos nós entendemos ser difícilimo, nas condições do país e nas condições em que o Município está

Muito Obrigado!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.



Compreenderão que usei de benevolência supondo que o senhor deputado José Manuel Silva iria usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos e, de facto, não usou. Tenho que o reconhecer, para que fique escrito em acta.

Senhor deputado Carlos Conceição, por favor.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Dispensar-me-ão os cumprimentos.

Tinha apenas uma questão sobre este tema dos SMAS que gostaria de recordar, porque já houve uma altura em que conversei um bocadinho sobre isso. Preocupamos, aqueles que estão ligados à gestão e não só e numa altura de recursos tão exíguos, que façamos uma gestão do que temos, de todos os nossos activos. Eu gostaria só de recordar que sei de casos – porque me passam á porta – de redes completamente prontas, de investimentos completamente realizados, que não estão a ser rentabilizados. Seguramente que não é responsabilidade do senhor Presidente! Não estou a dizer isso! E, aliás, subscrevo as palavras do senhor deputado José Silva que, curiosamente, não nos saudou hoje com o *"graça e paz"* do Bispo... Mas recordava eu senhor Presidente, que sei de várias situações – posso depois identificá-las, se achardes oportuno – em que temos investimentos que custaram dinheiro e que, seguramente, estamos a pagar com esforço e... sacrifício – ia dizer esforço e glória, estava-me a fugir a boca para outras coisas! – que precisam de ser rentabilizados.

Fica aqui o meu apelo senhor Presidente. Numa altura de recursos tão escassos, de dinheiro insistente e caro, nós termos infra-estruturas não rentabilizadas? Diria que é um luxo a que nenhum de nós se pode dar.

Muito obrigado!

Após esta intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se, tendo sido substituído pelo senhor deputado e primeiro secretário da Mesa, José Alves.

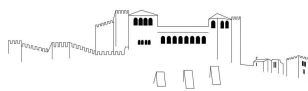
1.º SECRETÁRIO (JOSÉ ALVES)

Senhor deputado Vitor Lourenço.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Vitor Lourenço, PSD.

A minha vinda aqui, acerca deste tema, é apenas para fazer uma pergunta ao senhor Presidente da Câmara. Como o tema que o Doutor José Manuel Silva aqui trouxe



prende-se também com os SMAS, porque *“Quanto mais lágrimas brotamos, mais enchemos os canos das águas que abastecem as nossas casas”*, e com este vale de lágrimas que foi apresentado... ajusta-se ao tema dos SMAS! Não desconsiderando! Naturalmente o comentário não tem nada a ver com a intervenção do senhor Presidente da Câmara! Não é isso que estou a comentar, mas adequou-se perfeitamente!

O povo diz *“Quem não chora não mama”*, é assim que diz o ditado popular, permitam-me esta linguagem... mas senhor Presidente, este aparte que vem a propósito da intervenção do doutor José Manuel não era o que me trazia inicialmente aqui, mas sim para lhe perguntar... como vejo, os documentos dos SMAS ainda não estão assinados por Administrador Delegado ou, não sei qual é o nome agora exactamente, Director Delegado, gostaria de lhe perguntar se já encontrou alguém com o perfil técnico necessário e eficiente para dirigir estes serviços.

Muito obrigado.

1.º SECRETÁRIO (JOSÉ ALVES)

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Não posso deixar de ler o último parágrafo da página oito do relatório de gestão dos SMAS: *“Os resultados operacionais, a atingirem um valor mais negativo, justificado fundamentalmente pelo nível deficitário da actividade de saneamento. Apesar do aumento do respectivo tarifário, o seu resultado negativo ainda se agravou mais por via do aumento dos custos originados principalmente pelo contrato com a SIMLIS, SA.”*

Posto isto, fazia então a referência às contas dos SMAS. Também sem entrar em números e apenas na generalização. Como vamos ver no ponto cinco, as contas não merecem confiança! No ponto cinco da ordem de trabalhos, que vamos ver a seguir. Más contas e com grandes desvios também, a dizerem-nos que os atrasos no saneamento básico continuam. E um elemento preocupante à volta da receita de resíduos sólidos arrecadada pelos SMAS que nos faz pensar que houve por parte dos Serviços Municipalizados ao longo dos anos, portanto também em 2010, tal como confessado nos documentos apresentados para a revisão orçamental destes Serviços, violação grosseira de regras orçamentais e da boa gestão de recursos



financeiros públicos por parte dos seus vários conselhos de administração, que merece atenção e forte crítica.

São assim os próprios SMAS, no processo de Revisão ao Orçamento para 2011, que vêm confessar que as contas de 2010 não são fidedignas.

A apreciação que o PCP faz das contas dos SMAS só pode ser negativa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Vinha só aqui dizer que normalmente esta questão dos Serviços Municipalizados é praticamente consensual entre as diferentes forças presentes e representadas politicamente na Assembleia Municipal. Mas, à semelhança daquilo que dito aqui pelo Doutor Vitor Lourenço, preocupa-nos a questão de neste momento os SMAS ainda não terem, pelo menos ao que sabemos, um Administrador Delegado nomeado. E portanto, é uma questão que esperamos que se venha rapidamente a resolver. Mas não queria deixar passar em claro, também, uma saudação especial ao deputado José Manuel Silva, por finalmente ter aderido àquele momento em que eu disse, aqui na Assembleia Municipal, de que então "*vamos lá partir do momento zero e vamos olhar para a frente.*" Seja bem-vindo a este clube! Vamos então trabalhar para o futuro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não estando mais ninguém inscrito, dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara para encerrar o ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Só para dar nota do processo de ligações de rede que já foi concluído e aqui levantado. Está em apreciação e um conjunto delas estão dependentes de outras situações.

Quanto à resposta acerca do senhor Director Delegado, em breve – uma vez que já foi publicada em Diário da República a reestruturação da estrutura dos SMAS - será proposta e decidida em Conselho de Administração a nomeação do novo Director Delegado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vamos passar à votação do ponto número quatro, “PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2010”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea c) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com trinta e seis votos a favor, quinze votos contra e uma abstenção, aprovar os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria referentes ao exercício de 2010.

Passamos ao ponto número cinco da ordem de trabalhos.

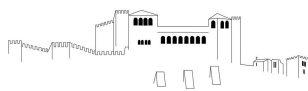
5. I REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Quem faz a cobrança da taxa de resíduos, em conjunto com a água é, obviamente, os SMAS. Tem aquela receita, que até ao ano anterior era registada em contas de ordem, e depois havia o jogo – porque a Câmara tinha uma dotação prevista de apoio aos SMAS – e não havia contrapartida directa porque contas de ordem não dão para movimentar com as contas onde são registadas as dotações atribuídas pela Autarquia. Por indicação técnica, foi necessário fazer essa alteração de modo a que a receita que resulta de resíduos sólidos seja contabilizada na rubrica que vem aí indicada, e depois a contrapartida da conta de transferências correntes Administração Local/Continente. O que se pretende é ajustar o orçamento de 2011 e esta alteração técnica. O efeito financeiro não será muito porque no diferencial



daquilo que contribuirá para ter o equilíbrio das contas dos SMAS, que é obrigatório por lei e não ter resultado negativo, como é sabido. Dizia, o diferencial está em conta corrente para ser transferido, se for caso disso, para a Autarquia. Portanto, é uma mera alteração técnica.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Manuel Antunes.

Agradeço que os senhores deputados que se queiram inscrever, o façam agora.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Em relação a este ponto, devo dizer que talvez devêssemos ter pedido que ele não fosse discutido nesta sessão pela simples razão de que o documento que lhe serve de suporte só nos chegou às mãos esta tarde, a todos!

Aceito que tenha havido um erro técnico, e isso foi explicado no e-mail que nos foi enviado, mas a verdade é que já aqui levantámos várias vezes a questão da deficiente distribuição dos documentos de apoio às reuniões da Assembleia Municipal. O regimento diz qual é o prazo e, muitas vezes, temos sido forçados a discutir documentos que eram urgentes e que necessitam de resolução mas que não cumpriam os requisitos do regimento. Este caso não nos levanta grandes problemas de decisão mas não posso deixar de registar este ponto.

A este propósito, relembro o pedido que já aqui foi feito e até me foi dito que seria cumprido, de que todos os documentos das Assembleias anteriores – documentos de suporte e documentos anteriores – fossem reunidos numa pasta e se mantivessem na área reservada da Assembleia, pelo menos por um ano ou dois, para que possamos consultar documentos da última edição. Que sejam também introduzidos, aliás nem precisam, basta que não sejam apagados e que passem a uma pasta dentro dos computadores que são fornecidos às direcções das várias bancadas.

Isso facilitaria, naturalmente, o nosso trabalho.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Devo esclarecer, não abona nada, mas não me sirvo desses computadores e estava convencido que isso estava a ser feito porque foram dadas indicações nesse sentido. Agradeço a informação porque, de facto, pensava que isso estava a ser feito.



Já percebi... obviamente que vou reinsistir, permitam-me este neologismo, vou reinsistir com os serviços de informática do Município no sentido de se criar um sistema que possibilite isso.

Em relação à questão do prazo de entrega dos documentos, a minha atitude é a mesma que sempre foi desde que presido a esta Assembleia. Tanto quanto me recordo, as poucas vezes em que isso aconteceu foi uma vez, porque das outras vezes em que aconteceu, o não terem cumprido os prazos, determinei que o ponto não fosse discutido. Foi sempre assim que fiz, respeitando – agora que presido à Assembleia – um princípio que tinha quando a ela não presidia.

Perguntarei à Assembleia. Se a Assembleia entender que o ponto é suficientemente relevante para poder ser adiado, será adiado e nem sequer o colocarei à votação. Basta que algum deputado municipal entenda que deve ser adiado este ponto e será adiado.

Algum deputado municipal suscita esse problema?

Não?

Como não houve ninguém a inscrever-se e presumo que o Senhor Presidente não tenha respostas a dar, colocarei o ponto à votação, apenas isso.

Refiro-me ao ponto cinco, "I REVISÃO AO ORÇAMENTO DE 2011 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação."

Quem vota contra?

Quem se abstém?

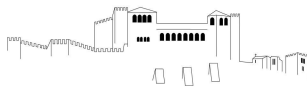
A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, deliberou por maioria, com zero votos contra e catorze abstenções, aprovar a I revisão ao orçamento de 2011 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

Passamos ao ponto seis.

6. RELATÓRIO E CONTAS DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA DO ANO DE 2010 – Apreciação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar.



PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Penso que o relatório descreve a actividade do exercício de 2010. Ficaríamos a aguardar quaisquer questões que sejam suscitadas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Palavra aos senhores deputados.

Ninguém pretende usar da palavra. Vou colocar o documento à votação. Repito: "RELATÓRIO E CONTAS DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA DO ANO DE 2010 – Apreciação."

Pode... era conveniente que nos habituássemos a fazer o pedido de intervenção antes de eu iniciar o processo de votação porque o regimento é muito claro a esse respeito. É melhor escrever... Senhor deputado Carlos Guerra, porque senão não fica registado em acta.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

É muito simples. Entendo que este relatório e contas não tem que ser votado pela Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É só apreciação. Sim... não tem que ser votado.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Eu tenho aqui apreciação e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tenho o edital à minha frente.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Era isso que ia dizer!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Não havendo lugar a votação e não tendo havido nenhuma manifestação de intervenção em relação a este relatório e contas, considera-se que a Assembleia Municipal tomou dele conhecimento e é isso que fica registado.

A Assembleia Municipal de Leiria tomou conhecimento do relatório e contas do Teatro José Lúcio da Silva do ano de 2010.

Ponto número sete.

7. LITÍGIOS CONTRA A CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE QUE RESULTARAM RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS PARA A AUTARQUIA - Apreciação



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O ponto número sete da ordem de trabalhos, como sabem, foi suprimido por pedido do grupo do Partido Socialista, que tinha pedido o seu agendamento.

Portanto, no uso do direito regimental, foi suprimido.

Passamos ao ponto número oito.

<p>8. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 510/10 EM NOME DE JOSÉ MANUEL FERNANDES GREGÓRIO – Apreciação, discussão e votação</p>
--

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Devo dizer que temos agora uma série de pontos, todos eles, sob o título de declaração de interesse municipal. Preferia deixar ficar assim porque tratam-se de questões diferentes e apreciaremos uma de cada vez e não em conjunto.

Ponto número oito, “DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 510/10 EM NOME DE JOSÉ MANUEL FERNANDES GREGÓRIO – Apreciação, discussão e votação.”

Senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Aguardaríamos por quaisquer questões que sejam solicitadas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Leonel Costa.

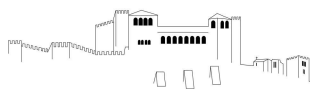
DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores.

Gostaria de dar nota que a minha intervenção está relacionada exactamente com os pontos oito, nove, dez e onze.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É uma intervenção de conjunto, senhor deputado?



DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

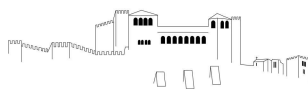
De conjunto. Tem exactamente a ver com aquilo que é o imperativo da territorialização de desenvolvimento.

As sucessivas adversidades pelas quais tem passado a economia portuguesa são resultado de vários factores, mais ou menos bem identificados, mas têm como denominador comum mudanças substanciais no paradigma da sua especialização. Ainda não passaram quatro décadas da instauração do regime democrático e são hoje possíveis identificar momentos-chave de profunda mudança no país, os quais se iniciaram logo em 1974, que se instalaram em 1979 e 1983 com o FMI e a primeira crise de petróleo; que se aprofundaram em 1992 e 1995 com outra crise e se reinstalaram em 2003 e 2005 com o choque da globalização. Aliás, teimosia que da minha parte sempre me acompanhou e que hoje acaba por ser uma constante, a que fazem em Bruxelas, que explode a partir de 2008, vigorando agora num prazo claramente ainda indefinido.

Em todos os períodos, a frágil e muito aberta economia portuguesa foi encontrando novas vias e opções de crescimento e espaços de desenvolvimento, tendo a construção civil e as obras públicas ganho um estatuto de grande relevância que esta última crise parece pôr agora em causa e questionar profundamente. De facto, as dinâmicas especulativas subjacentes à valorização e não valorização dos terrenos, em função do seu potencial e efectiva aplicação em uso urbano, definiu em boa medida uma certa dinâmica de crescimento, que se revelou estar agora esgotada em termos de dimensão, amplitude e profundidade, parecendo retirar a este tipo de actividade económica a função de grande motor da economia nacional. Não será, provavelmente, inteiramente assim... mas o facto é que este modelo parece estar esgotado.

Na verdade, o esgotamento deste modelo obriga-nos agora a repensar, de novo e profundamente, a lógica de desenvolvimento que queremos prosseguir e a consequente dinâmica que lhe queremos imprimir, em termos globais, especialmente no que concerne à inclusão do território no processo do desenvolvimento e do crescimento enquanto factor de desenvolvimento.

Indústria, onde estás? O que te fizeram? Quem te protegeu? Quem te valorizou? Para onde vais?



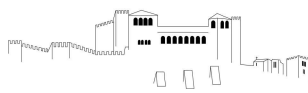
No novo modelo dominante, é inevitável levar em linha de conta que a territorialização do desenvolvimento se começa a definir em termos de competitividade e atractividade territorial e a cujo fortalecimento devem estar relacionadas políticas de desenvolvimento nos diferentes planos de intervenção pública, funcionando esta como o garante de bom funcionamento da sociedade e a promotora da afectação de recursos, por natureza até escassos, face às necessidades de desenvolvimento e crescimento da economia. Esta atitude tem como base uma perspectiva que promove o reforço do nível de vida, reclamando porém uma intervenção mais justa das funções de redistribuição do rendimento, uma intervenção efectivamente estabilizadora no plano macroeconómico e especialmente empenhada no fomento e criação de emprego – no combate e apoio ao desemprego – controlando a inflação e procurando o equilíbrio das relações externas.

Toda esta dinâmica também exige uma decisiva intervenção na estimulação das actividades empresariais privadas, com especial enfoque no conjunto de medidas direccionadas para o incentivo ao investimento industrial e inovador, o apoio, tanto à formação e reconversão profissional, como dinamização das actividades científicas e tecnológicas, privilegiando as operações com maiores resultados pela via da inovação. É este o esforço que hoje nos é exigido! E cada vez mais ganha sentido, sempre! E que quando se traduz num compromisso entre as capacidades que produzem bens e serviços estáveis competitivamente no plano e nas arenas internacionais, são ao mesmo tempo capazes de manter níveis de sustentabilidade nas regiões pela via da criação de riqueza e níveis de rendimento que permitam consistentes níveis de emprego e capacidade de investimento.

No essencial, uma região competitiva como aquela que desejamos, e que motivou esta minha intervenção, é aquela que assegura uma continuidade do progresso, da qualidade e quantidade de empregos que detém, tendo sempre presente que a competitividade será perspectivada no sentido do contexto de coesão socioeconómica e territorial.

Com efeito, é essencial ter em conta que a competitividade das regiões depende de um conjunto de factores, onde pontificam factores e materiais, criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento, estimulação e empreendedorismo...

... se não for importante o que eu estiver a dizer, calo-me!...



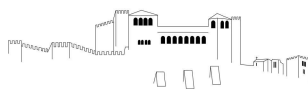
Estimulação do empreendedorismo e da capacidade de empreendimento empresarial; factores infra-estruturais; políticas de desenvolvimento, tanto no plano nacional como regional; políticas justas de ocupação do solo e portadoras de uma efectiva racionalidade no modelo de ordenamento do território. Temos de recuperar novos períodos de crescimento económico, reconfigurando o seu perfil e acelerar o ritmo da criação de emprego! Só desta forma podemos levar a cabo, com mais elevados crescimentos de nível de qualificação e ter uma referência de visão de futuro clasterizada, apelando à geração contínua de sinergias de valor e focalizadas na produção de bens transaccionáveis como pilares da nossa competitividade e centralidade no processo de sustentação da capacidade regional para produzir riqueza e aumentar, de forma progressiva, o nível e a qualidade de vida das populações.

Portanto, isto exige novas dinâmicas urbanas, guiadas por objectivos enquadrantes de desenvolvimento efectivo e não apenas de crescimento. Trata-se de um processo em que não podemos voltar a ser confundidos por uma sofisticada variedade de eufemismos que se foram criando ao abrigo do modelo de crescimento passado e que identificámos já como caduco.

Quer gostemos, quer não, este é o contexto que tem de ganhar expressão de facto na região! Deve servir de eixo nuclear enquadrante das tomadas de decisão que reforçarem a mobilidade dos factores de produção, particularmente o capital. A atracção do investimento é essencial! É importante a dinâmica e uma atenção muito especial às questões de organização e da desburocratização.

Note-se, a este propósito, que em Leiria está em vigor uma versão do PDM de 1975, naturalmente desajustada pela dinâmica dos tempos mas, sobretudo, inapropriada pela mudança do paradigma que actualmente baliza o ordenamento do território e a ocupação do espaço territorial. Tal desajustamento teve já, entre outras consequências, a deslocalização de unidades industriais, que optaram por aproveitar novas oportunidades de instalação industrial oferecidas por outras autoridades territoriais vizinhas. Estamos em presença de uma efectiva perda de capacidade de produção de riqueza, ingrediente essencial para o progresso e desenvolvimento, mas hoje muito mais urgente! Temos de saber antecipar o futuro!

E sermos... se fizerem menos barulho, agradeço porque acho que este tema é muito importante para a região!



Temos de saber antecipar o futuro... e deu-me muito trabalho a fazer!

Temos de saber antecipar o futuro... esse ainda é um problema maior!

Portanto! Temos de saber antecipar o futuro e sermos capazes de oferecer condições de atracção verdadeiramente competitivas para que se estabeleçam novos patamares de nível e qualidade de vida para os leirienses!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço desculpa por esta interrupção senhor deputado. Os senhores deputados municipais estão a ouvi-lo em absoluto silêncio e peço ao público que faça o mesmo!

DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

Portanto, para que se estabeleçam novos patamares de nível e qualidade de vida para os leirienses e respectivo concelho. E mais ainda! Para todos aqueles que escolheram o nosso concelho com centro da sua actividade laboriosa.

É fundamental ouvir! Saber ouvir e agir em conformidade, pois vivemos num mundo em que as atitudes autistas de quem decide e que não sabe prejudicam forte e gravemente o progresso colectivo!

O futuro próximo exige de todos nós um forte empenhamento na promoção do bem-estar material e imaterial do território, na efectiva mobilização e valorização do potencial tecnológico e endógeno, na valorização de externalidades da respectiva competitividade territorial e, finalmente, o robustecendo da consistência institucional. O território, a sua gestão e o seu ordenamento são dois factores decisivos para enfrentar os novos desafios! Os momentos de crise são, geralmente, frutuosa para aguçar o engenho e arte de todos aqueles de cujo dicionário não consta a palavra "vencido".

O apelo é forte e urgente! O grande imperativo do momento é, de facto, o da gestão integrada e do inteligente desenvolvimento. Todavia, faço um apelo ao executivo... para que não só, e nos casos que temos nos pontos mencionados – oito, nove, dez e onze – que acabou de nos apresentar para aprovação, mas que para todos os casos futuros sejam definidas regras continuadas e objectivas, a aplicar em todas as situações para o desenvolvimento da região.

É disso que temos necessidade agora, é isso que todos esperamos que se vá, progressivamente, consolidando e que o nosso concelho não o perca de vista.

Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Gostaria de manter a isenção que é exigida ao Presidente da Assembleia Municipal, e por isso espero que entenda o que disse. Não quero dizer mais.

Ponto número oito: "DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 510/10 EM NOME DE JOSÉ MANUEL FERNANDES GREGÓRIO – Apreciação, discussão e votação."

Eu sei que está, mas esta intervenção não era respeitante a este ponto mas ao conjunto dos quatro.

Senhora deputada Mónica António.

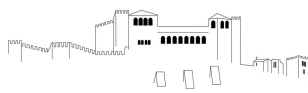
DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Boa noite mais uma vez.

Devo dizer que a minha intervenção também é respeitante ao conjunto dos quatro.

Compete-nos a defesa da legalidade democrática e observar, escrupulosamente, as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por nós praticados ou pela Assembleia.

As propostas apresentadas pela Câmara acerca da declaração de interesse municipal, todas elas e sem qualquer excepção, não cumprem minimamente as normas legais em vigor. Só podem ser consideradas de interesse municipal, número 6 do artigo 15.º da Lei n.º 107/2001, os bens cuja protecção e valorização representem um valor cultural de significado predominante para um determinado Município, aplicável face ao artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 309/2009, que legisla sobre o procedimento da classificação de bens culturais imóveis. Não foram cumpridas quaisquer formalidades previstas no Capítulo II do Decreto e tidas como essenciais para a iniciação do processo. Não foram cumpridos o artigo 5.º na generalidade e, em especial a alínea c) "Fundamento do pedido em função de interesse cultural do bem imóvel". Os requerentes resumem-se a fazer meras afirmações sem provas delas, numa simples folha A4. A Câmara, por sua vez, não cumpriu com o artigo 7.º do mencionado Decreto nem com o artigo 18.º e muito menos com o artigo 21.º do mesmo, que é a relevância do interesse cultural dos imóveis nos domínios histórico, paleontológicos e arqueológicos, etc. Por outro lado, quer no número 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março, que estabelece o regime de Reserva Agrícola Nacional, quer no número 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de



22 de Agosto, que estabelece o regime de reserva Agrícola Nacional, determinam que a declaração de interesse público apenas poderá ser proferida caso se demonstre que as acções visadas não possam ser realizadas de forma adequada em áreas não integradas na RAN ou na REN. Tais demonstrações não se encontram feitas. É ainda de referir que a competência para a declaração de interesse público competirá sempre aos membros do Governo, competentes em razão de matéria, cabendo – neste caso – aos órgãos municipais a iniciativa para o efeito.

Basta ver os requerimentos e a documentação que a Câmara de Lisboa tem e exige para os seus munícipes requererem ao pedido do imóvel para interesse municipal, para perceber que a Câmara de Leiria está longe de cumprir os mínimos exigidos pelo Decreto-Lei.

Nos casos aqui apresentados não foram cumpridos os requisitos mínimos, com vista à classificação dos imóveis como de interesse municipal. Por isto tudo, o Bloco de Esquerda votará, sistematicamente, contra a aprovação de considerado interesse municipal, seja que imóvel for, enquanto a Câmara não alterar a sua política sistemática de ilegalidade e não cumprir com o estatuído na lei. E continuaremos a apresentar, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, pedidos de anulação de deliberações desta Assembleia que contrariem os normativos legais, mormente às referentes às declarações de interesse público.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Antes de intervir queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara... dizem que aqui é solicitar o reconhecimento de interesse público municipal da operação urbanística, consubstanciada na legalização da alteração e ampliação. Está construído? O que estamos a discutir, o ponto oito - José Manuel Fernandes Gregório. Está construído? E meteu projecto para ampliação?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Permito-me pedir-lhes que me deixem orientar a sessão!

O senhor deputado fará as perguntas e o senhor Presidente responderá a todas. Não vamos entrar aqui em diálogo!



DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Estamos a discutir ponto por ponto! Só quero saber desta pergunta.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Então o senhor deputado fará as perguntas em, relação a este ponto.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Já fiz! É esta... se já está construído, se é alteração, se tem ampliação, se é alteração e ampliação?

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente depois responderá, se é essa a questão.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Mas depois terei que intervir! É que a minha intervenção depende da resposta!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Bom, vou transigir. O senhor Presidente fará o favor de responder só se está construído ou não está construído.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Se houver algum cuidado a ler a proposta de deliberação da Câmara, diz que a empresa já laborava desde 1988, data do licenciamento da primeira ampliação das instalações, que decorreu através do processo n.º 49/88.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Primeira ampliação... bom, vou intervir, não interessa!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

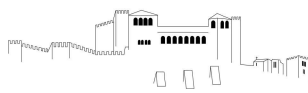
O senhor deputado fará o favor de concluir a sua intervenção! Só temos que aprovar ou reprovamos a proposta da Câmara Municipal. Não vamos rediscutir a proposta da Câmara Municipal! Não é essa a competência da Assembleia.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Eu posso solicitar esclarecimento! Quando parte da informação diz uma coisa e na outra dizem outra, posso solicitar esclarecimentos, acho eu!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado vai-me permitir que oriente a sessão de acordo com o que diz o regimento. Em cada ponto da ordem de trabalhos, cada deputado municipal usa da palavra, no máximo, duas vezes. Se o senhor pede um esclarecimento e o senhor Presidente respondeu, já usou da palavra uma vez. Se faz outro pedido de



esclarecimento e o senhor Presidente respondeu, usou duas vezes! Não é isso, com certeza, que quer. Portanto, fará os pedidos de esclarecimento que entender e depois o senhor Presidente da Câmara responde. Se não, eu não estou aqui a fazer nada! Parece-me que é o mais correcto.

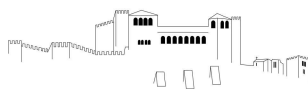
DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Enfim! Podendo concordar com a informação técnica, não vislumbramos no corpo da informação e da respectiva deliberação qualquer justificação para que o requerimento de legalização da alteração e ampliação do pavilhão industrial possa ser reconhecida pela Autarquia como revestindo interesse municipal.

O regime das áreas integradas em REN estão definidos no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, que diz no seu número um, "*Nas áreas incluídas na REN são interditos os usos e as acções de iniciativa público/privada que se traduzem em: operações de loteamento, obras de urbanização/construção e ampliação, vias de comunicação, escavações e aterros, destruição de revestimento vegetal, não incluindo as acções necessárias ao normal...*" pronto, e "*Exceptuam-se do disposto no número anterior os usos e as acções que sejam compatíveis com os objectivos de protecção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.*" E o número três diz "*Consideram-se compatíveis com os objectivos mencionados os usos e acções que, cumulativamente: Não coloquem em causa as funções das respectivas áreas, nos termos do anexo um; Constem do anexo dois do presente Decreto-Lei e que dele faz parte integrante, nos termos dos artigos seguintes; Isentos de qualquer tipo de procedimento*" – não é o caso! – "*Sujeitos à realização de uma mera comunicação prévia*" – não é o caso! – "*Sujeitos à obtenção de autorização.*" – É a situação concreta!

Este artigo está regulamentado pela Portaria 1356/2008, que no anexo um diz "As condições para a viabilização dos usos e acções referidas nos números dois e três do artigo 20.º", que acabei de ler.

E temos que pode ser feita a ampliação de edifícios existentes, não é legalização! É ampliação de edifícios existentes, destinadas a usos industriais e de energia e recursos geológicos, "*a pretensão pode ser autorizada desde que cumpra, cumulativamente, os seguintes requisitos (...)*" e um deles é que seja reconhecida pela Autarquia, como revestindo interesse público municipal.



E é só este que nos interessa aqui na Assembleia Municipal, os outros não nos interessa.

Portanto, se é para legalização, tenho que votar contra; se é para ampliação, já depende, não é? É só isto... Não! É que é importante! Para ampliação tem que estar legalizada a situação anterior! E eu perguntei, por isso é que perguntei!

Não... não está!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhores deputados, não vamos entrar em diálogo. O senhor Presidente da Câmara esclarecerá as questões no final.

Senhor deputado Micael Sousa.

DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)

Micael Sousa, Partido Socialista.

Aqui, claramente, há que distinguir cada caso. Há casos de novas construções e há casos de ampliações. É nosso dever, em tempos de crise, dar todas as oportunidades para manter postos de trabalho e para melhorar os casos existentes. Atribuir o interesse municipal é uma porta aberta nesse sentido. Penso que não devemos desperdiçar a oportunidade de melhorar o que existe – quer ao nível da produtividade das indústrias, quer ao nível das condições de trabalho para os vários funcionários – e para toda a economia local, que depende destes investimentos! E por isso, dado que o próximo passo é a viabilização pela CCDR, não devemos – de modo algum – limitar, á partida, as possibilidades de melhorar e tentar resolver deste modo os problemas que nos afectam via crise.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

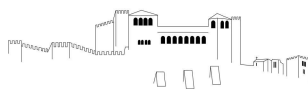
Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Conceição.

DEPUTADO CARLOS CONCEIÇÃO (PSD)

Carlos Conceição, PSD.

Vou muito ao encontro das palavras do senhor deputado Micael Sousa, e recordo que muita da lei que hoje existe, quando tudo isto foi construído, não existia. A lei foi alterando sucessivamente. Vou sugerir... vamos demolir o castelo de Leiria! Aquilo não tem saneamento, não tem nada! Vamos demolir! Vamos ter bom senso! Foi por isso que a excelente intervenção do senhor deputado Leonel Costa nos recordou que



vamos ter muitas situações destas. É muito importante que façamos uma distribuição destas situações, com toda a clareza. A senhora deputada Mónica, do Bloco de Esquerda, e o senhor deputado Carlos têm toda a razão, embora estejam sempre contra mas isso faz parte da natureza deles e não tem problema nenhum, não os podemos levar a mal por isso, antes pelo contrário! No meu caso até acho piada! Mas temos que fazer uma distinção muito forte do que são as coisas e que casos é que nos vão aparecer. É que não podemos perder o bom senso e achar que é a lei que se coloca acima de todas as coisas! E estou como o senhor deputado Micael, que diz assim... então se eu tiver que optar, opto por quê? Não é pela criação da riqueza, pela garantia de emprego? Não é pela dinamização industrial? Não é a favor da economia? Então o que é que nos dá dinheiro? O que nos ajuda a pagar as prestações e dar "paparoca" aos nossos filhos, aqueles que os têm em Portugal e no estrangeiro, é o quê?

Então não vamos perder a visão, vamos discutir o que é necessário. O Decreto-Lei de 2008, parabéns! O Decreto-Lei... nem a Câmara está a fazer nada de ilegal! Não o está a fazer "às escuras", está a trazer ao sítio próprio o tema de forma própria para o levar ainda a outra instância que também, depois, o vai ainda sancionar, que é a CCDR. Até parece que está aqui a acontecer alguma coisa de "*lesa pátria*"! Não está! E a bancada do PSD, penso que me deixa falar agora em nome dela, teve que optar. Senhor Presidente, acho muito bem, vamos resolver estas situações todas! E se for preciso dizer há ali um bocadinho ou dois de metros que tem que ser... vamos a isso! Qual é o problema?

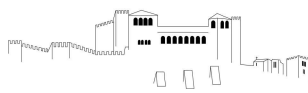
Vamos é fazer com clareza, com transparência e com critério, definindo muito bem todas as coisas, para que ninguém aproveite um regime de exceção que deve ser tratado com toda a lisura e com toda a transparência, para que ninguém o aproveite para coisas que não deve, que não devem acontecer e que todos devemos negar liminarmente. Mas vamos a isso... ontem já era tarde!

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhores deputados, para podermos terminar a horas, um pouquinho de silêncio ajudava.



Senhor deputado José Francisco, a quem peço desculpa porque não tomei nota no momento em que se inscreveu e acabei por deixar ultrapassá-lo por intervenções que foram inscritas depois.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS)

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas e caros munícipes.

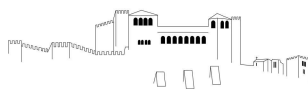
Vem novamente um pedido de declaração de interesse municipal para a legalização de instalações integrar a convocatória para a sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Esta situação ocorre porque abundam no nosso concelho situações semelhantes. Somos da opinião de que há vantagens na sua legalização, conforme já foi dito, desde que estas cumpram com determinados requisitos, excluindo peremptoriamente todas as situações abusivas, ilegais ou de qualquer outra que prejudiquem o bem colectivo. Entendemos que deveria a Câmara Municipal estabelecer um conjunto de regras, cumulativas, que definissem as situações elegíveis, para posterior submissão à apreciação da Assembleia Municipal e, posteriormente, definir um período durante o qual todos os interessados pudessem apresentar a sua candidatura. Penso que não vale a pena *"inundarmos"* a Assembleia Municipal... porque há tantas outras situações! Se todos se lembrarem de legalizar, teremos sessões com não sei quantas dezenas de pontos semelhantes.

Portanto, pensamos que seria preferível estabelecer um conjunto de regras, as quais fossem sugeridas e a Assembleia deliberava sobre elas e, posteriormente, em função dessas regras pré-estabelecidas e claras, os que entenderem que cumprem com os requisitos candidatam-se.

Esta é a nossa sugestão. Desta forma poder-se-ia agilizar todo o processo de legalização das inúmeras situações, certamente elegíveis, permitindo também à Câmara o seu tratamento *"em série"*, com todos os benefícios daí resultantes e aliviando as sessões da Assembleia Municipal deste tipo de situações.

Assim, ficariam para análise e deliberação em Assembleia Municipal as situações não enquadráveis – que no conjunto dos requisitos para elegibilidade – desde que excepcionalmente fundamentadas.



É nossa opinião que não devem ser apresentadas á Assembleia Municipal pedidos “à la carte”. Com a documentação não conveniente fica, por muito bem-intencionado que seja o processo, sempre margem para alguma dúvida. Não deve ser um processo cinzento, deve ser claro! Regras estabelecidas e as pessoas candidatam-se se considerarem que são elegíveis. Se as situações não são elegíveis, são então apresentadas à Assembleia Municipal, com carácter de excepção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

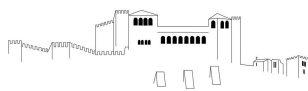
DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Dizer duas ou três coisas relativamente a estes quatro ou cinco pontos da ordem de trabalhos e que têm a ver com a declaração de interesse municipal.

Dizer que não é esta Assembleia que decide acerca da manutenção ou não manutenção da Reserva Ecológica Nacional nas áreas solicitadas. Isso caberá a outra entidade que não a nós. Dizer também que, por experiência de autarca de muitos anos, passei pela discussão das contas da REN iniciais, que discutimos com a população e que, mais tarde, foram publicadas diferente daquilo que tínhamos discutido! E isso trouxe alguns inconvenientes, nomeadamente o aumento da reserva, independentemente daquilo que tinha sido discutido em sede de elaboração dessas cartas aquando do PDM. Isto aconteceu, provavelmente, no início da década de 90. É um facto que estas cartas que saíram acabaram por considerar muitas das situações existentes, nomeadamente industriais, que a partir daí ficaram completamente condicionadas em termos de ampliações. É lógico que se criou uma grande injustiça para muitas empresas que ficaram completamente condicionadas porque lhe puseram em cima e à volta zonas de REN. Este mecanismo que temos na nossa mão – o do interesse municipal, da declaração de interesse municipal – permite a muitos empresários o início de um processo de tentativa de legalização e tentativa de ampliação. É portanto de toda a justiça, e não temos dúvidas nenhuma, apoiar este tipo de situações para obras que já existiam, para obras que precisem de ampliação e de licenciamento.

Relativamente a obras novas, também hoje neste pacote de pedidos de declaração de interesse municipal, vem aqui algumas situações de obras novas. Nesse caso, e



nalgumas situações, também terá toda a lógica que esse interesse seja dado, nomeadamente zonas em que os terrenos têm parte em zona de construção, em que confinam com arruamentos, infra-estruturas, etc. Mas nessas situações específicas, era importante que a Câmara Municipal – nas situações específicas de obras novas – ao trazer aqui estes pedidos os fundamentasse, eventualmente com a indicação das áreas que estão abrangidas em termos de zonas de construção. Sei que foram anexos os mapas mas, por vezes não conseguimos, através dos mapas, ter a noção de quais são as áreas em zonas de construção, em zona de transição e em zona ocupada pela REN. Nessas situações específicas, e porque são obras novas, seria importante que a Câmara fizesse acompanhar esses pedidos de declaração com a indicação das áreas e da tipologia da ocupação dos espaços nos terrenos em causa. Era só, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Não há mais nenhuma inscrição?

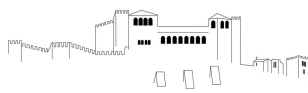
Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Uma pequena nota introdutória. Gosto sempre das intervenções do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda porque são sempre uma lição de cultura legal para todos nós. Recordo-me, quando falámos aqui daquela questão que tinha a ver com o Saloon – para mim é o Saloon – Quinta do Paúl – na minha intuição, apenas porque desconhecia a lei, dizia eu, que me fazia alguma confusão que uma coisa que está à beira de uma estrada nacional pudesse estar em reserva ecológica.

Gostei muito de ouvir a intervenção do senhor deputado Paulo Pedro porque, de facto, os autarcas que têm vivido estas circunstâncias que nestas definições, os tais iluminados de que falava nessa altura - os de Lisboa – estão-se borrifando naquilo que os autarcas aqui dizem! É feito, é por aqui, acabou, nós é que sabemos! Eles são muito bons! Já agora Mónica, gostava de saber onde é a reserva ecológica do concelho de Lisboa e a reserva agrícola em particular! Não sei, se calhar não há! Isso é que é relevante! É que é muito fácil nós invocarmos aquilo que não se pode aplicar. Bom, mas voltando aqui à questão... não quero intervir sobre a matéria que já foi aqui apresentada, e muito bem, ali pelo meu colega de bancada, mas queria



aproveitar – porque referido várias vezes o PDM – senhor Presidente, há um aspecto de que tenho conhecimento e que lhe pedia que, se fosse considerada a proposta que o deputado José Francisco apresentou, de criar uma formatação para essa situação – que obviamente não se pode enquadrar nas novas situações – que uma coisa é legalizar o que está feito e outra coisa são as situações que possam ocorrer para as situações novas. Gostaria que o senhor Presidente não se esquecesse de um aspecto que está a condicionar o desenvolvimento da nossa região. O nosso PDM, nomeadamente, previa um conjunto de vias estruturantes, vias de comunicação, que criam uma servidão de cinquenta metros. Essas servidões estão inscritas – bastantes – em PDM há quinze anos e há pessoas que há quinze anos que estão com o “garrote a apertar” à espera que seja construída a tal via de comunicação que está para ser construída e, que se sabe até em alguns casos, que nunca vai ser construída! E parece-me que seria extremamente importante que, na próxima Assembleia, pudesse aqui ser redefinido esse mapa das estruturas viárias que a Câmara quer vir implementar ao abrigo do PDM, eventualmente já contemplando a revisão que está já em fase de discussão pública, penso eu, e portanto já está claramente definido o que é que vai querer este executivo manter e tudo aquilo que vai cair, perder essa servidão porque é perfeitamente absurda, parece-me a mim. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

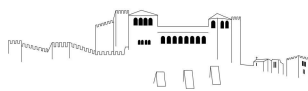
O senhor Presidente da Câmara pretende encerrar o ponto?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Começaria já por esclarecer o senhor deputado Domingos Carvalho, porque o que está em discussão pública foram algumas alterações ao PDM. E esperamos que ainda possam, se não acontecer mais nenhum percalço, vir a ser publicadas durante o mês de Maio.

Quanto à revisão do PDM, já agora, só para dar nota que a primeira reunião das célebres comissões de acompanhamento que incluem todas as entidades, vai ser também durante o mês de Maio. Vamos presumir que será desta vez que as coisas avançarão.

Por último, queria aqui dar nota que aquilo que está aqui escrito no ponto oito é que trata-se de uma empresa que já laborava em 1988, estava licenciada e agora



pretende ampliar. Acontece que uma parte dessa ampliação é reserva ecológica nacional e para se iniciar um processo para apreciação da Comissão de Coordenação da Região Centro, que terá as competências para esse efeito, é preciso saber se a Autarquia considera de interesse municipal ou não. Demos cumprimento à lei, foi aprovado em reunião de Câmara para depois ser o processo desencadeado junto da Comissão. Não valerá a pena, se aqui e à partida, entendermos que não é de interesse municipal, submeter à apreciação de quem de direito.

E a questão, para nós, é muito simples. Em reunião do executivo já foi a apresentada a proposta - na última reunião, salvo erro - para implementação de um quadro tipo que absorva as diferentes situações que podem ser previstas. Fica desde já aqui um convite para contributos que queiram dar dobre esta matéria, para assim tentarmos ver o que poderá ser considerado de interesse municipal.

Hoje em dia, e com esta crise, a questão que se põe é esta: Postos de trabalho? É relevante! Volume de negócios? É relevante! Aumento da capacidade produtiva? É relevante!

Há indicadores, mas poderá haver muitos mais. Hoje tudo conta! E é esse quadro-tipo que vamos tentar fazer com os contributos de quem entender dar, precisamente para tentarmos, logo à partida, embora não tenhamos até ao momento situações que possamos ter posto em causa.

O que está hoje aqui a pontuar muito é esta conjuntura que leva a que se tenha que acarinhar os postos de trabalhos existentes ou aqueles, que porventura, venham a ser criados.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

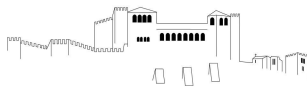
Vou colocar à votação a proposta, "DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – PROC.º OBRAS PARTICULARES N.º 510/10 EM NOME DE JOSÉ MANUEL FERNANDES GREGÓRIO"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera



aprovar por maioria, com dois votos contra e uma abstenção, a proposta da Câmara Municipal de Leiria, e, em consequência, declarar o interesse público municipal de que se reveste o processo de obras particulares n.º 510/10, em nome de José Manuel Fernandes Gregório.

Ponto número nove,

9. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL (RESIDÊNCIA SÉNIOR/LAR 3ª IDADE) – FREGUESIA DE AZOIA - Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número nove.

Pretende o senhor Presidente apresentar?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Segue a mesma linha. Trata-se de um projecto de construção de uma residência sénior para uma Freguesia que não dispõe de uma estrutura deste género. É evidente que está aqui em causa, mais uma vez, postos de trabalho, a resposta social e o investimento dentro do concelho. A filosofia tem sido a mesma. Naturalmente que o Presidente da Junta de Freguesia de Azoia, onde se vai situar, poderá dar aqui algum contributo para clarificar melhor esta situação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

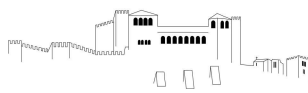
DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Boa noite a todos.

Manuel carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Não vou falar em concreto sobre este caso. Comecei a preparar a intervenção efectivamente sobre o caso de Azoia, mas depois pensei que podia, em termos de princípio, ser generalizado aos restantes casos.

Não me inscrevi anteriormente só por uma razão... estamos na Quadra da Páscoa e ainda prezo a tradição da visita Pascal! E não é porque o Prior chega à casa do vizinho que o vou na casa do vizinho e depois não o recebo na minha.

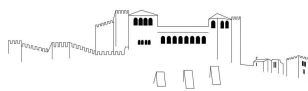


Fará bem a Câmara Municipal agir na prossecução e defesa do bem-estar da sociedade. Fará bem zelar pelos interesses colectivos dos cidadãos. Fará bem tomar diligências e iniciativas para legalizar ou evitar situações de construções ilegais, muitas vezes que assim se encontram, porque a dinâmica da economia e de iniciativa individual ou colectiva concelhia, não tem tido o devido acompanhamento por parte de uma legislação de uso dos solos de fraca qualidade e que obriga a mesma a estar em constante reformulação. Fará bem a Câmara estar a par desta reformulação legislativa e normativa, aproveitando-a no que ela tem de bom para a defesa do interesse privado e público concelhio. Neste caso, aprovar e emitir declarações de interesse público municipal.

Sendo a definição de interesse público muito alargada, grosso modo podemos considerá-la como tudo o que se reconhece para o interesse para uma comunidade, mas cuja satisfação pode ser garantida por uma entidade pública, associativa ou privada, importa, na assumpção da responsabilidade especial dos nossos actos, não nos desviarmos de princípios éticos e conhecer, quando possível, a opinião pública.

A partir da minha experiência de alguns anos de contacto com a população, nomeadamente no que se refere ao ordenamento do território, este deve existir, mas planeado de forma a atrair e a desenvolver infra-estruturas e equipamentos bons para o Município e não expulsá-los. Contudo, creio que a Câmara Municipal também fará bem em tornar público, através de editais, este instrumento de utilidade pública, as situações em que se aplica e que os técnicos da Câmara mais ligados ao ordenamento do território e às obras públicas, enquanto prestadores de um serviço público, conhecedores deste procedimento, informem todos os munícipes - quando solicitados - da mesma forma e de forma a evitar sentimentos de profunda injustiça.

Também a partir da minha experiência, penso que a Câmara fará bem aquando da preparação da proposta de declaração de interesse público municipal, que é sempre uma mais-valia para a informação e não uma mera perda de tempo, a visita ao local. Desta visita deverá ser dado conhecimento à Junta de Freguesia, para a qual deve ser convidada. Terá utilidade e até pode evitar que se aprove uma declaração de interesse público sem interesse para a freguesia. Não deixa de ser legítima mas não será agradável.



Finalmente, estou certo que a Câmara queira resolver problemas que, a continuarem, não beneficiam ninguém. Quer trabalhar, queremos trabalhar! Mas para que o trabalho tenha continuidade, lembro que nesta matéria será bom conselheiro ter presente, como certamente tem, o princípio do serviço público para a declaração pública.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Barreira.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL DA CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIRA)

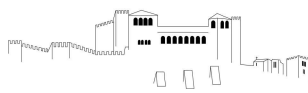
Boa noite a todos.

Vou ser muito breve.

Senhor Presidente, só para transmitir um pouco daquilo que é a minha experiência de autarca na Freguesia da Barreira, e refiro-me às dificuldades que existem em qualquer uma destas situações, que são transversais não só à Freguesia da Barreira mas a todo o concelho.

A experiência que vos quero transmitir é esta... há dez anos atrás que, na Barreira, começámos com uma intenção muito forte de construir um lar. Um primeiro projecto para terrenos junto à sede da freguesia, imbróglis jurídicos! Direito público para cima e direito privado para baixo, caixote do lixo! Projectos feitos pelo GAT com autorização e pedido da Câmara! Passado uns tempos, o anterior executivo da Junta propôs a cedência do direito de superfície daquilo que nós chamamos "os terrenos do campo da bola", uma parcela de doze mil metros que tem pinhal perto, embora também haja habitações a menos de cinquenta metros. Projecto elaborado pelo GAT com autorização da Câmara. A Doutora Neusa está aqui e acompanhou o processo. Veio aquela famosa lei dos incêndios, a lei n.º 5/2006 – salvo erro – caixote do lixo! Tempo perdido em projectos, frustrações e intenções que se criam às pessoas de entusiasmo que vão por água abaixo, e nada pior do que isso!

Posteriormente, mais um projecto para um terreno que a Associação comprou e que também acabou por ir para o lixo por imbróglis, também de certa forma, jurídicos! Não respeitava a legislação. Portanto, tudo isto são situações... e aproveitei aqui para seguir o Presidente da Junta de Azoia porque é vizinho e esta infra-estrutura acaba



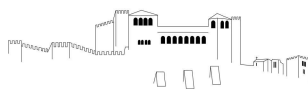
também por beneficiar não só a Azoia mas também a Barreira e, seguramente Parceiros e todas as que estão próximas.

Este problema que ele levantou, neste caso relacionado com uma IPSS, é transversal às empresas. O nosso concelho, já referi isto aqui mais que uma vez, tem uma enfermidade muito grande, que é o PDM. O PDM não acautelou praticamente nada daquilo que existia no espaço territorial.

Tenho mais um caso para vos apresentar, para não falar só de IPSS's. Já falei aqui disso, até porque se tencionou criar aqui um outro mecanismo para legalizar. Vinte habitações que existem num lugar que é o Chão Direito, onde a Câmara Municipal, ainda na altura do Engenheiro Lemos Proença, construiu quatro – salvo erro foram quatro habitações sociais – ficaram as outras dezasseis por regularizar. Criou-se um mecanismo, que era o Núcleo Urbano, mas aquele espaço foi esquecido. São vinte casas de um terreno que foi esquecido. A Câmara tem lá quatro e todas as outras estão ilegais porque estão em reserva ecológica.

Tínhamos indústrias com algum peso no concelho, não sei se posso citar o nome mas vou dizê-lo porque toda a gente conhece, que era a Sirplast que estava na Azoia. Uma empresa de plásticos/de lixo e foi para Porto de Mós porque se calhar faltou este mecanismo, ou outro! Ou seja, empresas que eu conheço - que de vez em quando desabafam – exportadoras que criam emprego. Para mim, e tenho-me batido por isso, o senhor vereador Lino sabe que me vou bater e se calhar não vai ficar satisfeito, e nós também não... porque temo que aquilo que se vai fazer ou propor seja só para remendar alguma coisa e que o PDM não seja, se calhar, devidamente estudado. Aquilo que o que me antecedeu falou, acho que foi o Manuel, foi que as pessoas têm que ir ao local! Pelo papel não reconhecem metade do território! Vão ao local, inteirem-se e falem com as pessoas e vêem as razões! Também dou razão ao Bloco de Esquerda e ao Partido Comunista! Não se pode, por tudo e por nada legalizar as coisas, ou prometer que se faça tudo. Mas é preciso ir ver e as pessoas conhecerem. E, como dizia o Domingos Carvalho, venham lá de Lisboa ou venham lá de onde vierem, que vão lá e que vejam!

Este era só o meu testemunho, para dizer que desta forma como está... penso que a legislação deve ser feita para cuidar, neste caso, do terreno – da área territorial – mas acima de tudo, defender os interesses da população que ali reside. A Barreira e as Cortes foram muito prejudicadas pelo actual PDM. Expandem-se zonas urbanas



demasiado! Uma coisa que para mim é inconcebível é ver prédios em aldeias rurais... mas são prometidos... E entretanto quer-se garantir os postos de trabalho numa empresa, aumentar o número de postos de trabalho numa IPSS e vêem-se estas dificuldades todas!

Termino em relação a esta matéria. Analisarei todas as situações que aparecerem, convicto que o meu voto será favorável à maioria delas, a não ser que haja algum caso mesmo muito estranho.

Aproveito para agradecer ao deputado Vitor Lourenço pois sempre que falam da Barreira ou dos locais da Barreira – essa é uma das minhas missões, a de promover a terra, fico muito satisfeito! Ele falou da Mourã, presumo que seria associado ao cemitério... e abriu-se-me ali uma janela e é por isso que tem o meu agradecimento! É que, realmente, ali no cemitério da Mourã, temos umas quatrocentas sepulturas vagas, enquanto o da Barreira está lotado. E aquelas ideias que, quando a gente ouve, parecem brilhantes e eu explico... tenho lá quatrocentas sepulturas vagas e deixo aqui o desafio... a quinhentos euros cada uma, se alguém quiser garantir um lugar ao sol, ao sol ou à sombra! Ao lado da igreja ou no corredor central... temos espaço, por isso tenham a bondade!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente de Junta.

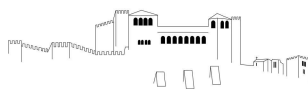
Senhores deputados, vamos continuar.

Senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS)

Domingos Carvalho, eleito pelo CDS – Partido Popular.

Senhor Presidente, porque basicamente, na resposta que me deu, fiquei com a ideia de não ter sido suficientemente eficaz no que queria dizer. E nada melhor do que ilustrar com um exemplo que, aliás, vem do tempo da campanha eleitoral para estas autárquicas. Estava prevista uma segunda rotunda aérea sobre o IC2, sobre a variante, que passava depois pela freguesia dos Marrazes e que ia desembocar ao Aeródromo, à rotunda da Gândara, vamos utilizar esta expressão. Essa ideia já morreu há muito tempo, há urbanizações que ficam ali e há um conjunto de terrenos. Numa zona como aquela, em determinadas freguesias cinquenta metros não é nada, mas numa freguesia como a dos Marrazes, que sofreu muito – na minha opinião – com o PDM que temos, está demasiadamente sobrecarregada com um



conjunto de infra-estruturas e tem um grande problema! A quantidade enorme de infra-estruturas que faltam! Essa via que está perspectivada seguramente que não vai ser feita, até porque já não tem por onde passar devido à existência da zona industrial do Casal do Cego. Continua a haver um problema... há pessoas que querem desenvolver negócios e têm ali um problema porque há uma servidão de cinquenta metros para uma coisa que não vai ser feita!

Em concreto, é disto que estou a falar e sei que não é apenas este caso. Por isso quis aqui deixar esta nota.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

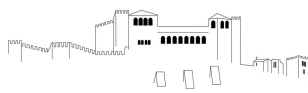
João Cunha, PSD.

Apesar de ser um deputado "Duracel", queria dizer que não estive presente no ponto anterior por motivos de ordem profissional e deontológico, pelo que não participei na discussão do ponto oitavo.

Concretamente e em relação a este ponto que estamos aqui a aflorar, penso que o traço fundamental que está aqui presente é a necessidade de todos nos unirmos e entrarmos, também nesse aspecto, em sintonia com o executivo municipal no que respeita àquilo que tem que ser feito para que o PDM seja revisto o mais rapidamente possível. Que seja um instrumento de máximo consenso possível no concelho, para que a algum tempo não estejamos todos, outra vez, a queixarmo-nos de que o PDM não serve.

Essa era uma nota que queria aqui deixar. Peço ao senhor Presidente da Câmara que torne esta revisão do PDM o mais participada possível, o mais consensual possível e para que seja um elemento aglutinador das vontades das populações e não um instrumento de desagrado e de divisão.

Concretamente sobre o lar da Azoia, confesso que tenho algumas dúvidas se estaremos perante o interesse municipal em relação a esta obra em concreto. Mas também não quero sobre esse ponto de vista fazer juízos de valor. Digamos que perante a documentação que foi presente tenho algumas dúvidas e estou a confessá-lo de coração aberto. De todo o modo louvo sempre a iniciativa privada de quem



quer fazer algo e, neste caso concreto, com um certo pendor social. Mas tenho alguma dúvida de que o interesse municipal esteja presente neste caso concreto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite mais uma vez.

Rapidamente e directo ao assunto. O PDM tem defeitos? Com certeza que sim! A definição de REN e RAN é problemática? Sem dúvida! A legalização de absurdos criados por todo o concelho, criados nos gabinetes, como aqui já foi dito, à sociedade? Com certeza!

Crítérios globais, como propôs o deputado do CDS, têm o meu apoio! Esta estrutura, sendo uma estrutura social, é importante para a freguesia? Diz o deputado e Presidente da Junta da Azoia que sim e eu acredito porque o conheço e sei que é um homem sério. Não conheço o local, apenas li a informação. Mas o problema que se põe – e aqui subscrevo também a intervenção anterior – é que o que se passa neste ponto nove, diferente de todos os outros, é que é uma iniciativa empresarial, em construção nova em reserva ecológica! Ou seja, pergunto eu, na freguesia não há outros terrenos que a entidade empreendedora possa utilizar para aí instalar o seu negócio, digamos assim? E digo isto sem qualquer aspecto negativo! Negócio legítimo, obviamente, mas não colide aí o interesse privado com o interesse público? Depois, não pode haver outros incentivos que segurem o investimento no concelho e na freguesia? Tenho sérias dúvidas que este ponto nove seja idêntico aos outros pontos, que são ampliações, legalizações, etc, etc.

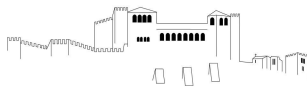
Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Dado tratar-se de uma segunda intervenção, terá que ser muito breve.



DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA)

Penso que o Pedro não entendeu bem aquilo que referi. Comecei por dizer que a minha exposição não era referente ao caso de Azoia mas era uma generalidade e não disse que o empreendimento que se quer fazer na Azoia, que o considerasse de interesse municipal. O que disse é que a Câmara fazia bem em resolver estas situações. E sobre o de Azoia... não me referi especificamente nem nada sobre ele.

Entendo que não fará mal nenhum à freguesia que ela tenha uma infra-estrutura para apoio a idosos e, nesse sentido, como Presidente da Junta, entendo ter interesse para a freguesia! Se tem interesse para a freguesia e fazendo esta parte do Município, também terá interesse municipal!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

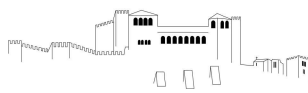
Muito obrigado.

Senhor deputado Leonel Costa.

DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

As questões do PDM, do meu ponto de vista, são de facto complexas. No entanto, é importante perceber que em todas as regiões, em todas freguesias, há problemas do género. Qual é a capacidade que qualquer empreendedor tem de, se não tem zonas industriais definidas, se elas não foram definidas atempadamente, se elas estão definidas e têm custos inoportáveis? Não podemos continuar a fomentar, do meu ponto de vista, aquilo que, de alguma forma aconteceu em Portugal e na Europa, que é o capitalismo total! Como é que pode haver empreendedorismo?

Como é que os jovens empresários conseguem empreender em condições adversas, numa economia com a estrutura que existe neste país? É impossível! É inoportável! Por isso é que encontramos um conjunto de situações por legalizar, com dificuldades em legalizar, porque não houve uma visão estratégica em tempo útil para isso acontecer. O que está a acontecer neste momento é que, e tenho a consciência correcta daquilo que estou a dizer, não pode construir-se – como é evidente – onde não hajam condições que sejam favoráveis ao meio ambiente, onde não hajam condições que permitam o funcionamento das unidades. E isso terá que ser regulado! No entanto, está a ser travado o desenvolvimento de diversas regiões e a desertificação de regiões.



Falando particularmente na freguesia de Maceira, da qual não queria falar em particular... é uma das regiões, em termos demográficos, a maior ou uma das maiores do concelho ou até do país, e que está completamente desertificada! Por razões claras e óbvias que têm a ver com o problema do PDM! É uma zona que não cresceu, que está travada ao desenvolvimento e que, claramente, acabou por não ter o desenvolvimento de proximidade e de crescimento que até lhe foi imputado em 1923 com o aparecimento de uma empresa que atraiu, tanto para a região de Leiria – o que é bom que não se esqueça! – que uma das grandes empresas, embora não pagasse impostos em Leiria, pagava em Lisboa, lamentavelmente... acabou por trazer para a região pessoas de todo o país e foram elas motoras da região de Leiria! Leiria, inclusive...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, não me leve a mal, mas peço licença que o interrompa...

DEPUTADO LEONEL COSTA (PSD)

... não tinha posto médico e as pessoas iam fazer operações à Maceira-Liz.

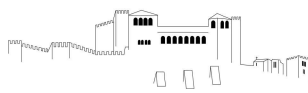
Muito obrigado!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Terminou a sua intervenção. Obrigado senhor deputado.

Gostava de esclarecer o seguinte. Fui condescendente no ponto oito, aceitando que os senhores deputados que assim o entendessem, fizessem um olhar abrangente sobre os pontos oito, nove, dez e onze. E assim aconteceu no início do ponto oito. Não me levarão a mal que deixe de ser condescendente porque terminada essa introdução no ponto oito... agora, se no ponto nove, dez e onze vamos outra vez fazer intervenções abrangentes! No ponto nove tratamos desta questão, que tem a ver com um projecto na freguesia de Azoia, no ponto dez tratamos da questão que está no ponto dez e no ponto onze trataremos da questão que está no ponto onze! É isso que está em causa se em cada um dos quatro pontos fazemos intervenções abrangentes, isto revela uma falta de sistematização por parte da Assembleia Municipal.

Dentro desta óptica, senhor deputado José Francisco, presumo que queira falar desta questão concreta, do projecto em Azoia.



DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS)

Boa noite novamente.

Perante estas situações de construção, de futura construção em REN, sou bastante mais favorável quando ela acontece por iniciativa, também, das instituições e não de promotores particulares. Temo que haja algum aproveitamento neste momento! Toda a gente fala da crise, toda a gente fala da necessidade de criar emprego e temo que surja – não digo que seja o caso e obviamente que não será – mas tenho algum receio que sob estes problemas que nos atormentam a todos, que alguns promotores (ou pseudo-promotores) que tenham alguns terrenos, e presumo que a preocupação das pessoas – quando criam o seu negócio – é com elas próprias e gerar riqueza para elas próprias. Penso que a preocupação com os velhinhos... a não ser que haja um protocolo com a Junta de Freguesia, deverá ter-se em atenção, e dado que se vai abrir uma excepção de permitir que seja construído em REN, que até as pessoas da terra, em vez de pagarem aquilo que é normal nos lares ou nas casas seniores, que tenham benefícios. Agora... tenho um pouco a sensação de que poderá, eventualmente e em determinadas circunstâncias, haver aproveitamento e o beneficiado é o promotor. E talvez os dezoito empregados que se venham a conseguir seja numa situação precária e não fiquem efectivos. Quando estamos a falar de dezoito, se calhar até são dezasseis a meio termo e os outros, não se sabe. Não somos muito favoráveis a que, a qualquer custo, se viabilize tudo apenas porque estamos a falar de criar emprego. Também admito que, independentemente dos erros nas zonas abrangidas pela REN e pela RAN, admito que a freguesia não esteja toda abrangida por isso e, como disse o senhor deputado Pedro Biscaia e muito bem, que haja lá um espacinho, que pode custar um pouco mais de dinheiro, e a REN fica sempre mais barato e é sempre melhor negócio.

É este, portanto, o nosso sentido de voto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado senhor deputado.

Vou usar da palavra na qualidade de deputado municipal. Levantar-me-ei da Mesa para o fazer.

O senhor Presidente da Mesa foi nesta altura substituído pelo senhor primeiro secretário e deputado José Alves.



DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Gostaria de secundar a intervenção do senhor deputado Pedro Biscaia e do senhor deputado José Francisco, até porque não consigo estar esclarecido em relação a este ponto. O terreno não tem nada. Olhando a planta com atenção... o que fiz... o que se diz é que o terreno é de elevadíssima perigosidade. O que se diz também é que há ali uma área habitacional urbana, mas está longe... não está perto. Diz-se no texto que está perto... vê-se na planta que está longe. O que há ali é um contíguo de transição, aparentemente sem habitação nenhuma, chama-se de transição mas não tem habitação nenhuma. E diz-se que não há alternativas... não consigo estar convencido! Não há alternativas na freguesia de Azoia para fazer aquilo, que é uma construção relativamente pequena, e diz-se que não há nas freguesias alternativas para fazer aquilo! Quero dizer que o que provavelmente acontece é que no património da pessoa que quer levar a cabo o empreendimento não há alternativas... mas se ela vender o seu património e comprar outro terreno, provavelmente tem alternativas.

Perante isto, não me sinto esclarecido nem em condições de votar e quero propor ao senhor Presidente da Câmara Municipal que retire este ponto da discussão.

1º SECRETÁRIO DA MESA (JOSÉ ALVES)

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para finalizar este ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Sem prejuízo deste ponto ser agendado para nova reunião, também percebemos que a proposta poderá aqui levantar algumas questões e será melhor reavaliar e tornar presente, se for caso disso, numa futura reunião.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

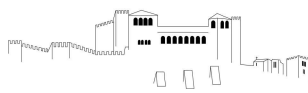
Sendo assim, posso reassumir a presidência.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O ponto está retirado por decisão do senhor Presidente da Câmara Municipal.

Passamos ao ponto número dez

10. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO AVÍCOLA – FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA - Apreciação, discussão e votação.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Vitor Lourenço.

Tinha a intenção de encerrar, peço desculpa, enquanto o senhor deputado se vai preparar, tinha a intenção de encerrar esta reunião.

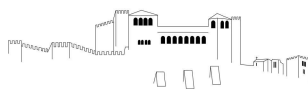
Senhores deputados! Um pouco mais de calma! Tinha a intenção de encerrar esta reunião às duas da manhã. São quase duas da manhã... Os pontos que faltam são muito poucos e acredito que não tomem muito tempo de discussão, penso eu, posso estar enganado! Se se comprovar que tomarão tempo demais, interrompemos esta sessão e retomá-la-emos na próxima semana. Se se verificar que são razoavelmente breves, levaremos a sessão até ao fim. Parece-vos bem?

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Senhor Presidente, sobre este ponto, no entendimento da afirmação do senhor Presidente e das intervenções na generalidade no ponto oito e depois com a discussão ponto a ponto até ao ponto onze... não tinha feito esse entendimento inicial e fazia conta de fazer esta intervenção no ponto onze, para também expressar a minha opinião, sobretudo nas questões que têm a ver não com esta situação da IPSS mas com os outros três pontos. Gostaria, e não tomo mais que três minutos para dizer o que tenho para dizer, senhor Presidente.

Em primeiro lugar, gostaria de saudar a brilhante intervenção, de elaboração e definição de princípios que o deputado Leonel Costa aqui nos apresentou.

A proposta que originou esta profícua discussão acerca deste tema de ordenamento e de gestão do nosso território, e como ele reforçou e cito "*(...) os tempos de crise são frutuosos para aguçarem o engenho e arte (...)*", eu acrescentaria ao senhor Presidente da Câmara que é preciso ousar para não ficar no lote dos vencidos! Foi, aliás, esta atitude – gostaria de lembrar – que nos executivos anteriores de que fiz parte, sempre se assumiu nestes casos, sendo que apenas o poderiam fazer nos chamados espaços florestais. E se agora a lei, ou o ajustamento que a lei sofreu, permite igualmente que isto seja feito nestes espaços de REN – coisa que desconheço – vamos agir na lógica do interesse e do desenvolvimento do nosso concelho, apesar de no passado – gostaria também aqui de lembrar – o senhor Presidente ter assumido sempre, em relação a estas questões do interesse municipal, uma posição de abstenção. Mas enfim, e era apenas um espaço florestal, volto a referir! E lembro ainda também que o senhor deputado José Alves – se bem



se lembra das nossas conversas de quando foi vereador – tinha a mesma atitude, a de achar irrelevante, quando nós considerávamos de interesse municipal, em todas as vezes que iam à reunião de Câmara situações destas. Quando apenas se criava meia dúzia de empregos, era sempre esta a expressão! Às vezes brincávamos com a situação nas reuniões de Câmara acerca deste assunto.

Mas ainda bem que temos que actualizar os nossos princípios e as nossas opiniões. A intervenção do senhor deputado Leonel Costa foi exactamente nesse sentido... o mundo está a mudar repentinamente e nós temos que adaptar os nossos actos às mudanças e às necessidades. E quando "*se faz bem sem olhar a quem*", como diz o povo, "*tudo fica bem*".

Apenas reforço o pedido que o deputado Leonel Costa aqui fez de criar um quadro legal que abarque as situações existentes e que se abriguem todas nos critérios que venhamos a definir ou que venhamos a aprovar, para bem de todos. Porque se não o fizermos, se não forem definidas e classificadas as regras, talvez até possamos vir a ser desacreditados junto da CCDR, que é a entidade que dá aprovação final aos projectos. Nós apenas declaramos o interesse municipal dos empreendimentos...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado, não me leve a mal que, no seguimento daquela minha intervenção de há pouco, que lhe sugira que se circunscreva ao ponto número dez.

DEPUTADO VITOR LOURENÇO (PSD)

Um minuto só, senhor Presidente.

E cuidado! Digo eu à Câmara Municipal, com o poder discricionário de se dar aval a uns em detrimento de outros. É o caso do lar, que está aqui agora patente e com muitas dúvidas em relação a este caso. Cautela, digo eu, criemos regras! E repito, urge assumir como orientação municipal, que poderá ser vista publicamente até, como oportunidade de reverter verbas para o Município com estas aprovações, o de legalizar um grande universo de casos que sirvam de desenvolvimento equilibrado e sustentável.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Teria preferido que tivesse falado sobre o ponto número dez ou que tivesse feito essa intervenção no ponto número oito.



Não há mais ninguém inscrito.

Vou colocar o ponto à votação, a não ser que o senhor Presidente da Câmara queira usar da palavra. Não foi suscitado nenhum problema.

Ponto número dez – “DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – OCUPAÇÃO DE ÁREA R.E.N – AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO AVÍCOLA – FREGUESIA DE SOUTO DA CARPALHOSA.”

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar por maioria, com um voto contra e cinco abstenções, a proposta da Câmara Municipal de Leiria, e, em consequência, declarar o interesse público municipal de que se reveste a ocupação de área REN – Ampliação de pavilhão avícola – Freguesia de Souto da Carpalhosa.

Ponto número onze.

**11. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA R.E.N E R.A.N. - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE REGUEIRA DE PONTES. CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL -
Apreciação, discussão e votação**

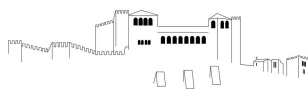
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra, concretamente em relação a este ponto?

O senhor Presidente quer explicar, por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

Este é um caso diferente pelo seguinte: Para este terreno, em determinada altura, havia uma proposta de loteamento e tinha uma área de cedência. Na altura - já tem muitos anos - foi utilizada a área de cedência onde foi construído um centro de saúde. O centro de saúde está lá, loteamento não há porque não foi aprovado. Agora, aparece o Centro Social de Regueira de Pontes a fazer a proposta para, no restante terreno - já lá tem uma construção - poder ser viabilizado um Lar. É diferente porque já tem uma construção no terreno, é uma instituição de utilidade



social e penso que está num patamar diferente e que justifica esta aceitação. Só de uma parte, sim.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguma intervenção?

Não vejo nenhuma intenção de intervir.

Coloco à votação o ponto número onze, "DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA R.E.N E R.A.N. - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE REGUEIRA DE PONTES. CONSTRUÇÃO DE EQUIPAMENTO SOCIAL."

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar por maioria, com dois votos contra e duas abstenções, a proposta da Câmara Municipal de Leiria, e, em consequência, declarar o interesse público municipal de que se reveste para efeitos de ocupação de áreas da REN e RAN - Centro Social Paroquial de Regueira de Pontes. Construção de equipamento social.

Ponto número doze.

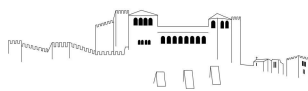
**12. REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO –
Apreciação, discussão e votação.**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, para nos explicar qual é a proposta de alteração.

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

A proposta de alteração é nos artigos décimo, décimo oitavo e décimo nono. Já houve discussão pública e já estive aqui presente, antes da discussão pública, na Assembleia e agora, nos termos da lei, tem que vir à aprovação das alterações à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 5-A/2002.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Quem pretende usar da palavra?

Senhor deputado Romeu Paz, por favor.

DEPUTADO ROMEU PAZ (PS)

Romeu Paz, Partido Socialista.

Boa noite senhor Presidente, boa noite senhores vereadores, senhores deputados, público e elementos da Mesa.

Um problema recorrente é o horário de funcionamento dos bares e discotecas nas zonas próximas das habitações. Penso ser importante que se faça cumprir o presente regulamento e que o mesmo seja aplicado de forma igualitária a todos os estabelecimentos da mesma natureza.

Assim, tornará mais fácil a aceitação por parte dos proprietários dos mesmos as alterações pretendidas aos respectivos horários. Cabe também à Câmara Municipal aprovar os respectivos horários do funcionamento dos estabelecimentos e é importante que se faça respeitar o ponto dois do artigo dez do regulamento, onde se indica que qualquer requerente de um horário apresente o alvará de licença de utilização do espaço, para que não se facilite o aparecimento e a continuidade de situações não legalizadas.

Por último, é de fazer notar que foram ouvidos no processo a DECO, a ACILIS e a ACESP, que concordaram na generalidade do regulamento, sendo que apenas a ACESP veio chamar a atenção para o funcionamento de estabelecimentos de grandes dimensões, para que fosse limitado de modo a não prolongar noite dentro e encerrassem aos Domingos e feriados. Essa sugestão apresentada ia contra o sentido do Decreto-Lei que levou à alteração deste regulamento, logo não foi tomada em conta.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

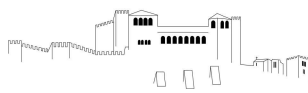
Muito obrigado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro, o regime de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, incluindo aqui as grandes



superfícies, foi alterado, descentralizando a decisão de alargamento ou restrição – não sei onde é que está a dúvida - dos limites horários nos municípios. Os horários das grandes superfícies estavam até então excluídos do regime geral, sendo definidos em Portaria do Ministério da Economia, com base apenas no critério de dimensão.

Com o novo quadro legal foi dada a possibilidade aos municípios de restringirem o horário liberalizado de funcionamento das grandes superfícies, em nome da defesa dos interesses da economia local.

O PCP manifesta a sua posição contra a liberalização dos horários de funcionamento das grandes superfícies, designadamente contra a sua abertura entre as treze e as vinte e quatro horas aos Domingos e feriados, fora da época natalícia. Fá-lo, porque esta posição é a única que defende os direitos ao descanso dos trabalhadores e ao convívio familiar, protegendo, ao mesmo tempo o comércio tradicional e de pequena dimensão, dominante na cidade e em particular no Centro Histórico.

E contra esta justa posição nem tão pouco vale o falso e erróneo argumento da criação de emprego, através do alargamento dos horários de funcionamento das grandes superfícies. Tal argumentação é falsa e a prática tem-no confirmado, pois o alargamento efectivo dos horários de funcionamento, onde já se verificou, não se traduziu em qualquer aumento dos postos de trabalho, mas apenas em aumento de horas de trabalho, sem pagamento de horas extraordinárias e em prejuízo do descanso dos trabalhadores e do seu convívio familiar.

Se queremos defender, verdadeiramente, a economia local, devemos então defender o comércio tradicional, as pequenas empresas e não a grande indústria da distribuição, geradora de lucros milionários para poucos e garante de trabalho precário e sem direitos para muitos. O PCP reitera assim a sua posição firme e contrária à liberalização total dos horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais, incompatível com o discurso de defesa de animação do Centro Histórico e da revitalização do comércio tradicional.

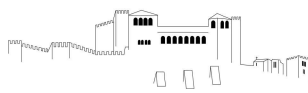
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Mónica António.

DEPUTADA MÓNICA ANTÓNIO (BE)

Boa noite mais uma vez.



Ao contrário do que muitas vezes nos acusam, nós não gostamos de ser do contra, apenas defendemos – eu sabia que se iam rir! – a lei e defendemos todas e todos os munícipes. Não é o caso deste regulamento pois diz no número um do artigo três, e passo a ler, “sem prejuízo do disposto nos números e artigos seguintes, as entidades que exploram estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços situados no concelho de Leiria, incluindo os localizados em centros comerciais, podem escolher para os mesmos, períodos de abertura e funcionamento entre as seis e as vinte e quatro horas, de todos os dias da semana”, e logo nos números dois, três e quatro podemos também ainda ler que os mesmos estabelecimentos, os diversos estabelecimentos, podem funcionar todos os dias da semana. Logo, este regulamento não defende os direitos dos trabalhadores, não defende o direito ao descanso e dou dois exemplos de datas, um de Maio e o vinte e cinco de Dezembro. Portanto, não defende as famílias e parece-nos que o Município não está a defender os seus habitantes. Portanto, iremos votar contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Romeu Paz. É uma segunda intervenção e terá que ser muito breve.

DEPUTADO ROMEU PAZ (PS)

Romeu Paz, Partido Socialista.

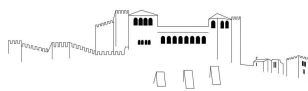
Em relação à situação da não defesa dos trabalhadores, o ponto um diz, “Sem prejuízo do disposto nos números e artigos seguintes”, ou seja, sem prejuízo dos que vêm a seguir. Não vai prejudicar os que vêm a seguir! No artigo vinte e seis, “Compatibilidades”, diz o seguinte, “As disposições deste regulamento não prejudicam a observância do regime de duração diária ou semanal do trabalho estabelecido por lei, instrumentos de regulação colectiva ou contrato individual de trabalho, do descanso semanal obrigatório e complementar, do regime de turnos e das remunerações e subsídios legalmente devidos”.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma intervenção.

Vou pôr à votação o ponto número doze, “REGULAMENTO DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE



PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO”, do modo como foi apresentado.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera, por maioria, com seis abstenções e dois votos contra, aprovar o Regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Sempre que faço uma leitura desta natureza, agradeço aos senhores deputados que... basta que um diga “queremos a contagem dos votos a favor”, eu farei a contagem. Basta que uma pessoa diga isso e farei a contagem dos votos a favor. Parece-me dispensável, neste caso, porque a maioria é tão significativa que me parece ocioso estar a contar.

Ponto número treze.

13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE MONTE REDONDO – ALTERAÇÃO DO OBJECTO – Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, pretende apresentar?

PRESIDENTE DA CÂMARA (RAUL CASTRO)

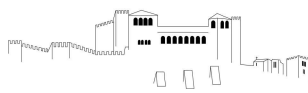
É uma pretensão da freguesia no sentido de alterar as ruas que constavam no protocolo, anteriormente aprovado, por outras onde foi executado o trabalho.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende intervir?

Não?

Vou colocar à votação o ponto número treze, “PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A FREGUESIA DE MONTE REDONDO – ALTERAÇÃO DO OBJECTO.”



Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com um voto contra e uma abstenção, aprovar a alteração do objecto do protocolo de delegação de competências com a Junta de Freguesia de Monte Redondo.

Ponto número catorze.

14. ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DE LEIRIA - XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – Apreciação e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Trata-se de fazer a eleição. Aceita-se propostas de nomes.

Muito obrigado.

Mais alguma proposta? Tenho duas propostas comigo. Mais alguma proposta?

Por favor, não escrevam nada no boletim de voto. Não, não se vão escrever os nomes.

Manuela e Teresa, façam o favor de voltar a distribuir os boletins a quem, eventualmente, já escreveu porque eu não tinha dado indicação de como se faz.

Eu explico, é meu entendimento que escrever um nome no boletim de voto reduz o anonimato do voto. É meu entendimento... o mínimo, já que não podemos pôr um **X**, o mínimo que podemos fazer é pôr letras, uma letra. Atenua muito essa redução.

A primeira proposta que me foi entregue vem do PSD e propõe Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes. Depois pediria ao senhor deputado Manuel Antunes para assinar a proposta porque não assinou.

A segunda proposta vem do PS, assinada pela senhora deputada Odete João, e propõe Jorge Crespo, Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira.

Atendendo á ordem de entrada das propostas, designarei com a letra **A** a proposta do PSD – Amílcar Gaspar; e com a letra **B** a proposta do PS – Jorge Crespo.

Repito:

A - Amílcar Gaspar, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes;

B - Jorge Crespo, Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira.

Chamarei primeiro a mesa, conforme diz o Regimento.



(Votação Nominal)

Enquanto os nossos secretários contam os votos, e antes de me despedir – depois direi o resultado – gostava de vos dizer que estou a tentar, junto do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Souto da Carpalhosa, que a próxima sessão de Junho se realize no Souto da Carpalhosa. Ele não tem ainda resposta porque precisa de verificar as condições logísticas mas, se conseguir reunir essas condições, a reunião será no Souto da Carpalhosa.

O resultado da votação é o seguinte: vinte e nove votos no candidato **B**, vinte e um votos no candidato **A** e três votos em branco.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria de votos favoráveis obtidos, eleger o senhor deputado Jorge Crespo - Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira, como seu representante no XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

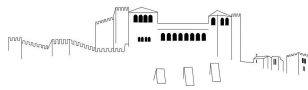
Senhores deputados, o senhor Presidente da Câmara esqueceu-se de nos dizer que amanhã, em Monte Real – salvo erro – às oito horas, terá lugar um jantar de apoio à abertura ao tráfego civil da Base Aérea 5, em Monte Real. É um jantar que envolve muitas Câmaras Municipais e muitas autoridades de várias entidades ligadas à região centro. As inscrições ainda estão abertas.

Gostava ainda de vos dar conta, não me levem a mal que o faça, da minha satisfação pelo modo como decorreu a sessão de hoje da Assembleia Municipal, e não me refiro apenas ao horário! Discutimos, debatemos, aprofundámos o debate e com muitas intervenções de qualidade. Cumpriu-se a democracia... não levem a mal ao Presidente da Assembleia Municipal que dê conta disso.

Muito obrigado e boa noite a todos!

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.28 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente acta, que eu, Maria Manuela Baptista Vieira, Coordenadora Técnica, transcrevi e subscrevo. -----



APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 30 de Junho de 2011, delibera, _____, aprovar a acta.-----

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel B. Ascenso André

A Coordenadora Técnica

Manuela Vieira